

Relatório Anual 2020

Um novo capítulo da nossa história



Relatório Anual 2020

Um novo capítulo da nossa história

Sumário

5	Apresentação
6	Mensagem da Diretoria Executiva
8	Mensagem do Conselho Deliberativo
10	Sobre nós
11	Missão, visão e valores
12	Planejamento estratégico
13	A Diretoria Executiva
14	Órgãos estatutários
17	Nosso time
18	Nossos números
19	Nossos canais de relacionamento
20	Nossos participantes
22	Nossos resultados
30	Turnaround da Petros
31	Governança
35	Protegendo o patrimônio
39	Gestão de investimentos
47	Previdência
51	Gestão administrativa e financeira
60	Transparência
64	Aspectos ambientais, sociais e de governança
66	Acompanhamento da gestão orçamentária
69	Demonstrativo de investimentos consolidado
74	Relatório dos Auditores Independentes
76	Demonstrações contábeis
192	Parecer do Conselho Fiscal
194	Decisão do Conselho Deliberativo

Apresentação

O ano de 2020 foi marcado por profundas mudanças nas relações humanas e por uma crise sem precedentes diante da chegada da pandemia de Covid-19. Neste cenário de incertezas e frente ao momento delicado vivido por todos, foi ainda mais desafiador seguirmos com o processo de mudanças na Petros. Mas, apesar do contexto adverso, conseguimos concluir importantes etapas de trabalho, tornando a Fundação mais eficiente, resiliente e preparada para enfrentar os desafios futuros. Neste sentido, encerramos o ano entregando o que os nossos participantes e patrocinadoras esperam de nós: uma gestão eficaz dos recursos, capaz de trazer a segurança futura a todos.

Nas páginas a seguir, você confere um resumo dos nossos resultados, incluindo informações sobre o desempenho dos planos de benefícios que administramos e as principais realizações entregues pela atual gestão ao longo de 2020, que marcaram uma nova fase na história da Petros.

Além da evolução do patrimônio, da rentabilidade dos planos e do resultado dos investimentos, apresentamos os grandes números da Petros, os temas relevantes tratados por nossos órgãos estatutários, um perfil da nossa força de trabalho e, também, dos nossos participantes. Constam ainda neste relatório as demonstrações contábeis do exercício, aprovadas pelos órgãos de governança da Petros, e todas as informações referentes aos planos de benefícios, como seus pareceres atuariais e demonstrativos de investimentos. Esses dados, divididos por modalidade de plano de benefícios, estão reunidos no conjunto de documentos anexos que compõem o Relatório Anual, que dispõe também de um anexo específico sobre o Plano de Gestão Administrativa da Fundação.

Boa leitura!

Mensagem da Diretoria Executiva

2020: o início de uma nova Petros

O ano de 2020 foi complexo e desafiador diante da chegada de uma pandemia inesperada que parou o mundo. Mas, como reflexo do processo de *turnaround*, promovido por toda a empresa, a Covid-19 encontrou uma Petros preparada para superar os desafios impostos por esta crise sem precedentes. Os resultados de 2020 consolidam todo este trabalho de reestruturação e nos permitem afirmar que a Petros está ainda mais fortalecida e inicia uma nova fase de sua história, assumindo o seu lugar de protagonismo no mercado.

Depois de um sólido trabalho de revisão de nossas bases de dados, pela primeira vez em sete anos a Petros apresenta um balanço limpo de ressalvas. A conquista evidencia o nosso compromisso com as melhores práticas de governança e reforça a seriedade e o constante aprimoramento do trabalho que vem sendo conduzido pelos times.

Trabalhamos incansavelmente com foco em oferecer uma gestão de excelência aos nossos participantes e estamos colhendo os frutos do nosso esforço, com superavit nos planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP-R e PPSP-NR), depois de nove anos de sucessivos déficits. Além disso, mesmo em um ano de pandemia, os dois maiores planos de benefício definido encerraram 2020 com desempenho acima da meta atuarial, refletindo o patamar da gestão dos investimentos da Petros.

Para garantir a segurança dos nossos colaboradores e participantes e assegurar a continuidade de nossas operações, logo no início da pandemia adotamos o modelo de home office. A Petros foi um dos primeiros fundos de pensão a adotar o formato 100% remoto, sem qualquer interrupção no nosso trabalho. Esse desafio mostrou a força de nossos

processos e times. Em 2020, também intensificamos o plano de reestruturação da empresa, que está baseado em quatro importantes pilares: governança, investimentos, previdência e administrativo.

Na área de previdência, foram implementados projetos estruturantes e fundamentais para a sustentabilidade dos planos. O maior deles foi o novo modelo de equacionamento do PPSP-R e do PPSP-NR, que possibilitou a redução das contribuições extraordinárias para a maioria dos participantes. Seguimos igualmente comprometidos em buscar uma alternativa mais sustentável para o Plano Petros Ultrafértil.

Em governança, implementamos processos robustos, conferindo à Petros um alto padrão de compliance, controles internos e transparência. Reforçamos a cultura de integridade da empresa e tratamos com rigor e agilidade os problemas do passado no que diz respeito a investigações, com ações concretas em busca de ressarcimento e responsabilização, blindando a Fundação e protegendo o patrimônio dos participantes. Como parte deste trabalho, foi realizada uma profunda revisão dos processos, para diagnóstico e reestruturação das Comissões Internas de Investigação (CIAs). Esse novo modelo de governança gerou frutos imediatos em termos de eficiência e ressarcimento para a Petros, conforme destacado nas páginas a seguir.

Além disso, criamos uma área específica com esta finalidade, o Setor de Apurações Internas, subordinado à Gerência Jurídica e de Compliance. Como resultado, foram concluídas 17 apurações internas e abertas três ações de responsabilidade civil. A Petros também assumiu uma postura

mais proativa em relação às investigações das autoridades, passando a atuar como assistente de acusação do Ministério Público Federal.

Em 2020, conseguimos o ressarcimento de R\$ 108 milhões. Também fechamos um acordo histórico, de R\$ 950 milhões, um dos maiores já firmados no Brasil no âmbito de arbitragem, que colocou fim à disputa envolvendo o FIP Sondas, marcado por uma atuação independente em defesa dos interesses dos nossos participantes.

Na gestão dos investimentos, a performance das carteiras mostra a maturação de decisões acertadas e que passam por processos robustos e time qualificado. Adotamos um modelo de gestão alinhado às melhores práticas e fortalecemos a governança e o controle dos nossos processos.

Considerando 2019-2020, alcançamos mais de 30% de rentabilidade acumulada, um retorno excepcional, compatível com os melhores investimentos disponíveis no Brasil e com os resultados de grandes gestoras. Nossas estratégias baseadas em fundos ativos foram fundamentais no processo de recuperação da rentabilidade, um diferencial diante do cenário adverso da economia. Consolidamos nosso trabalho de projeções econômicas, de extrema relevância para os processos decisórios, obtendo elevado desempenho e marcando posição em importantes rankings do mercado, com destaque para o Top 5 do Banco Central.

No âmbito administrativo e financeiro, merece destaque a implementação de uma consistente política de austeridade orçamentária, aliada à estratégia de captura de novas fontes de recursos, que possibilitou o equilíbrio administrativo da empresa, solucionando o gap histórico entre receitas e despesas. Neste contexto, contratos foram renegociados, serviços revisados e fomos para o mercado para a venda da folha a instituições financeiras, que passaram a remunerar a Fundação pelo pagamento de benefícios de participantes.

Para 2021, o orçamento aprovado é 6% menor do que o de 2020, sendo sustentado com folga pelas receitas previstas para o ano. Além disso,

concluimos uma reestruturação organizacional, que possibilitou simplificar processos e tornar a Petros mais ágil e eficiente. A consolidação de uma nova cultura organizacional orientada para resultados e excelência também foi fundamental para que alcançássemos os resultados que apresentamos neste relatório.

Mesmo com o distanciamento físico imposto pela pandemia, a gestão da Petros nunca esteve tão próxima dos participantes como em 2020. Reforçamos nossas ações de transparência e prestação de contas e implementamos diferentes formas para estarmos mais conectados aos nossos participantes, por meio de iniciativas, a exemplo das lives sobre temas diversos, que permitiram fortalecer o relacionamento e ampliar o debate com todos.

Encerramos o ano com a certeza de que estamos no caminho certo e que a Petros, hoje, está preparada para o futuro. Sabemos que ainda há muitos desafios pela frente, mas temos segurança em afirmar que vitórias importantes já foram obtidas no último ano. Para 2021, seguiremos trabalhando com a máxima energia, dando continuidade ao aprimoramento da governança de investimentos, em busca dos melhores resultados, pois temos uma meta muito clara: perseguir sucessivos superávits para, futuramente, poder reduzir as contribuições extras. Uma das nossas prioridades é melhorar o atendimento aos participantes. Nosso compromisso para 2021 é atacar essa questão de frente, aprimorando a experiência do participante e reduzindo o prazo de conclusão em processos como adesão ao plano e concessão de benefício. Já reestruturamos a área, profissionalizamos as equipes, renovamos os prestadores de serviços terceirizados e elaboramos um plano de ação para solucionarmos questões operacionais. O desafio é grande, mas estamos seguros de que reverteremos essa situação. Ter o participante no centro de nossas decisões estratégicas é um compromisso inegociável e temos a convicção de que estamos escrevendo os novos tempos desta empresa, a fim de torná-la uma instituição mais sólida e referência em termos de resultados e governança.

Mensagem do Conselho Deliberativo

Um ano atípico e desafiador, mas também de conquistas históricas que merecem destaque. Em 2020, colhemos importantes frutos de iniciativas estruturantes que iniciamos em 2019 e que marcam um novo momento da gestão da Petros.

A reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR é, sem dúvida, um dos feitos mais importantes de 2020, impactando positivamente mais de 50 mil famílias ao possibilitar a redução das contribuições extras para a maioria dos ativos e assistidos desses dois planos. E esse alívio financeiro coincidiu com um momento sem precedentes na história recente, devido ao impacto provocado pela pandemia de Covid-19.

As mudanças aprovadas por este Conselho tiveram o objetivo não só de reduzir as contribuições extras, mas de oferecer sustentabilidade ao PPSP-R e ao PPSP-NR.

O resultado desses esforços pode ser observado nos números deste Relatório Anual, que mostram que os dois maiores planos de benefício definido da Petros registraram superavit no exercício pela primeira vez após nove longos anos. Além disso, mesmo num ano de pandemia, com impacto direto nos investimentos, conseguimos reverter este cenário e superar a meta atuarial de ambos os planos.

Esta é uma conquista de toda a Petros. A concretização dessas medidas rumo a uma estabilização do PPSP-R e do PPSP-NR também traz efeitos positivos à imagem da Fundação, que teve sua reputação atingida por problemas do passado. Seguindo nosso compromisso com os participantes e com o futuro desta empresa, trabalhamos

intensamente, discutindo e chancelando junto às representações de participantes e assistidos, mudanças essenciais para que esse novo momento pudesse se tornar realidade.

A preocupação e os esforços em busca de reequilíbrio, no entanto, não se limitam aos PPSPs. Em 2020, também trabalhamos de forma intensa na busca de soluções para reequilibrar o Plano Petros Ultrafértil, de benefício definido. Como parte dessas ações, avançamos em importantes tratativas, que também incluíram estudos e reuniões com entidades representativas, em busca de uma alternativa sustentável para o plano.

Como órgão máximo de governança da Petros, temos acompanhado de perto e incentivado o aprimoramento de processos com o objetivo de tornar a Fundação cada vez mais eficiente. Para isso, apoiamos a realização de profundas revisões na forma como a empresa atua, em busca de sinergia e de aperfeiçoamento nas práticas cotidianas das diferentes gerências, para uma melhor entrega de resultados.

Tivemos uma atuação rigorosa e diligente, reforçando a cultura de integridade na nossa empresa. Buscamos fortalecer ainda mais o jurídico da Petros, agilizando as ações de ressarcimento e conclusão das Comissões Internas de Apuração, criadas para averiguar eventuais irregularidades em investimentos decididos no passado. Como resultado deste trabalho, concluímos 17 apurações internas e foram abertas três ações de responsabilidade civil, além de conseguirmos o ressarcimento de R\$ 108 milhões ao longo de 2020.

Estudamos e aprovamos as metas estratégicas da Petros, com os objetivos e diretrizes para este ano, com destaque para os compromissos de assegurar o equilíbrio previdenciário dos planos e de atingir o equilíbrio administrativo, pontos centrais para a nova história que a Fundação começou a construir. As mudanças conquistadas até aqui foram fundamentais para fornecer bases sólidas para o aproveitamento das oportunidades futuras. Por isso, assumimos o compromisso com a elaboração de um planejamento estratégico robusto que irá nortear as metas de longo prazo da Petros.

Destacamos ainda a análise da matriz de riscos corporativos e riscos estratégicos da Petros, a aprovação das Políticas de Investimentos 2021-2025, assim como o aval a outras políticas internas, que são essenciais para guiar as ações diárias de nossos colaboradores e, assim, construir uma nova Fundação. Vale ressaltar também a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna e do Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria Interna para este ano.

Todo esse trabalho, que mostra o compromisso da Petros com as melhores práticas e o aperfeiçoamento contínuo da governança, foi assumido não só por nós, membros do Conselho Deliberativo, mas também de forma pública, com a adesão voluntária ao Código de Autorregulação em Governança

Corporativa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). A adesão ao código mostra que somos uma entidade cada vez mais comprometida e madura em termos de governança empresarial, com envolvimento de todas as áreas da Petros, da mais alta liderança a cada um de nossos colaboradores.

As conquistas de 2020 nos dão força para enfrentar os desafios de 2021. E este ano começou de forma diferente, com mais diversidade, com nosso colegiado sendo presidido, pela primeira vez na história da Petros, por uma mulher. Desde 18 de janeiro, temos a advogada Claudia Padilha de Araujo Gomes, que já integrava o Conselho, no mais alto posto de governança da Fundação, num movimento que está em linha com o atual momento de transformação cultural pelo qual passa a empresa, em busca do aprimoramento contínuo do negócio, de uma gestão de excelência e do cumprimento das obrigações em relação aos participantes.

Vivemos um ano ainda complexo de pandemia, mas reforçamos nosso compromisso de seguirmos firmes no propósito de definir os rumos estratégicos da Fundação, sempre com foco nos interesses dos participantes e apoiando todas as transformações necessárias para que possamos ter uma Petros mais forte e de excelência.

Sobre nós



Muito mais do que pagar benefícios, nosso compromisso é prover mais qualidade de vida aos nossos participantes durante a aposentadoria e, também, fornecer segurança às suas famílias. Para isso, estamos em um processo de busca constante por maior eficiência em todos os nossos processos, para elevar o padrão das nossas entregas e prestar um serviço de excelência a todos.

O foco nos nossos 141.463 participantes e em suas famílias é o que norteia todas as nossas atividades. Nosso compromisso com cada uma dessas famílias é com a integridade e a transparência em tudo que fazemos. Assim, em 2020, foram acrescentadas novas informações no nosso Relatório Anual, para conferir maior clareza e facilitar a leitura dos dados apresentados pelos nossos participantes.

Ao todo, administramos 43 planos de previdência complementar, oferecidos por diversas empresas, entidades e associações de classe, o que nos torna o segundo maior fundo de pensão multipatrocinado do país em patrimônio administrado, totalizando R\$ 116 bilhões em recursos.

Entre os planos que administramos, os cinco maiores são o Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), o Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70) e o Plano Petros-2 (PP-2), que, juntos, reúnem cerca de 90% dos nossos participantes ativos e assistidos.



MISSÃO

Pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência.



VISÃO

Ser reconhecida no mercado de previdência complementar por sua excelência na administração de planos de previdência, na gestão de ativos, na transparência, na integridade e no atendimento aos seus participantes e assistidos.



VALORES

Integridade

Credibilidade

Respeito pelas pessoas

Abertura a novas ideias

Planejamento estratégico

Contamos com um planejamento estratégico, que nos orienta no cumprimento da nossa missão e no alcance da nossa visão. Revisado anualmente, o documento estabelece grandes diretrizes que vão nortear as nossas atividades frente aos desafios futuros. Para 2021, foram definidos cinco objetivos estratégicos, descritos a seguir, que vão guiar a Petros na tomada de decisão.

Objetivos estratégicos 2021



A Diretoria Executiva

Bruno Dias

PRESIDENTE

Formado em Direito pela PUC-Rio, com mestrado, também em Direito, pela London School of Economics and Political Science (LSE), tem ampla experiência em previdência complementar. Foi diretor de Segurança e Jurídico da Fapes, fundo de pensão do BNDES, onde também ocupou interinamente o cargo de diretor-superintendente, foi chefe do Departamento Jurídico e membro titular do Conselho Deliberativo. Anteriormente, ocupou diversas posições dentro do BNDES. Antes de chegar à Petros, em setembro de 2019, ocupava o cargo de diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Leonardo Moraes

DIRETOR DE RISCOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Formado em Engenharia Elétrica pela UFJF, possui mestrado em Matemática, pelo IMPA, e certificação FRM (Financial Risk Manager). Tem ampla experiência em gestão. Na Petrobras, comandou as áreas de Riscos Estratégicos e Análises Quantitativas de Riscos. E, na Petros, atuou no Conselho Deliberativo, além de ter integrado o Comitê de Investimentos de Assessoramento ao colegiado.

Alexandre Mathias

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Doutorando, mestre e bacharel em Economia pela Universidade de Campinas, Fundação Getúlio Vargas – com Master Exchange Program, pela ESSEC-Paris –, e Universidade de São Paulo, respectivamente. De 2012 a abril de 2019, trabalhou na Bradesco Asset Management. Antes, foi diretor de Gestão e Distribuição de Mandatos Exclusivos do Itaú Asset Management e diretor de Renda Fixa e Pesquisa Macroeconômica do Unibanco Asset Management.

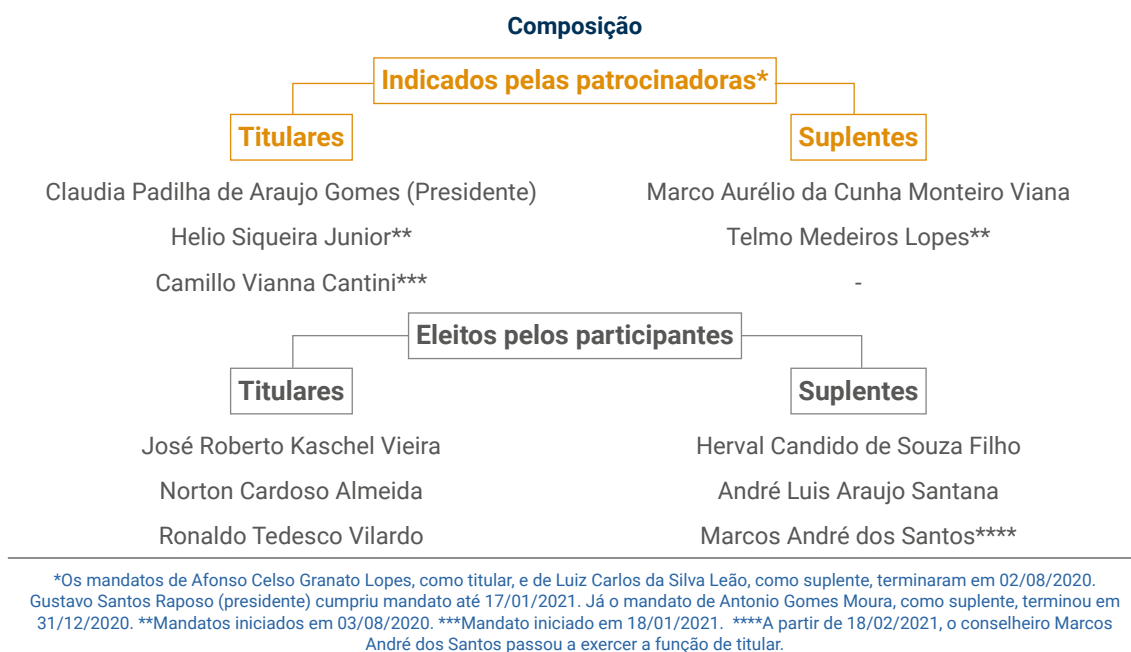
Akira Miki

DIRETOR DE SEGURIDADE

Com mais de 30 anos de experiência em previdência complementar, é formado em Ciências Atuariais, Direito e Estatística. Tem MBA em Gestão Atuarial, pela FIPECAFI/FEA (USP), e em Gestão em Instituições Financeiras, pela Universidade Católica de Brasília. Foi profissional de carreira do Banco do Brasil (BB) e geriu as áreas atuarial e de cadastro da Previ, fundo de pensão do BB. Também passou pela gerência atuarial de BB Previdência e Sistel.

Órgãos estatutários

Conselho Deliberativo

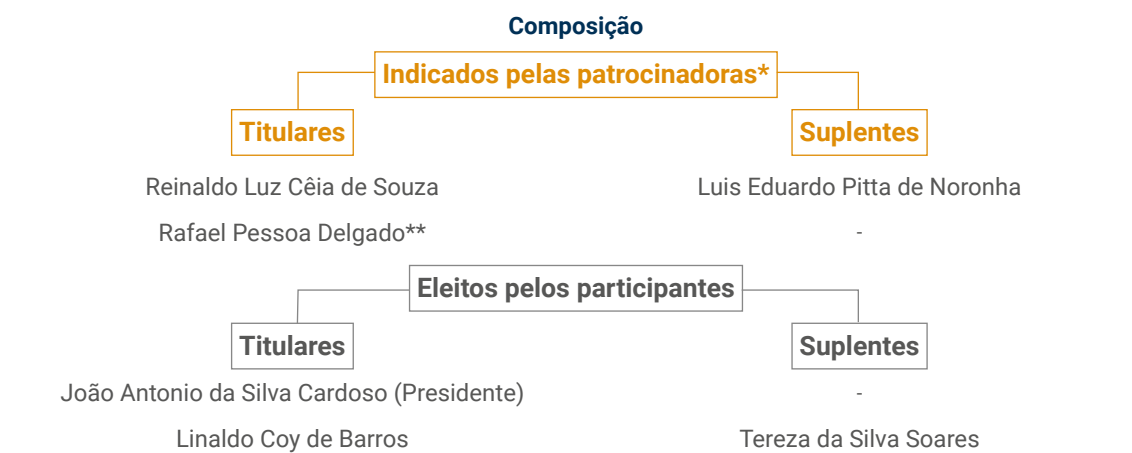


Temas mais relevantes tratados em 2020

Total de reuniões: 38

- » Novo PED e TAC para reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR
- » Liquidação parcial antecipada do TCF Pré-70
- » Reorganização da estrutura organizacional
- » Acompanhamento das Comissões Internas de Apuração
- » Planejamento Estratégico 2021
- » Matriz de riscos corporativos e riscos estratégicos da Petros
- » Mudança de sede
- » Novas políticas (Auditoria Interna; Prevenção e combate à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro; Conflito de Interesses; Comunicação Institucional; Privacidade; e Tratamento de Denúncias)
- » Plano Anual de Auditoria Interna e Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria Interna para 2021
- » Programa Orçamento de 2021
- » Políticas de Investimentos 2021-2025
- » Plano de Equacionamento do Deficit de 2019 do Plano Petros Ultrafértil
- » Adesão ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa da Abrapp
- » Plano Petros-3

Conselho Fiscal



*O mandato de Daniel Saraiva como titular terminou em 14/09/2020. Já o mandato de André Gameiro Rua como suplente terminou em 07/12/2020. **Mandato iniciado em 08/12/2020.

Temas mais relevantes tratados em 2020

Total de reuniões: 17

- » Plano Petros-3
- » Matriz de riscos corporativos da Petros
- » Painel de controles internos
- » Gestão baseada em riscos
- » Parcelamento do saldo devedor do PED-2015
- » Contratos celebrados pela Petros
- » Relatório de denúncias registradas na Ouvidoria em 2019
- » Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna
- » Acompanhamento das Comissões Internas de Apuração
- » Relatórios semestrais de controles internos do Conselho Fiscal
- » Parecer do Conselho Fiscal referente à existência dos controles internos para monitoramento e mitigação dos riscos atuariais
- » Encerramento da operação de cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR
- » Liquidação parcial antecipada do termo de compromisso financeiro pré-70 pela patrocinadora Petrobras
- » Monitoramento da gestão orçamentária
- » Estatuto social da Petros
- » Exposição da Política de Investimentos

Comitê de Auditoria

Composição*

Antônio Martiningo Filho (coordenador)

César Geraldo Fucci**

Evenilson de Jesus Balzer

*O mandato de Pedro Gauziski de Araujo Figueredo terminou em 17/08/2020.

**Mandato iniciado em 18/08/2020.

Temas mais relevantes tratados em 2020

Total de reuniões: 27

- » Implementação do Programa de *Compliance* (em andamento)
- » Contratação de consultoria externa para mapeamento de processos (em andamento) e gestão de riscos de investimentos (em andamento)
- » Projeto de certificação de qualidade da Auditoria Interna (em andamento)
- » Certificação de experiência de membro do Coaud pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)
- » Eliminação de ressalvas no balanço e de parágrafo de ênfase

Comitês de Investimentos e Seguridade

Para aprimorar a governança e aplicar as melhores práticas do mercado, fortalecendo a tomada de decisão, além do Comitê de Auditoria, o Conselho Deliberativo conta com mais dois comitês de assessoramento: o de Investimentos e o de Seguridade. Estes dois comitês apreciam os temas tratados no CD sobre suas respectivas áreas.

Composição do Comitê de Investimentos*

André Luis Araujo Santana (coordenador interino)

Telmo Medeiros Lopes**

*Antonio Gomes Moura integrou o comitê até 30/11/2020. A coordenação do comitê foi de Thomas Tosta de Sá até 28/02/2020, de Antonio Luiz Benevides Xavier até 20/08/2020 e de Claudia Avidos Juruena Pereira até 01/03/2021.

**Mandato iniciado em 01/12/2020.

Composição do Comitê de Seguridade*

Cleide Barbosa da Rocha (coordenadora)

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

*Ronaldo Tedesco Vilardo integrou o comitê até agosto. Já Herval Cândido de Souza Filho participou do Comitê de setembro a dezembro.

Nosso time

Eficiência, agilidade, comprometimento, foco. Com essas palavras em mente, nosso time trabalhou para que, mesmo num ano atípico e desafiador, a Petros seguisse cumprindo a missão de pagar benefícios de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência. Conheça mais sobre quem faz a Petros acontecer todos os dias.

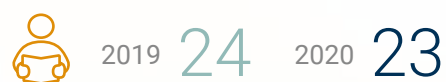
Total de empregados



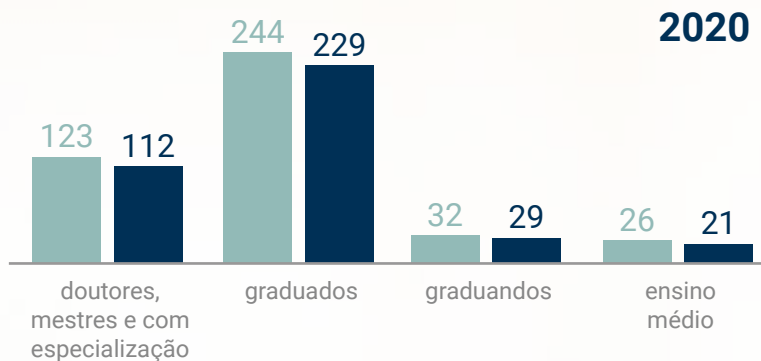
Pessoas com deficiência



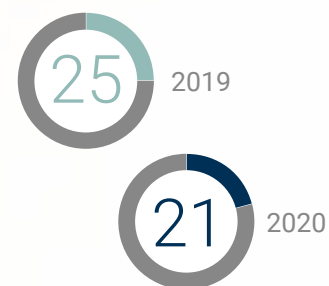
Estagiários



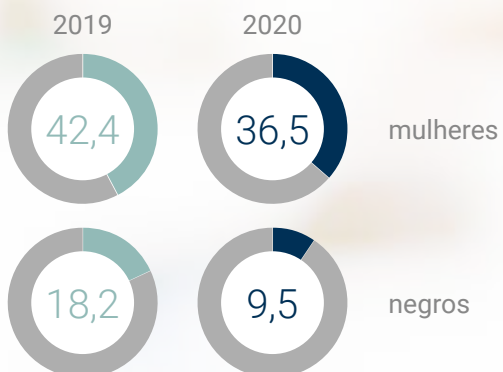
Escolaridade



Empregados acima de 45 anos (%)



Cargos de chefia (%)



Idade média



Nossos números



2º maior
fundo de pensão do país



R\$ 116 bilhões
em patrimônio



141.463
participantes

65.183 ativos
76.280 assistidos



43 planos

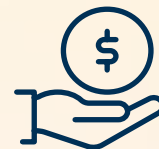
10 benefício definido (BD)
3 contribuição variável (CV)
30 contribuição definida (CD)
17 patrocinados
13 instituídos



124
patrocinadores
e instituidores



R\$ 10,5
bilhões
em contribuições
recebidas



R\$ 9,2
bilhões
em benefícios
concedidos

Nossos canais de relacionamento

Em 13 de março de 2020, logo que a Covid-19 foi declarada uma pandemia, suspendemos o atendimento presencial para proteger nossos participantes e colaboradores. Literalmente da noite para o dia, migramos para um atendimento 100% remoto, por telefone e canais digitais. Nossa adaptação foi rápida e, cerca de um mês depois dessa mudança, ampliamos o funcionamento da Central de Relacionamento em uma hora, das 8h às 20h, nos dias úteis.

Para facilitar a transição para um atendimento totalmente remoto, divulgamos uma cartilha sobre como utilizar o autoatendimento nos nossos canais digitais, com um passo a passo sobre o acesso aos serviços mais procurados. Também lançamos uma campanha para explicar de forma simples como funciona cada um dos nossos canais, diferenciando Atendimento de Ouvidoria e Canal de Denúncia. O uso do canal adequado nos ajuda a tornar o atendimento mais ágil e eficiente.

Nosso aplicativo também foi atualizado, trazendo duas novidades: acesso a boletos de contribuição mensal e ao regime de tributação que foi escolhido no momento da adesão ao plano.

E para aprimorar ainda mais nosso atendimento, desde março de 2021, após o contato com a Petros, alguns participantes recebem, por e-mail ou SMS, uma pesquisa para avaliar sua experiência com o serviço ou o atendimento da Fundação. O objetivo é buscar soluções para entregar serviços de qualidade e um atendimento de excelência, uma das nossas metas.

Atendimento



Central de Relacionamento:
198.644 atendimentos



Chat:
112.213 atendimentos



Fale conosco (e-mail):
60.484 respostas

Ouvidoria



Total: **4.444 atendimentos**

Nossos participantes



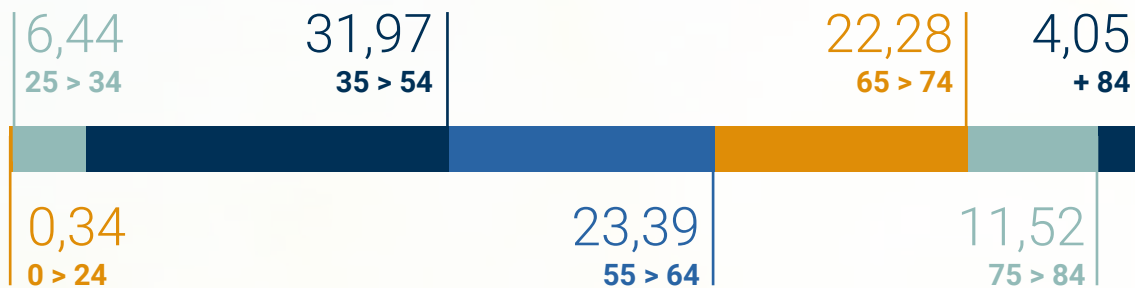
Perfil dos participantes

Nossos 141.463 participantes estão distribuídos pelas cinco regiões do país.

Deste total, 65.183 são ativos e 76.280 são assistidos (aposentados e pensionistas).

Confira abaixo o perfil dos nossos participantes.

Idade (%)



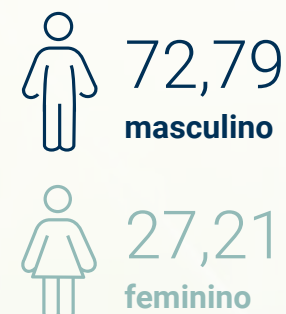
Por região (%)



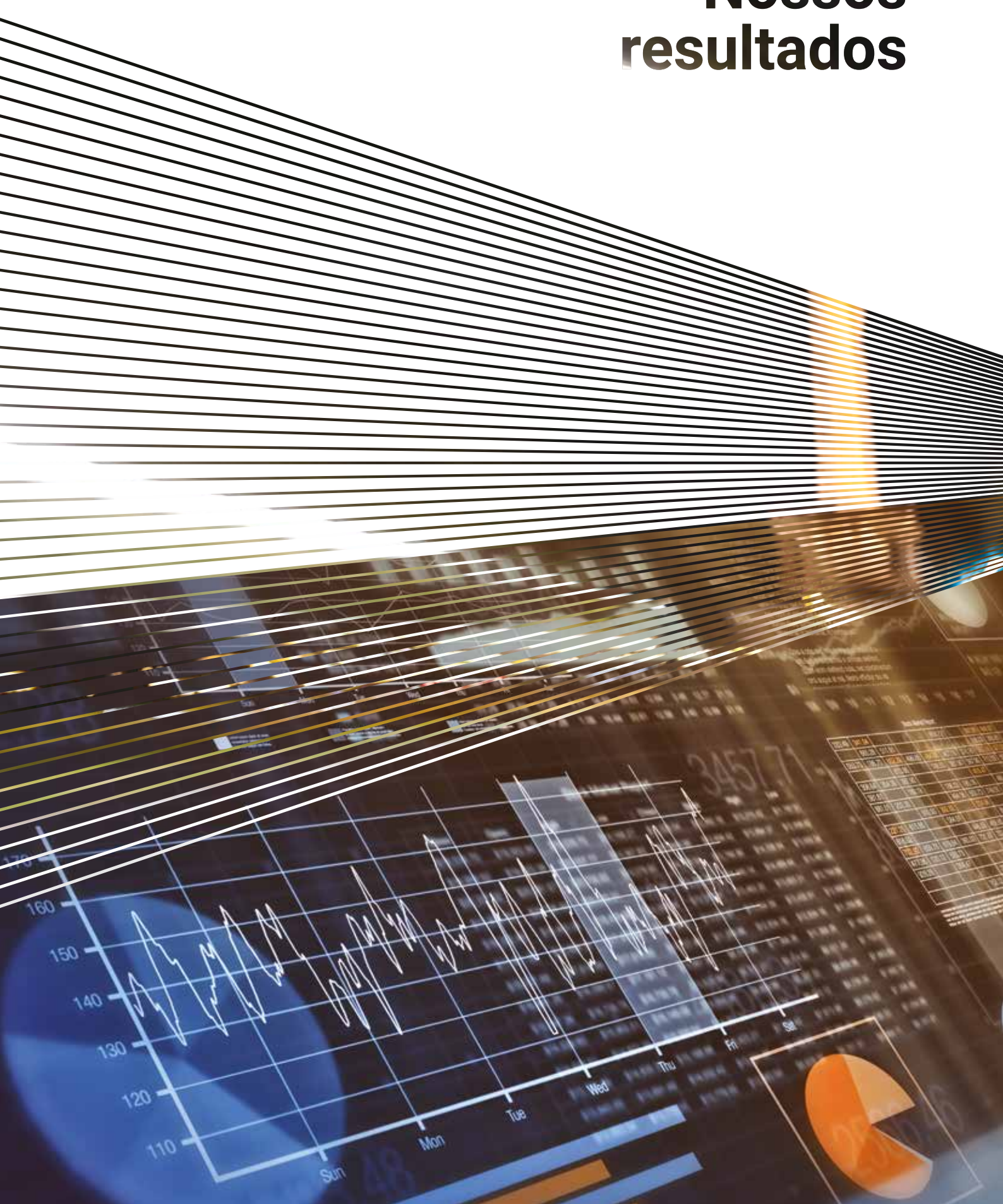
Tipo de benefício

	2019	2020
Aposentadoria	1.326	3.744
Pensão	797	774
Pecúlio	1.625	1.695
Auxílios	113	70
Total geral	3.861	6.283

sexo (%)



Nossos resultados



Balanço sem ressalvas: conquista histórica

A auditoria externa independente atestou, em seu parecer, a conformidade dos números apresentados nas demonstrações financeiras de 2020 em relação às normas contábeis, sem fazer qualquer ressalva. Com isso, pela primeira vez em sete anos, a Petros apresenta um balanço limpo de ressalvas. A conquista reforça mais uma vez o compromisso da atual gestão com as melhores práticas de governança corporativa, e consolida todo o trabalho realizado nos exercícios anteriores para eliminação de ressalvas apontadas em balanços do passado.

As demonstrações contábeis também receberam o aval do Conselho Fiscal, que recomendou a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, consolidando o novo momento vivido pela Fundação e refletindo a continuidade dos esforços empreendidos pela atual administração para o fortalecimento da governança da entidade, por meio de um trabalho técnico e pautado pelo compromisso com os participantes.

Cenário econômico: estratégia em meio à crise

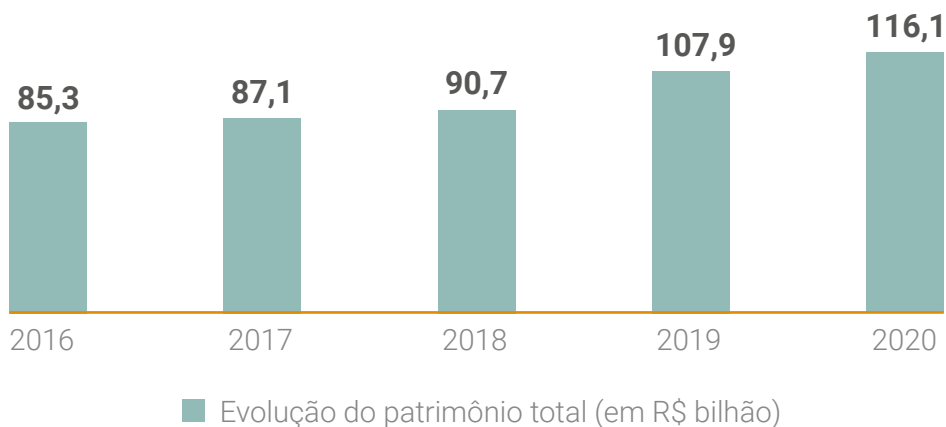
O ano de 2020 entrou para a história, após uma pandemia que parou o planeta. O *crash* de 2020 foi o pior declínio das bolsas globais desde a crise de 1929. Entre o recorde de 3.393 pontos, em 19 de fevereiro, e o vale de 2.237 pontos, em 23 de março, o S&P 500 perdeu 34%, a queda mais rápida dessa magnitude na história. O Ibovespa, principal índice da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), que estabeleceu o recorde de 119.527 pontos em 23 de janeiro, chegou a 63.569 pontos em 19 de março - um tombo de 46,8% em menos de dois meses. O choque súbito provocou uma reversão instantânea de expectativas e gerou deslocamentos gigantescos em todos os mercados.

Ao longo da crise, fizemos dois movimentos de gestão ativa que foram cruciais para o resultado do ano. O primeiro foi defensivo, no início da pandemia, em março de 2020, quando optamos por trocar exposição em ações por títulos longos indexados à inflação, aproveitando a abertura das taxas. Posteriormente, com a melhora do mercado, começamos a fazer uma recomposição parcial da alocação em renda variável. Neste segundo movimento, em abril, quando todos ainda apostavam no colapso da economia, aumentamos em cerca de 10% a exposição nas classes de ativos de maior impacto sobre a carteira total: ações e renda fixa longa. Foi esta decisão que permitiu à Petros atingir as metas atuariais nos maiores planos de benefício definido.

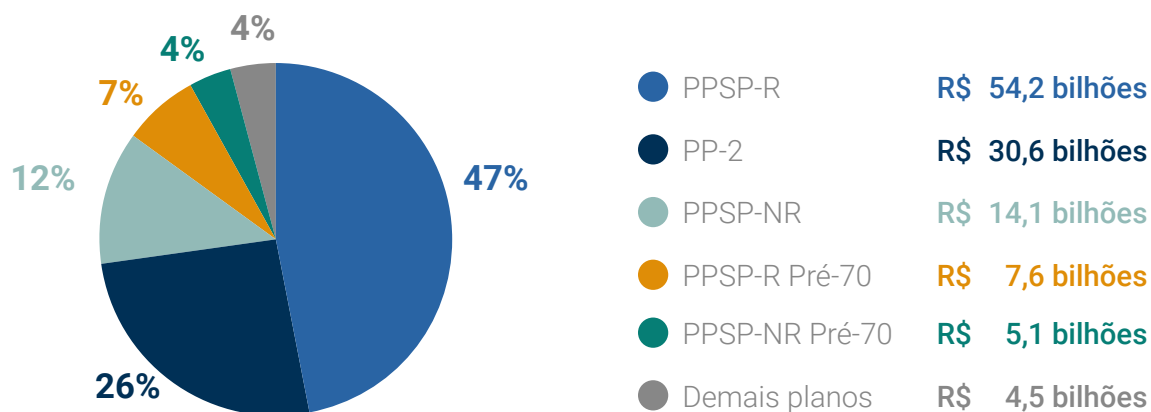
Retorno líquido de R\$ 7,6 bilhões nos investimentos

A estratégia adotada diante da crise foi determinante para encerrarmos o exercício de 2020 com rendimento consolidado de 8,45%, totalizando um retorno líquido de R\$ 7,6 bilhões nos investimentos, considerando todos os planos que administramos. Com o bom desempenho na gestão dos investimentos, conseguimos elevar o patrimônio total da Fundação para R\$ 116,1 bilhões, um incremento de cerca de 8% em relação ao ano anterior, quando contabilizava R\$ 107,9 bilhões, um resultado excepcional considerando o cenário desafiador imposto pela pandemia, consolidando a nossa posição como segundo maior fundo de pensão do país.

Patrimônio da Petros



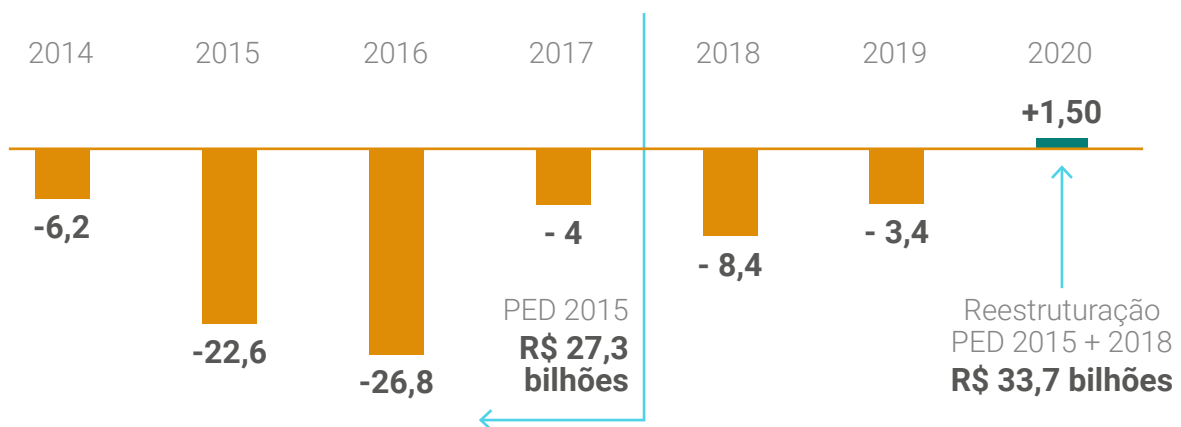
Patrimônio por planos



PPSP-R e PPSP-NR: superavit após nove anos

O ano de 2020 também foi um marco na história dos planos Petros do Sistema Petrobras - Repactuados e Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR), que, depois de nove anos, fecharam com superavit, revertendo o cenário de sucessivos deficits: o PPSP-R registrou equilíbrio técnico positivo de R\$ 967,8 milhões e o PPSP-NR, de R\$ 535,5 milhões. O retorno desses planos BD para o campo positivo é fruto da rentabilidade, evidenciando a robustez das estratégias de investimentos, aliada a um consistente trabalho de reestruturação conduzido pela atual gestão, iniciando uma nova fase na trajetória desses planos.

Evolução do deficit dos PPSPs (em R\$ bilhão)



Rentabilidade acima da meta

O PPSP-R e o PPSP-NR fecharam o ano com rentabilidade acima da meta atuarial. Enquanto o plano que reúne os participantes que repactuaram valorizou 9,49% ante objetivo de 9,15%, obtendo resultado líquido de R\$ 4,195 bilhões nos investimentos, o que abriga os não repactuados avançou 9,42% frente à meta de 9,08%, com retorno líquido de R\$ 1,122 bilhão nos investimentos. Considerando o biênio 2019-2020, o PPSP-R acumulou rentabilidade contábil de 34,7% e o PPSP-NR somou 33,8%.

Em relação ao passivo, atualizado anualmente pela meta atuarial, o que gera um crescimento natural do montante necessário para cobrir todas as obrigações futuras, foi mantida a mesma taxa de juros aplicada no ano anterior: 4,43% no PPSP-R e 4,37% no PPSP-NR. Este é o percentual de desconto utilizado para dimensionar o montante necessário para cobrir todos os compromissos de

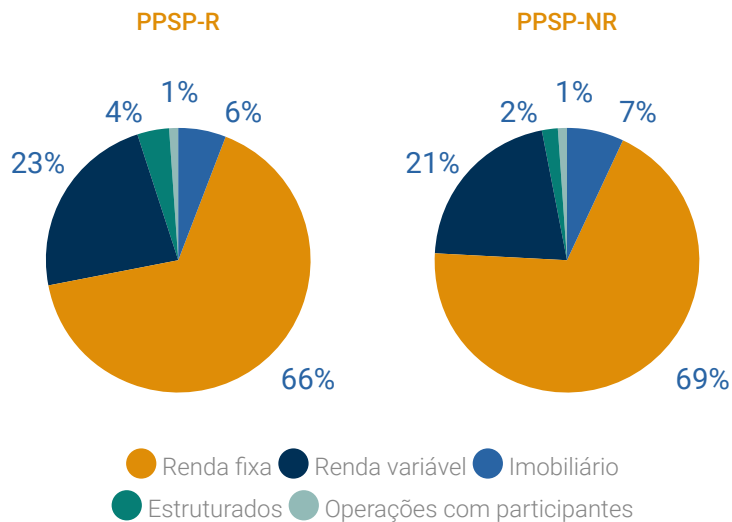
um plano de benefícios. Neste sentido, é importante destacar que a decisão de reduzir a taxa de juros em 2019, como forma de adequá-la ao cenário econômico de juros baixos, foi acertada, contribuindo para o resultado superavitário em 2020 e conferindo mais sustentabilidade aos planos. Com isso, a gestão poderá seguir com segurança as estratégias de investimentos desenhadas, que têm proporcionado boa rentabilidade, sem necessidade de aumentar alocações em ativos com maior risco.

Renda fixa e renda variável superam *benchmark*

Nos planos PPSP-R e PPSP-NR, o destaque foi a renda fixa, com alta de 9,48%, no PPSP-R, e de 9,78%, no PPSP-NR, bem acima do CDI, que é referência para o segmento e avançou 2,77% no período. Contribuiu também para o resultado a renda variável, com retorno de 6,69%, no PPSP-R, e de 6,89%, no PPSP-NR, superando o Ibovespa, que subiu 2,92% no ano. Além disso, o segmento de investimentos estruturados – Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) – teve resultado bastante positivo, com valorização de 242,34%, principalmente em função do acordo envolvendo o FIP Sondas e de desinvestimentos em alguns FIPs para reciclagem da carteira, que geraram retorno positivo aos dois planos.

Já os investimentos imobiliários registraram leve retração, de 0,19%, no PPSP-R, e de 0,23%, no PPSP-NR, devido a reavaliações de ativos previstas para o ano. Se considerarmos as condições de mercado e do setor, no entanto, o resultado superou as expectativas, pois ficou bem acima do IFIX, *benchmark* do segmento, que apresentou queda de 10,24% no ano. O resultado de imóveis foi contrabalanceado pela forte redução da vacância, em torno de nove pontos percentuais em 2020, a partir de um trabalho de aprimoramento da estrutura da área de investimentos.

SEGMENTOS	(EM%)	PPSP-R	PPSP-NR
Total 2020		9,49	9,42
Renda fixa		9,48	9,78
Renda variável		6,69	6,89
Estruturado (FIPs)		242,34	242,34
Imobiliário		-0,19	-0,23
Operações com participantes		10,97	12,25
Meta atuarial		9,15	9,08
Rentabilidade contábil 2019-2020		34,7	33,8



PP-2: patrimônio passa de R\$ 30 bi

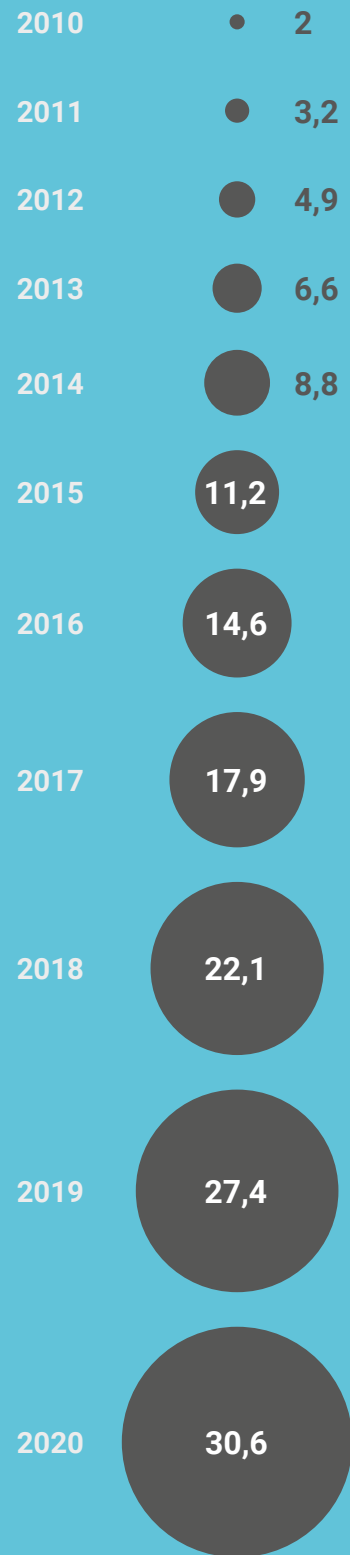
Maior plano de contribuição variável do país e segundo maior da Petros em número de participantes (50,6 mil), o Plano Petros-2 (PP-2) contabilizou R\$ 1,734 bilhão de resultado líquido nos investimentos e encerrou o ano com superavit acumulado de R\$ 168 milhões.

O desempenho da carteira, somado às contribuições recebidas, que são superiores aos pagamentos de benefícios, levaram o plano a alcançar a marca de R\$ 30,6 bilhões em patrimônio, um crescimento de 12% em relação ao ano anterior (R\$ 27,4 bilhões), reforçando a importância do plano para a Petros e todo o setor de previdência complementar fechada.

De janeiro a dezembro de 2020, o plano registrou rentabilidade de 5,87%, frente a uma meta de 10,05%. Considerando um horizonte maior, de 24 meses, o plano acumula rentabilidade de 21,39%.

O resultado abaixo da meta no ano passado está associado ao comportamento de alguns ativos que compõem a carteira do PP-2 e que, diante da crise, não tiveram rápida recuperação, além do fato de o plano ter cerca de 40% dos ativos com precificação marcada na curva, que não registra contabilmente os ganhos e perdas acumulados. Ou seja, a rentabilidade contábil reflete o desempenho de cerca de 60% dos ativos que estão marcados a

Evolução do patrimônio do PP-2 (em R\$ bilhão)



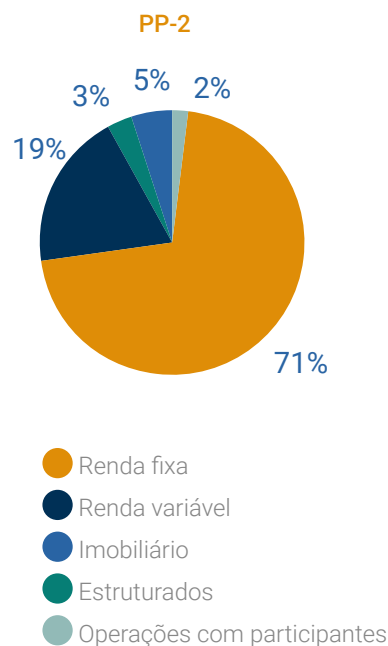
mercado. Caso os 40% restantes tivessem a mesma precificação, a rentabilidade real do PP-2 em 2020 teria sido 18,8%.

Em relação ao passivo, houve redução da taxa de juros usada na avaliação atuarial, cálculo feito para dimensionar os compromissos futuros do plano, saindo de 5,29% para 4,92%. O corte foi fundamental para um melhor alinhamento entre a gestão de riscos e a estratégia de investimentos, conferindo mais segurança e menos volatilidade à carteira.

Renda fixa é destaque

No PP-2, o rendimento foi impulsionado pela renda fixa, que valorizou 10,82%, quase quatro vezes o CDI (2,77%), e também, pelos investimentos estruturados, que subiram 9,44%, em razão de recebíveis por desinvestimentos.

Já a renda variável apresentou queda de 2,17% e os investimentos imobiliários tiveram retração de 4,99%, devido à reavaliação de ativos imobiliários alocados na carteira, em função dos reflexos da pandemia. Ainda em relação a imóveis, destaque para a estratégia de alocações em Fundos Imobiliários em outubro de 2020, após mais de 15 anos sem investir nesta classe de ativos, proporcionando retorno positivo de 4,62%. Este segmento terá papel fundamental para reciclagem do portfólio da carteira imobiliária e alcance dos resultados esperados.



SEGMENTOS	(EM%)	PP-2
Renda fixa		10,82
Renda variável		-2,17
Investimentos estruturados		9,44
Investimentos imobiliários		-4,99
Operações com participantes		10,71
Total 2020		5,87
Meta atuarial		10,05
Rentabilidade contábil 2019-2020		21,39

Gestão ativa e diversificação: rápida recuperação da rentabilidade

A partir de uma estratégia baseada na diversificação do portfólio e na gestão ativa dos investimentos, com maior agilidade para a tomada de decisão, conseguimos reverter o resultado negativo nos investimentos após os impactos da pandemia. No período de março a dezembro, recuperamos 23 pontos percentuais na rentabilidade. Considerando o rendimento acumulado num prazo maior, desde 2019, quando foi iniciado o novo modelo de gestão ativa, a Petros supera 30% de rentabilidade. Adotando o modelo dos fundos de investimentos, que marcam todo seu patrimônio a mercado, que é a forma mais fidedigna de retratar o desempenho, a Petros atinge a marca de 34,93% no biênio 2019-2020 – um patamar que se destaca mesmo diante dos melhores gestores do Brasil.

As estratégias da Petros baseadas em fundos ativos foram um diferencial diante do cenário adverso da economia. Neste sentido, dois produtos geridos por nossa equipe de investimentos tiveram desempenho de destaque entre os melhores dos seus grupos de referência: o FIA Petros Ativo, que rendeu 11,84%, superando o Ibovespa em 8,7 pontos percentuais (p.p.) em 2020 e em 15 p.p., desde outubro de 2019, quando foi criado; e o Fundo Petros Carteira Ativa Multimercado, com alta de 4,73% no ano, uma valorização de 13,33% no biênio 2019-2020, ficando 4,44 p.p. acima do CDI.

Enquanto o FIA Petros Ativo investe em ações de empresas listadas na Bolsa e possui estratégia diversificada e de alta liquidez, buscando retornos superiores ao Ibovespa, o FIM Carteira Ativa atua no mercado de juros, moedas e ações, com diferentes ativos, tendo como objetivo obter valorização maior que o CDI.

Considerando o rendimento acumulado num prazo maior, desde 2019, quando foi iniciado o novo modelo de gestão ativa, a Petros supera 30% de rentabilidade

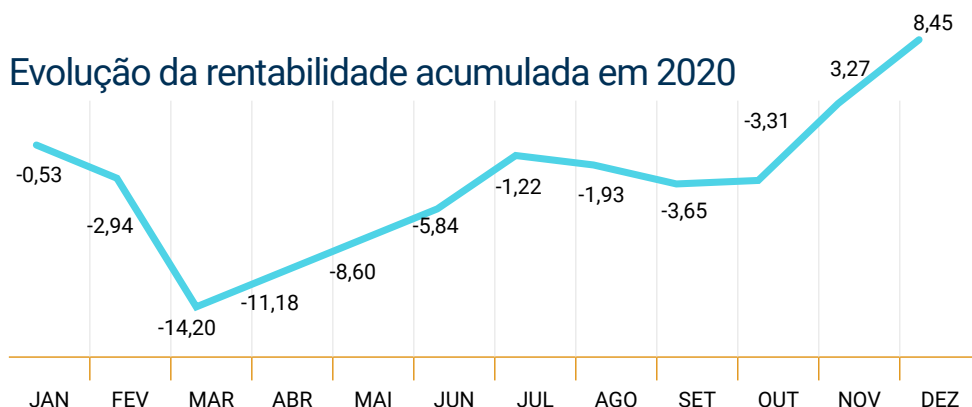
FIA Petros ativo

↑ Alta de
11,84%
Bovespa: 2,92%

FIM carteira ativa

↑ Alta de
4,73%
CDI: 2,77%

Evolução da rentabilidade acumulada em 2020



Turnaround da Petros





Governança

Consolidação da cultura de *compliance* e aumento dos controles internos

Como parte do trabalho para consolidação de uma cultura voltada à integridade, criamos uma área dedicada ao tema *compliance*, disseminando essa importante prática entre nossos colaboradores e fortalecendo um dos principais valores da Petros. Também aprimoramos os controles internos e a gestão de riscos, com uma série de melhorias de processos visando proteger a Fundação, aumentando a transparência e nosso padrão de governança.

Como exemplo, em 2020, a Petros passou a dispor de um novo escudo para se proteger contra atos ilícitos: uma Política de Prevenção e Combate à Fraude, Corrupção e Lavagem de Dinheiro. O documento impõe regras robustas, que delimitam o relacionamento com agentes públicos e terceiros, estabelecendo procedimentos para evitar riscos e garantir maior controle em diferentes frentes. Além disso, foram instituídas penalidades

claras para infrações, elevando os padrões de ética, integridade, legalidade e transparência na condução dos negócios. Esse é um processo de melhoria contínua e, durante os próximos anos, continuaremos a fortalecer nosso Programa de Integridade e *Compliance*, que reúne uma série de princípios e instrumentos para proteger a Fundação de práticas ilícitas e irregularidades.

Ainda em relação às boas práticas e cultura da ética, destaca-se também a publicação da Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, que tem como objetivo estabelecer regras rígidas sobre o tema, abrangendo membros dos colegiados de governança, colaboradores, representantes e parceiros de negócio, em complemento às diretrizes contidas no nosso Código de Condutas Éticas.

Gestão de riscos

Prioridade na agenda da Petros, a gestão de riscos ganhou um peso ainda mais estratégico a partir de junho de 2020, com a incorporação da atividade no escopo da, agora, Diretoria de Riscos, Administração e Finanças. A medida buscou fortalecer ainda mais a governança na administração dos ativos investidos, o que é fundamental, principalmente para uma empresa do porte da Petros, que administra bilhões em recursos. A gestão de investimentos na Petros se diferencia da grande maioria das outras entidades pela realização de uma gestão ativa dos investimentos, sempre buscando o aproveitamento das oportunidades que o mercado oferece ao longo do ano. Por isso, conseguimos entregar resultados diferenciados, mesmo em um ano de tanta volatilidade como foi 2020. No entanto, a maior sofisticação da gestão de investimentos demanda uma maior sofisticação da gestão de riscos. Assim, além das melhorias implantadas nessa função em 2020, continuaremos melhorando as nossas práticas de gestão de riscos em 2021, buscando sermos o *benchmark* do nosso setor.

Ainda nesta frente de trabalho, revisamos e divulgamos em nosso portal a nova Política de Gestão de Riscos da Petros, que estabelece os princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento dos riscos financeiros e atuariais

Passamos a contar com um modelo próprio de apetite a riscos, que define uma estrutura de limite de riscos para cada plano de benefícios

dos planos de benefícios. As mudanças aplicadas no documento refletem os ajustes implementados para reforçar os controles da gestão dos investimentos. Uma das novidades do processo é que passamos a contar com um modelo próprio de apetite a riscos, que define uma estrutura de limite de riscos para cada plano de benefícios, de acordo com a característica do seu passivo.

Também foram definidos com maior clareza papéis e responsabilidades de todos os agentes que participam deste processo, desde a alta governança – Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Comitês de Risco e de Auditoria –, a áreas gestoras – Setor de Gestão de Riscos e Auditoria Interna – e corpo técnico. O objetivo foi promover maior autonomia no gerenciamento dos riscos e segregar funções entre os tomadores e os responsáveis pela sua identificação, promovendo um monitoramento sistemático que permeia toda estrutura de riscos, aumentando a barreira aos riscos associados à gestão financeira e atuarial dos planos de benefícios.

Fortalecimento da Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna da Petros passou por uma reestruturação, de modo a conferir maior profissionalização à equipe, aprimoramento dos processos e foco em resultados. Como parte da reestruturação, foi criada a Célula de Auditoria Interna, para dar suporte às ações de nível operacional e tático da gerência executiva. Paralelamente, foram contratados profissionais no mercado com expertises associadas à atividade-fim da Petros, como ciências atuariais e economia, formando, assim, uma equipe diversificada e de alta performance.

Além disso, foi implementada nova metodologia, baseada em uma abordagem de auditoria orientada a riscos, e fortalecida a interação com a área de Controles Internos. Foram elaborados, ainda, novos normativos para aprimoramento da governança da atividade, incluindo uma Política de Auditoria Interna, alinhada às melhores práticas do mercado e de acordo com as normas internacionais emanadas pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). A nova política estabelece os princípios a serem seguidos pela área, apoiados no Código de Ética da Auditoria Interna, também aprovado em 2020.

Com o contínuo aperfeiçoamento das atividades, agora temos como meta a obtenção de certificação de conformidade com as normas internacionais de auditoria interna – o selo de qualidade comprovada “Quality Assessment” –, concedido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). Isto significa que a área está em conformidade com os mais elevados padrões em auditoria interna e alinhada com o IPPF (International Professional Practices Framework), possuindo estruturas

robustas de auditoria e atuando de forma eficiente e transparente, com ética, independência e imparcialidade, no propósito de contribuir para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Adesão ao Código de Autorregulação em Governança da Abrapp

Evidenciando nosso compromisso público com as melhores práticas e o aperfeiçoamento contínuo de governança, aderimos de forma voluntária ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). O documento reúne um conjunto de princípios e diretrizes que devem ser seguidos pelas entidades fechadas de previdência complementar no que se refere a boas práticas de governança corporativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor. O próximo passo é obter o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, concedido pela Abrapp após verificação técnica para comprovar o efetivo cumprimento das práticas estabelecidas no documento.

Programa de Segurança da Informação e LGPD

A proteção de dados e a segurança das informações são tratadas com prioridade e responsabilidade na nossa empresa. Como parte do trabalho para atendermos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrou em vigor em 18/9/2020, aperfeiçoamos as formas de tratamento das informações, os cuidados com os riscos e os controles de proteção de dados associados às nossas atividades.

O projeto de adequação à LGPD envolve diferentes ações, não relacionadas apenas à tecnologia e segurança da informação. É mais que um projeto, pois tornou-se uma jornada que fortalece os nossos processos e a proteção das informações que tratamos diariamente, em especial os dados pessoais dos nossos clientes, fornecedores e empregados.

Os princípios fundamentais de proteção de dados pessoais na Petros estão consolidados na nossa Política de Privacidade, aprovada no mesmo mês da entrada em vigor da nova lei, reforçando o nosso compromisso com a segurança das informações.

Todo esse trabalho faz parte do nosso Programa de Segurança da Informação, que envolve uma série de iniciativas, controles, tecnologia, normativos, além de ações de conscientização.

Protegendo o patrimônio

Blindagem institucional

Em 2020, adotamos uma nova postura e, também, concentramos esforços em medidas para dar celeridade aos processos de responsabilização e busca de ressarcimentos por danos causados ao patrimônio da Petros em função de investimentos decididos no passado.

Os resultados vieram fundamentalmente do aprimoramento da governança deste processo, tendo como ponto de partida mudanças na estrutura organizacional, com a criação de uma área totalmente dedicada à análise de casos e de investigações, com o objetivo de acelerar a abertura de processos em busca de responsabilização e ressarcimentos.

A nova área foi criada a partir da reestruturação da área jurídica da Petros, que passou a exercer um papel mais estratégico, com foco em resultados e alinhada às especificidades da Fundação. Com as mudanças na estrutura, a área jurídica passou a gerenciar as atividades das Comissões Internas de Apuração (CIAs), criadas para averiguar eventuais irregularidades em investimentos decididos no passado.

Paralelamente, foi revisado todo processo de apuração, culminando na reestruturação das CIAs, com redesenho do fluxo de trabalho, além da contratação de escritórios especializados em assessoramento criminal e cível em possíveis ações de responsabilização e ressarcimentos, e de consultoria externa para apoiar o trabalho interno.

Redesenho do fluxo de trabalho



PRIMEIRA TRIAGEM

Denúncias de diferentes naturezas são **recepcionadas pela Ouvidoria**



CONSULTORIA TERCEIRIZADA

Denúncias que envolvam **membros ativos da alta gestão** da Petros são encaminhadas para consultoria terceirizada para apuração



INDEPENDÊNCIA E RAPIDEZ

Maior **independência e credibilidade** e ganho de escala para redução do tempo de conclusão

Reestruturação das apurações internas

Com o apoio da consultoria Deloitte, foi conduzido um amplo trabalho de reestruturação das apurações internas, a partir da identificação dos ativos a serem investigados, estabelecendo um ranking de priorização e redesenhando o fluxo, seguindo as melhores metodologias e práticas de auditoria e investigação.

Para dar celeridade e ainda mais independência a este trabalho, a Petros, após processo de concorrência, contratou também a Grant Thornton, uma das maiores empresas globais de auditoria, com o objetivo de apoiar o trabalho do time do Setor de Apurações e Reparação de Danos. O envolvimento da consultoria neste trabalho forneceu uma chancela externa nas apurações e medidas judiciais contra ex-gestores e terceiros que tenham causado danos à Petros, fortalecendo a governança deste processo. Além disso, permitiu às equipes internas intensificar outras atividades fundamentais, como análise reputacional e monitoramento dos processos de fundos exclusivos.

O trabalho consiste na apuração de fatos e dados para identificar se houve danos à Petros e, se sim, se podem ser atribuídos a ex-gestores e terceiros. Também é elaborado um parecer externo para cada investigação, inclusive de viabilidade financeira, para que seja definida não somente a ocorrência de condutas irregulares e de lesão à Fundação, mas também seu valor. Com isso, tais relatórios são enviados ao escritório externo, de primeira linha, que elabora, com autonomia, parecer de viabilidade jurídica, examinando o nexo de causalidade entre as condutas apontadas na investigação e os danos apurados no parecer de viabilidade financeira. Isso resulta em uma matriz de responsabilização, bem como em orientação quanto aos procedimentos jurídicos a serem adotados na busca de eventual reparação.

Foi conduzido um amplo trabalho de reestruturação das apurações internas, estabelecendo um ranking de priorização e redesenhando o fluxo, seguindo as melhores metodologias e práticas de auditoria e investigação

Recuperação de R\$ 108 milhões

Em 2020, conseguimos recuperar R\$ 108 milhões, que retornaram ao patrimônio da Fundação. Foram concluídas 17 apurações internas, mais que triplicando o resultado desde o início deste processo, em 2018, quando houve cinco apurações finalizadas, porém, sem análise de viabilidade financeira e jurídica.

Do total recuperado, parte envolve valores arrestados de réus citados em processos de investigação, que correm em segredo de justiça, fruto de decisão judicial, em caráter liminar, em uma das ações de responsabilidade civil contra ex-gestores e terceiros (pessoas físicas) e, também, acordos de colaboração premiada e/ou leniência assinados com empresas investigadas, como é o caso do acordo de leniência da J&F com o Ministério Público Federal (MPF).

Para obter maior agilidade nesses processos, a Petros contratou um escritório externo especialista nesta área, que passou a acompanhar de perto todas as ações criminais que eventualmente possam trazer ressarcimento para a Fundação, o que foi fundamental para viabilizar resultados concretos no que diz respeito à recuperação de recursos de investimentos do passado. Além disso, apenas em 2020, foram abertas três ações de responsabilidade civil.

Foram concluídas 17 apurações internas, mais que triplicando o resultado desde o início deste processo



Assistente de acusação do MPF

Avançamos também em relação às investigações conduzidas por autoridades e passamos a exercer um papel proativo, de maior colaboração. Assim, desde 2020, a Petros está atuando como assistente do Ministério Público Federal (MPF) em duas ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo órgão contra ex-gestores e terceiros por ativos investigados pela Operação Greenfield. Assim, reforçamos o nosso apoio ao MPF, municiando o órgão com informações e documentos que o auxiliem na sustentação das acusações nos processos em que exige a devolução dos recursos aportados pela Fundação. Outros três requerimentos feitos pela Petros com o mesmo propósito aguardam decisão da 22ª Vara da Justiça Federal, em Brasília.

Fim da disputa arbitral FIP Sondas

Em 2020, a Petros fechou um acordo no valor de R\$ 950 milhões, encerrando o procedimento arbitral que envolvia o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Sondas – veículo criado para investir na empresa Sete Brasil e do qual a Fundação era uma das cotistas. O montante foi incorporado ao patrimônio do PPSP-R, do PPSP-NR e do PP-2, onde o ativo estava alocado.

O acordo – um dos maiores já feitos no Brasil no âmbito de arbitragem – foi fechado após intensa negociação, seguindo rigorosos requisitos de *compliance*, em que a Petros defendeu, incansavelmente, os interesses de seus participantes. A decisão foi tomada com base em uma criteriosa análise, que levou em consideração pareceres técnicos de dois dos mais respeitados escritórios do país especializados em arbitragens complexas, que recomendaram o fechamento do acordo; e o fato de que duas arbitragens muito semelhantes à da Petros resultaram em não recebimento do valor investido pelos quotistas do FIP Sondas.

Com o objetivo de dar a máxima transparência possível ao assunto, antes de ser fechado, o acordo foi levado ao conhecimento do Ministério Público Federal, que não apontou qualquer objeção.



Gestão de investimentos

Gestão ativa e foco em estratégias de diversificação

Um fator-chave para o desempenho dos investimentos em 2020 foi a nossa capacidade de fazer gestão ativa no padrão dos melhores gestores do país. Intensificamos as estratégias baseadas em fundos ativos, com mandatos específicos e diversificados, além de alta liquidez.

A estratégia se mostrou fundamental no processo de recuperação da rentabilidade no ano, configurando-se em um diferencial diante do cenário adverso da economia. Entre os destaques da carteira estão dois fundos internos, que, juntos, somavam cerca de R\$ 6 bilhões em patrimônio, em dezembro de 2020, e são geridos por nossa equipe de investimentos.

O FIA Petros Ativo investe em ações de empresas listadas na Bolsa, selecionadas pela equipe interna de gestão de renda variável, e é baseado em uma estratégia diversificada e com alta liquidez, buscando retornos superiores ao Ibovespa. Já o Fundo Petros Carteira Ativa Multimercado atua no mercado de juros, moedas e ações, e investe em diferentes ativos para buscar valorização acima do CDI, com baixa volatilidade – o portfólio inclui operações atreladas a títulos públicos do Brasil e dos Estados Unidos, índices como o Ibovespa e o S&P 500, e moedas como euro, iene e dólar australiano.

Em 2021, avançaremos ainda mais nessa agenda, que visa organizar melhor nossa prateleira de produtos, alinhando os objetivos de gestão aos modelos de otimização, o que permitirá focar na desconcentração da carteira de alguns planos.

Revisão dos processos de investimentos

Ao longo de 2020, realizamos um amplo trabalho para a reestruturação da governança dos investimentos, associado a uma política de investimentos sólida, que permitiu que a Petros tivesse bases robustas para enfrentar a crise, agilidade na tomada de decisão e adaptação frente aos novos desafios, recuperando rapidamente a rentabilidade.

Como parte do aprimoramento contínuo da gestão dos investimentos, a Petros contratou a consultoria McKinsey para apoiar a revisão de processos e normativos internos. O trabalho, iniciado no segundo semestre de 2020, visa simplificar e desburocratizar toda a estrutura de procedimentos, viabilizando uma gestão mais ativa e moderna dos recursos geridos pela Fundação.

O objetivo é dar mais agilidade à gestão de investimentos, mas conciliando a simplificação e a flexibilização dos processos com uma estrutura robusta de governança, análise de riscos e *compliance*.

Com esta frente de trabalho, a Petros aumenta a transparência, se alinha às melhores práticas do mercado, e se posiciona como uma instituição de referência na gestão de ativos.

O objetivo é dar mais agilidade à gestão de investimentos, mas conciliando a simplificação e a flexibilização dos processos com uma estrutura robusta de governança, análise de riscos e *compliance*

Políticas de Investimentos 2021-2025

Revisamos nossas políticas de investimentos para os próximos cinco anos (2021-2025), perseguindo a melhora de governança, transparência e controles de riscos, equiparando nosso padrão ao nível dos melhores gestores institucionais. Foram atualizados os objetivos e diretrizes de gestão de ativos, levando em consideração as características de cada plano de previdência – como modalidade, maturidade e obrigações –, bem como o cenário econômico e os critérios de exposição a risco em busca de rentabilidade.

Como parte do trabalho de elaboração das políticas de investimentos, desenvolvemos um modelo próprio de gestão, voltado para a realidade da empresa, em termos de governança e do universo de ativos disponíveis para investimentos, tendo como base referência teórica do modelo dos maiores fundos de pensão canadenses.

Aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2020, as novas políticas de investimentos darão continuidade ao trabalho de reciclagem e desconcentração das carteiras que vem sendo conduzido pela atual gestão, em busca de uma maior diversificação na composição do portfólio, em especial em renda variável. Para 2021, avançaremos ainda mais na agenda de gestão ativa de investimentos, com destaque para fundos de gestão própria, que têm potencial de gerar um diferencial na rentabilidade como já ocorreu em 2020. O objetivo é seguir buscando formas de construção das carteiras de investimentos que combinem risco e retorno esperados, com maior diversificação do portfólio de produtos, alinhando os objetivos de gestão aos modelos de otimização de cada plano de benefícios.

Desenvolvemos um modelo próprio de gestão em termos de governança e do universo de ativos disponíveis para investimentos

Limites de alocação por plano de benefícios

PLANOS BD														
Segmentos	PPSP-R		PPSP-NR		Lanxess		Ultrafertil		Nitriflex		PPSP-R Pré-70		PPSP-NR Pré-70	
	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.
Renda fixa	20%	100%	20%	100%	20%	100%	20%	100%	20%	100%	20%	100%	20%	100%
Renda variável	0%	40%	0%	40%	0%	40%	0%	40%	0%	40%	0%	40%	0%	40%
Estruturado	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%
COE	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%
FIP	0%	5%	0%	5%	0%	5%	0%	5%	0%	5%	0%	5%	0%	5%
Multimercado estruturado	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%
Imobiliário	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%
Operações c/ participantes	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%	0%	15%
Investimento no exterior	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%	0%	10%

PLANOS CV						
Segmentos	PP-2		TapmePrev		Sanasa	
	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.
Renda fixa	20%	100%	20%	100%	20%	100%
Renda variável	0%	40%	0%	40%	0%	40%
Estruturado	0%	20%	0%	20%	0%	20%
COE	0%	10%	0%	10%	0%	10%
FIP	0%	5%	0%	5%	0%	5%
Multimercado estruturado	0%	15%	0%	15%	0%	15%
Imobiliário	0%	10%	0%	10%	0%	10%
Operações c/ participantes	0%	15%	0%	15%	0%	15%
Investimento no exterior	0%	10%	0%	10%	0%	10%

DEMAIS PLANOS						
Segmentos	Planos CD		PGA		BD em retirada	
	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.	%mín.	%máx.
Renda fixa	20%	100%	20%	100%	0%	100%
Renda variável	0%	40%	0%	40%	0%	0%
Estruturado	0%	20%	0%	20%	0%	0%
COE	0%	10%	0%	10%	0%	0%
FIP	0%	5%	0%	5%	0%	0%
Multimercado estruturado	0%	15%	0%	15%	0%	0%
Imobiliário	0%	10%	0%	10%	0%	0%
Operações c/ participantes	0%	15%	-	-	0%	0%
Investimento no exterior	0%	10%	0%	10%	0%	0%

Investimentos no exterior

A Petros ainda não tem investimentos no exterior. E uma das novidades das Políticas de Investimentos 2021-2025 foi o aumento do limite máximo de alocação no segmento de investimentos no exterior, que passará de 5% para 10% nos planos de benefício definido em conjunto com a redução do limite máximo da exposição à renda variável, de 45% para 40%. O processo de *due diligence* dos gestores para investimentos no exterior está na fase final e, quando iniciarmos o investimento nesta classe de ativos, a estratégia será realizada de forma gradual, considerando sempre as condições macroeconômicas e de mercado. Buscaremos ativos que apresentem baixa correlação com os ativos existentes na carteira atualmente, otimizando o desempenho global dos investimentos.

Desconcentração da carteira

Como parte da estratégia de gestão para reduzir a concentração dos ativos das carteiras de determinados planos e ampliar a diversificação dos investimentos, realizamos importantes movimentos, com venda de papéis de BRF, Vale, Romi e Totvs. Com os recursos obtidos, conseguimos potencializar a gestão ativa dos investimentos, com estratégias baseadas em fundos diversificados, de alta liquidez, otimizando a relação risco retorno dos investimentos.

Em relação à BRF, foi concluído, em janeiro de 2021, processo de venda de uma parcela das ações da companhia. Com o desinvestimento, a Fundação passou a deter 9,9% de participação no capital social da companhia. Mesmo com a operação, mantemos participação relevante na empresa, reiterando a confiança na atual administração e nas expectativas de retorno do ativo nos próximos anos. A operação de venda seguiu todos os trâmites de governança da Petros, além de ter sido estruturada de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais.

Com os recursos obtidos, conseguimos potencializar a gestão ativa, otimizando a relação risco retorno dos investimentos

Reciclagem da carteira de FIPs

O ano de 2020 foi positivo para o processo de reciclagem da carteira de FIPs, conforme diretriz das políticas de investimentos - seja via acesso ao mercado secundário ou via desinvestimentos dentro do curso natural dos fundos.

Ao longo do 2020, foram liquidados os FIPs Sondas e Brasil de Governança Corporativa. Além disso, foram concretizados oito desinvestimentos em companhias investidas, com destaque para o FIP Brasil Energia, que concluiu, em 2020, cinco desinvestimentos. Em operação no mercado secundário, a Petros alienou sua participação no FIP Bioenergia, mitigando importantes passivos e contingências associadas ao ativo.

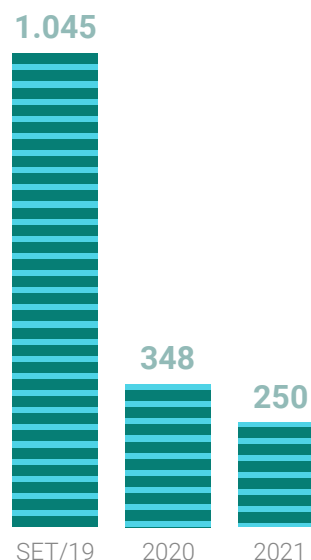
Os desinvestimentos indicados acima geraram o recebimento de R\$ 199 milhões pela Petros. Somaram-se a isso os recursos recebidos em função do encerramento do processo arbitral envolvendo o FIP Sondas, no valor R\$ 950 milhões. Os valores contribuíram para o retorno positivo da classe Investimentos Estruturados em 2020. Além do retorno direto, economizaremos recursos financeiros com estes desinvestimentos, dado o elevado custo de carregamento desta classe de ativos – os FIPs possuem um custo médio de R\$ 1 milhão, por ano, para a Fundação.

Por fim, no último dia do ano, foi assinado o contrato de compra e venda referente à alienação da participação da Petros em 7 FIPs (“Projeto Diamond”): FIP BEP, FIP CRP VII, FIP Brasil Agronegócio, FIP Brasil Sustentabilidade, FIP JBVC I, FIP Industrial Parks e FIP Brasil Mezanino. Com a conclusão dos desinvestimentos, passaremos a deter 7 FIPs na carteira.

Redução da vacância em imóveis

A partir de um trabalho de aprimoramento da estrutura da área de investimentos e de qualificação das equipes para atuar de forma mais ativa no mercado imobiliário, conseguimos locar cerca de 50 mil metros quadrados de área, reduzindo em nove pontos percentuais (p.p.) a vacância da carteira de imóveis em 2020, apesar dos impactos no setor provocados pela pandemia

Valores em carteira
(em R\$ milhão)



de Covid-19. Este desempenho é bem superior à média do mercado. A título de comparação, a Buildings – plataforma de dados do mercado imobiliário – divulgou queda de 4.9 p.p. de vacância no segmento logístico e aumento de 4.6 p.p. no de lajes corporativas, considerando apenas a região de São Paulo.

Como parte das mudanças implementadas, foi criado o Setor de Gestão de Imóveis, para dar maior foco neste segmento. Ao mesmo tempo, houve uma desburocratização de processos e otimização da governança, que incluiu um trabalho de acompanhamento dos principais *players* de mercado. Além disso, foram revistos contratos de exclusividade na comercialização, e administradores e síndicos foram substituídos. Também investimos em tecnologia, com a contratação de plataforma de dados do mercado e a criação de novos materiais de marketing, como, por exemplo, tour virtual nos empreendimentos, que conferiram maior agilidade e competitividade à Petros no acirrado mercado imobiliário.

O resultado de 2020 foi impulsionado pelo setor de condomínios logísticos de alto padrão, segmento que se mostrou bastante resiliente com o aumento da demanda de setores como e-commerce e varejo. Ao todo, foram finalizados 14 novos contratos de locação, a maioria para empresas de grande porte. Outro ponto importante foi a locação da loja situada no térreo do Edifício Petros, na Rua do Ouvidor, Centro do Rio, firmando contrato de longo prazo com a Livraria Leitura, inaugurada em outubro de 2020. A conclusão dessa negociação foi fundamental para a carteira, por tratar-se de uma megaloja, de mais de 1.400m², o que torna ainda mais desafiadora sua absorção no mercado do Rio de Janeiro.

Conseguimos local
cerca de 50 mil
metros quadrados
de área, reduzindo
em nove pontos
percentuais a
vacância da carteira
de imóveis

Leilão de imóveis

Em mais uma iniciativa do plano de desinvestimentos em imóveis, entre outubro e novembro de 2020, foi realizado leilão, com o recebimento de propostas para 15 unidades comerciais, totalizando o montante de R\$ 1,6 milhão. O valor representou um ganho de cerca de 15% em relação à soma dos lances iniciais. Os empreendimentos arrematados estão localizados no Rio Office Park 4 e 5, no Rio de Janeiro, e no Edifício OAB, no Distrito Federal.

O leilão faz parte de um amplo trabalho de reciclagem da nossa carteira imobiliária, a partir de um movimento de desinvestimentos em ativos muito pulverizados, que não estão adequados para um investidor de grande porte como a Petros. O objetivo é focar em ativos que proporcionem melhor rentabilidade para o patrimônio dos planos. Além disso, os imóveis apresentavam vacâncias relevantes, gerando despesa de administração.

Projeções reconhecidas pelo mercado

As nossas projeções macroeconômicas, fundamentais para os processos decisórios de investimentos, tornaram-se referência no mercado. Como resultado deste trabalho, a Petros tem figurado constantemente no ranking Top 5 do Boletim Focus do Banco Central.

Ao longo de 2020, aparecemos diversas vezes na seleta lista, ficando em terceiro lugar no ranking de projeções do IGP-M de curto prazo em agosto, setembro, outubro e dezembro, mantendo a posição em janeiro de 2021. Em agosto de 2020, fomos reconhecidos pelo Banco Central pelas previsões para o IPCA de curto prazo; em maio, para projeções do IGP-M de médio prazo e da taxa de câmbio; e em dezembro de 2019, para a taxa Selic de curto prazo.

Além da citação no Top 5 do Boletim Focus, que representa um atestado de qualidade do Banco Central para as projeções macroeconômicas, a Petros vem ocupando espaço em relatórios elaborados por outras instituições. No Prisma Fiscal, do Ministério da Economia, aparecemos três vezes no ranking que apura a projeção para Despesa Total do Governo Central.

No ranking da Bloomberg, a Petros se destacou nas projeções de IPCA com sete aparições: IPCA mensal para agosto (5º lugar), setembro (4º lugar) e janeiro de 2021 (4º lugar); e IPCA interanual para agosto (3º lugar), setembro (3º lugar), outubro (5º lugar) e novembro (5º lugar).

TOP 5

Dezembro
IGP-M de
curto prazo

Outubro
IGP-M de
curto prazo

Setembro
IGP-M de
curto prazo

Agosto
IGP-M de
curto prazo
e IPCA de
curto prazo

Maio
IGP-M de
médio prazo
e taxa de câmbio

**7 vezes no ranking
do Boletim Focus
do Banco Central
em 2020**

An elderly man with white hair and a beard is sitting on a dark grey sofa, reading a book. A young boy is sitting next to him, leaning his head on the man's shoulder and also reading the book. The scene is warmly lit, suggesting an evening or indoor lighting. The background is slightly blurred, showing a home interior with a plant and some furniture.

Previdência

Reestruturação marca virada de PPSP-R e PPSP-NR

O ano de 2020 foi um marco na história do PPSP-R e do PPSP-NR. Os dois maiores planos de benefício definido da Petros foram reestruturados com o objetivo de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias no orçamento mensal de grande parte dos participantes e oferecer sustentabilidade a ambos os planos. Os números alcançados em 2020, com o primeiro superavit em nove anos, são fruto desse trabalho iniciado em setembro de 2019.

A reestruturação foi marcada pelo amplo debate. Construído com base em uma proposta do GT Paritário que buscava alternativas para o equacionamento, as mudanças foram negociadas entre Petros, patrocinadoras e entidades representativas dos participantes durante diversas rodadas. Ao

final, o novo modelo foi aprovado em todas as assembleias das entidades, que também firmaram um termo de compromisso dispondo sobre os principais itens da reestruturação.

Em 20 de fevereiro de 2020, a reestruturação dos dois planos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, instância máxima de governança da Petros. Juntamente com as mudanças, o CD aprovou a redução das metas atuariais do PPSP-R e do PPSP-NR para 4,43% + IPCA e 4,37% + IPCA - medida apontada como necessária pelas áreas técnicas e extremamente benéfica para os planos, reduzindo o risco de novos deficits. Já a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) deu seu de acordo às mudanças em 5 de maio de 2020.

O resultado de 2020 comprova o sucesso da reestruturação. E seguimos comprometidos com a sustentabilidade dos dois planos para que, no futuro, a contribuição extra possa ser reduzida.

Parcelamento do saldo em aberto do PED-2015

Outra importante medida para a sustentabilidade dos PPSPs foi o parcelamento da cobrança do PED-2015 para aqueles que, entre 2018 e 2019, ficaram sem pagar as contribuições extras devido a decisões judiciais. A opção pelo parcelamento foi disponibilizada juntamente com a implantação da reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR e o sistema esteve disponível para escolha da forma de pagamento entre 15 de junho e 9 de julho de 2020. O parcelamento também foi acordado entre a Petros e as entidades representativas dos participantes.

A medida teve o objetivo de permitir que quem deixou de pagar o PED-2015 pudesse escolher como fazer, parcelado ou à vista, reduzindo o impacto deste custo sobre o orçamento mensal. Também possibilitou que todos os que não pagaram ajustassem suas contas com o plano, além de não prejudicar quem sempre pagou o PED-2015. Além disso, em função da pandemia de Covid-19, que afetou financeiramente muitas famílias, oferecemos aos participantes uma carência para iniciar

Os números alcançados em 2020, com o primeiro superavit em nove anos, são fruto do trabalho iniciado em setembro de 2019

o pagamento do saldo devido, permitindo escolher entre duas datas: julho de 2020 ou janeiro de 2021.

A opção padrão foi o parcelamento pela expectativa de vida, prazo máximo permitido, ou seja, o número de meses calculado pela Petros como expectativa de vida do participante. O parcelamento foi feito com base em prestações fixas com valor mínimo de R\$ 50 mensais e incluiu um valor para um fundo de quitação por morte, para garantir que não houvesse prejuízo para o plano nem para os participantes que pagaram o PED-2015 sem interrupções.

PP-3 como opção para participantes do PPSP-R e PPSP-NR da Petrobras

Após a reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR, voltamos a trabalhar na criação do PP-3, plano de contribuição definida (CD) proposto pela Petrobras como mais uma opção previdenciária exclusiva para os participantes do PPSP-R e do PPSP-NR da companhia.

Apresentado inicialmente no fim de 2018, o PP-3 passou por uma reformulação para se adequar às exigências da Previc e ao novo momento do PPSP-R e do PPSP-NR, já reestruturados. A partir de junho de 2020, voltamos a fornecer detalhes sobre o plano, disponibilizando um primeiro simulado das condições de migração e criando uma área especial no portal dedicada ao PP-3.

A criação do novo plano CD foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros em 2 de setembro de 2020. No mesmo dia, disponibilizamos um hot site para que os participantes pudessem conhecer a fundo o PP-3 e esclarecer as principais dúvidas. Comunicar e informar de forma clara, para que os participantes pudessem tomar uma decisão sobre a migração voluntária de forma segura, sempre foi uma preocupação da Petros. Nesse sentido, o ambiente digital sobre o PP-3 passou por várias atualizações, acompanhando cada etapa de criação do plano.

Devido à pandemia, pagamento de empréstimo pôde ser suspenso por seis meses

Com o objetivo de ajudar os participantes a enfrentar as consequências financeiras da pandemia de coronavírus, a Petros foi o primeiro grande fundo de pensão a permitir a suspensão temporária do pagamento das parcelas de empréstimo.

Essa opção esteve disponível a participantes de todos os planos que contam com este serviço. Inicialmente, a suspensão foi válida por três meses – de abril a junho. Mas, devido à extensão da pandemia, a Petros prorrogou a suspensão por mais três meses, até setembro de 2020.



32 mil

contratos de empréstimos tiveram o pagamento das parcelas suspenso



23.282

participantes beneficiados

O novo plano foi aprovado pela Previc em 27 de janeiro de 2021. Desde então, a Petros vem trabalhando intensamente para sua implementação. O período de opção pela migração foi inicialmente de 2 a 31 de março, sendo prorrogado por mais 30 dias, até 30 de abril de 2021. Os interessados em migrar tiveram de acessar um ambiente especial, onde podiam simular todos os cenários, firmar o Termo Formal de Renúncia e preencher o Termo de Opção pela Migração.

Apesar de sua criação ter sido aprovada por todas as instâncias de governança e autoridades competentes, o PP-3 só será efetivamente criado após a análise da viabilidade técnica e administrativa do plano, depois da definição da massa de participantes que optará pelo novo plano. Caso o PP-3 não possa ser criado, os participantes que tiverem optado pela migração seguirão no plano de origem.

Fortalecimento do atendimento digital

Após uma bem-sucedida migração para os canais digitais e telefônicos, descontinuamos o atendimento presencial no Posto Salvador. A medida seguiu em linha com o processo de modernização da Petros e de redução de despesas administrativas, gerando uma economia de, no mínimo, R\$ 327 mil por ano. Além disso, acompanha também uma tendência do mercado de estimular o uso de canais digitais, proporcionando ganhos de eficiência para a empresa.

A Petros já vinha num movimento natural de migração para os canais digitais e esse processo acabou sendo acelerado em função da pandemia de coronavírus. Estudamos as demandas ao atendimento de Salvador e verificamos que 100% poderiam ser resolvidas por meio digital ou telefônico. Além disso, quase 25% das demandas diziam respeito a solicitações que poderiam ser resolvidas por meio do autoatendimento no Portal Petros e aplicativo como, por exemplo, solicitação de impressão de contracheques ou informe de rendimentos.

Para garantir que os participantes da região de Salvador continuem sendo atendidos com a mesma qualidade que encontravam no posto da capital baiana, destacamos uma equipe interna dentro da estrutura da área de relacionamento, que vai acompanhar de perto essas solicitações.

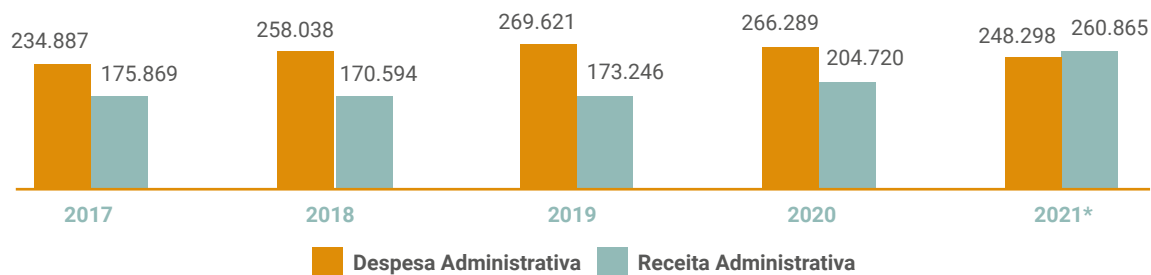


Gestão administrativa e financeira

Equilíbrio administrativo após 20 anos

A política de austeridade que colocamos em prática ao longo de 2020 e as medidas em busca de eficiência administrativa trouxeram resultados que merecem ser celebrados. Pela primeira vez em quase 20 anos, a Petros proveu seu equilíbrio administrativo, com a adoção de um orçamento que prevê gastos menores do que os realizados em anos anteriores, ao mesmo tempo em que deu um salto no incremento das receitas. O orçamento aprovado para 2021 referente às despesas administrativas foi de R\$ 248 milhões, cerca de 10% menor do que o de 2020 (R\$ 277 milhões). Já as receitas foram orçadas em R\$ 261 milhões. Com isso, conseguimos solucionar um gap histórico entre receitas e despesas, permitindo à Petros retomar uma trajetória de sustentabilidade do seu fundo administrativo, de forma a garantir a saúde financeira da sua gestão administrativa.

Despesas x receitas (em R\$ mil)



* Projeção de receitas e despesas.

Os valores demonstrados de 2017 a 2020 são realizados. No valor de R\$ 266 milhões de despesas administrativas em 2020, foi expurgado o montante R\$ 12 milhões referente à reavaliação do Edifício Petros, o qual é lançado na conta de "Despesas Gerais", mas não representa desembolso de valores.

Redução de gastos e aumento das receitas

Como resultado das medidas implementadas na gestão orçamentária, houve redução de cerca de R\$ 11 milhões nos gastos administrativos em 2020, de R\$ 277 milhões, orçamento previsto, para R\$ 266 milhões, orçamento realizado, ou seja, conseguimos realizar despesas abaixo do planejado no ano passado. A economia ocorreu, sobretudo, em função de um menor desembolso com treinamentos, viagens, despesas gerais, e pessoal e encargos, devido, principalmente, à reorganização da estrutura da empresa, visando aumentar a eficiência administrativa e otimizar processos.

Tal valor já considera os desembolsos realizados pela Petros para pagamento do pecúlio, de R\$ 11,8 milhões, como parte da reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR, uma vez que a Fundação também é patrocinadora dos referidos planos.

Na outra ponta, as receitas aumentaram em cerca de R\$ 32 milhões, de R\$ 173 milhões em 2019 para R\$ 205 milhões em 2020 – o maior incremento dos últimos três anos. Para 2021, estão previstos R\$ 56 milhões adicionais em receitas. Deste total, R\$ 32 milhões referem-se apenas à venda da folha a instituições financeiras, que remuneram a Fundação pelo pagamento de benefícios, sem gerar qualquer custo aos participantes. A medida tem sido uma prática muito utilizada por diferentes empresas para levantar recursos que contribuam para a sua administração.



RECEITAS
Incremento de
R\$ 32 milhões

DESPESAS
Redução de
R\$ 11 milhões



Novas taxas de custeio dos planos

Em 2020, contratamos uma consultoria externa com o intuito de aprimorar a metodologia de alocação e rateio dos gastos administrativos dos planos de benefícios. Esse trabalho teve os seguintes objetivos: refletir os recentes ganhos de eficiência da Fundação; equilibrar receitas e despesas em cada plano; e aumentar a transparência dos custos administrativos para os participantes, por meio da adoção de um modelo conhecido por todos. Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou as novas taxas de custeio administrativo dos planos de benefícios administrados pela Petros para 2021. Os percentuais foram definidos levando-se em consideração tanto os resultados deste trabalho como os obtidos em estudo interno de revisão obrigatória do custeio administrativo dos planos de benefícios, realizado anualmente conforme estabelece a legislação (Resolução CNPC nº 29/2018).

Como resultado da revisão anual, houve mudança na modalidade de custeio de alguns planos, com a aplicação da taxa de administração em substituição à taxa de carregamento. Entre os planos que tiveram alteração estão o PPSP-R e o PPSP-NR, que passaram por mudança no regulamento em 2020 para refletir o ajuste. Em relação ao PP-2, o custeio foi mantido e só será alterado após ajustes no regulamento do plano. Importante notar que a implantação da taxa de administração tem a vantagem de já ser um instrumento conhecido por todos, o que aumenta a transparência sobre os gastos da Petros, representando um importante avanço institucional da Fundação. Além disso, ela é uniformemente aplicada aos participantes: ativos, assistidos e pensionistas.

Taxa de carregamento:

Incide mensalmente sobre o valor das contribuições feitas ao plano de previdência. Ou seja, ela não é cobrada sobre os rendimentos, mas, sim, sobre os valores aportados todo mês no plano como forma de contribuição.

Como era



Como ficou



Taxa de administração:

Definida em base anual, é calculada sobre os recursos garantidores – que representam o montante de recursos destinados à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano –, com efeito na rentabilidade mensalmente. Isso significa que 100% da contribuição feita ao plano vai para a gestão dos investimentos e que a rentabilidade divulgada aos participantes estará líquida, ou seja, já descontada a taxa de administração.

Profissionalização: equipes técnicas e orientadas para resultados

Sabendo da importância de ter uma equipe técnica, qualificada e diversificada, alinhada aos objetivos da empresa, promovemos mudanças significativas no quadro de pessoal, aproveitando talentos internos e atraindo profissionais do mercado, consolidando uma gestão profissional. Seguindo essa diretriz, os processos seletivos para o quadro executivo da Petros passaram a ser conduzidos por *headhunter*, empresas de recrutamento de profissionais de alta qualificação. Com as consultorias especializadas, a Fundação dá mais transparência aos processos seletivos e tem acesso a profissionais experientes, preparados para enfrentar os desafios desse momento de transformação.

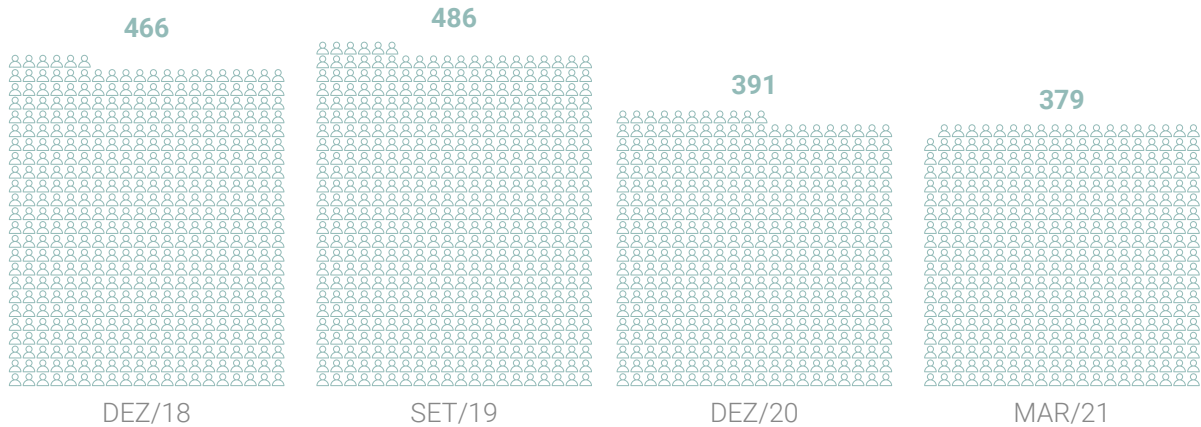
Além disso, como parte do processo de admissão, todos os profissionais passam por um rigoroso Background Check Integrity (BCI), que é conduzido pela nossa área de *Compliance*, que fornece informações para a análise reputacional dos candidatos.

A chegada de profissionais extremamente qualificados, disputados por importantes empresas em seus segmentos, revela a confiança na Petros e reforça o nosso posicionamento de gestão técnica e de excelência.

Além de atuarmos na maior profissionalização do nosso quadro profissional, a realização mais eficiente dos nossos processos também permitiu uma redução do número de empregados, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

A chegada de profissionais extremamente qualificados reforça o nosso posicionamento de gestão técnica e de excelência

Quadro de pessoal



Uma nova cultura organizacional

O movimento de *turnaround* pelo qual estamos passando também demandou um processo de reformulação da cultura organizacional da Petros, de modo a suportar os objetivos estratégicos. Com o apoio de uma consultoria, foram definidos oito pilares para sustentar o novo momento da Fundação. Entre eles, está a necessidade de mudança de *mindset*, para refletir nosso novo posicionamento de empresa: orientada para resultados, com menor burocracia e mais agilidade.

A nova cultura organizacional também envolve maior colaboração entre as equipes, junto com a criação de uma cultura de confiança, que esteja refletida tanto interna como externamente. Para valorizar os empregados, o desenvolvimento de uma cultura de desempenho, com base na meritocracia, também está entre os pilares que sustentam este movimento de transformação, assim como a cultura do empreendedorismo, de senso de dono, foco no cliente, que visa fomentar o engajamento dos profissionais com a empresa.

Em termos de gestão de pessoas, a Petros também lançou mão de ações de melhoria do clima organizacional, como a realização de pesquisa, que forneceu subsídios para tornar o ambiente de trabalho ainda mais saudável para os colaboradores. Outra importante iniciativa adotada foi a criação de um grupo de agentes de mudança, formado por um conjunto diverso de profissionais com perfil inovador, que se juntaram para repensar a forma de trabalhar e traçar planos de ação para promover mudanças na cultura de trabalho da Petros, tendo como referência estes oito pilares.

Pilares da nova cultura organizacional

<p>Necessidade de <i>mindset shift</i>: cultura de empresa privada</p>	<p>Desenvolvimento de uma cultura de performance, meritocracia</p>	<p>Desenvolver uma cultura de senso de dono, empreendedora. Valor do <i>bottom up</i></p>	<p>Quebra de uma cultura de silos e desenvolvimento de colaboração</p>
<p>Desenvolvimento de uma cultura de confiança: entre áreas, pessoas e com o mercado</p>	<p>Novas formas de comunicação mais ágeis, inovadoras e assertivas</p>	<p>Redução da burocracia e mais agilidade nos processos</p>	<p>Necessidade de planos pragmáticos e ágeis</p>

Mudança de sede

Após 23 anos no Edifício Petros, um prédio de dez andares na Rua do Ouvidor, no Centro do Rio, a Petros decidiu mudar de sede e passará a ocupar dois andares do Edifício Porto Brasilis, também na região central da cidade. A transferência reduzirá o custo administrativo anual em aproximadamente R\$ 3,1 milhões nos próximos 15 anos, devido a menores despesas de manutenção, como recepção, segurança e limpeza. Além disso, evitará o gasto de R\$ 9,3 milhões previstos em reformas estruturais necessárias para manutenção do prédio.

Como o Porto Brasilis é um dos ativos imobiliários da Petros, a ocupação de dois de seus andares gerará, além da redução dos custos administrativos, um retorno de R\$ 1,76 milhão por ano à carteira de imóveis. O valor será contabilizado no PPSP-R

e no PPSP-NR, planos em que o imóvel está alocado. O Edifício Petros, também de propriedade da Fundação, integra a lista de ativos imobiliários para desinvestimento e atualmente está alocado no PGA (Plano de Gestão Administrativa).

A decisão sobre a mudança foi tomada após uma ampla análise de mercado com o objetivo de reduzir gastos administrativos e proporcionar ganhos para o negócio e, conseqüentemente, para os participantes.

Adoção de home office híbrido

Juntamente com o anúncio de mudança de sede, colocaremos em prática, quando retornarmos ao escritório em segurança, outra medida de eficiência administrativa: a adoção do home office híbrido para cerca de 40% da nossa força de trabalho. Isso porque, no novo espaço, as estações serão compartilhadas e os empregados poderão alternar dias de trabalho em casa com outros no escritório, o que deverá reduzir custos e locomoção. Importante destacar que, desde o início da pandemia, passamos a atuar integralmente em home office, de forma a preservar a saúde dos nossos empregados e de suas famílias.

Antes de a decisão ser tomada, foi realizada uma pesquisa com os empregados, em que 71% consideraram produzir mais em home office e que desejariam a manutenção desse modelo. Com isso, a Fundação pôde diminuir o espaço físico e reduzir ainda mais seus custos administrativos.

A nova organização do ambiente de trabalho vai fortalecer o processo de mudança cultural na Petros. Para tanto, foi adotado um conceito aberto, tendo sido eliminadas as salas individuais da diretoria, que passará a ficar junto das equipes em um mesmo espaço, proporcionando mais transparência e integração dos profissionais.

A nova organização do ambiente de trabalho vai fortalecer o processo de mudança cultural na Petros

Petros+Digital

Buscamos de forma contínua oportunidades de melhorias por meio de soluções inovadoras e do uso da tecnologia a nosso favor. Neste sentido, criamos o Petros+Digital, programa que norteia a transformação digital da Petros, reunindo diversos projetos em andamento que visam aumentar a eficiência, reduzir os custos operacionais e dar mais agilidade à Fundação, com a aplicação de tecnologias disruptivas.

Entre esses projetos está a reformulação do Portal Petros, o principal canal de comunicação com os participantes, e que será reconstruído sobre uma nova plataforma, mais moderna, para aprimorar a experiência dos participantes com o acesso à informação, aos serviços e ao autoatendimento.

Também está em andamento a integração de bancos de dados, que permitirá análises mais rápidas e precisas.

O programa norteia a transformação digital da Petros, reunindo diversos projetos que visam aumentar a eficiência, reduzir os custos operacionais e dar mais agilidade à Fundação

Dashboards para a tomada de decisão

Com o objetivo de facilitar a visualização de informações estratégicas, agilizando a tomada de decisão, adotamos a plataforma de Business Intelligence Qlik Sense para a construção de dashboards a partir de bancos de dados da Fundação.

A tecnologia foi aplicada em áreas como contabilidade, orçamento, atendimento ao participante e jurídico. São disponibilizados, por exemplo, indicadores contábeis e dados para monitoramento constante do orçamento.

Além dos recursos que a tornam mais gerencial e objetiva, a plataforma conta com um layout ilustrativo, composto por gráficos, facilitando a visualização dos dados e fornecendo mais informações e combinações de resultados.

Inova Petros

De olho em soluções que possam agregar valor ao negócio, contamos com o Inova Petros, um programa de empreendedorismo que busca fomentar projetos inovadores dentro da própria empresa. As ideias são formuladas pelos empregados da Fundação, que conhecem a fundo as rotinas de trabalho e as oportunidades de melhorias.

Desde o início, o programa reuniu 42 ideias inovadoras, que vão de temas como sustentabilidade à automação de rotinas. Após análise por uma comissão, algumas foram selecionadas e divulgadas internamente, para que empregados de diferentes áreas pudessem se inscrever para participar dos times de desenvolvimento, batizados de *squads*.

Entre os projetos finalizados em 2020, destaque para o Fast Track, de otimização de rotinas de trabalho com uso de linguagens de computação, e o Petrosmais, programa de relacionamento com os participantes que oferece *cashback* e descontos em compras em lojas parceiras.

Para aprimorar os processos de desenvolvimento, o Inova Petros está sendo reformulado a fim de acomodar um laboratório de inovação, que fará uso de metodologias aplicadas por startups para testar e escalar as ideias apresentadas.

Petrosmais, nosso programa de *cashback*

Lançado em setembro de 2020, o Petrosmais oferece benefícios aos participantes que vão além de descontos, substituindo o antigo Clube Petros. Seguindo tendência do mercado, o novo programa de relacionamento oferece retorno em dinheiro, o *cashback*, para compras em centenas de lojas parceiras.

A iniciativa faz parte do amplo processo de modernização e inovação da Petros, melhorando a experiência dos participantes e gerando ganhos de eficiência administrativa.

O Petrosmais é fruto de parceria com a Cofry, uma das maiores plataformas de *cashback* do país, que oferece benefícios, sem custos adicionais para a Fundação, que também obtém retorno financeiro a partir da parceria, incrementando sua receita.



Transparência

Petros cada vez mais próxima dos participantes

Nosso compromisso com a transparência é permanente, e a aproximação com os participantes é fundamental para que possamos estabelecer um diálogo aberto, entendendo a fundo as principais demandas e prestando contas sobre nossas ações. Apesar da distância física imposta pela pandemia, as reuniões com representantes dos participantes se intensificaram na atual gestão. Além disso, vídeos, lives e enquetes contribuíram de forma significativa para a aproximação da Petros com os participantes.

Ainda em março, logo após o início da pandemia, o presidente Bruno Dias gravou uma mensagem em vídeo para os participantes, tranquilizando-os quanto à manutenção das operações da Petros naquele momento de incertezas e de

mudança, para o modelo de home office. Anunciou também a opção de suspensão temporária do pagamento das prestações de empréstimo como forma de aliviar o impacto financeiro da crise provocada pela pandemia. Fomos o primeiro grande fundo de pensão a anunciar tal medida.

Em abril, foi a vez de o nosso diretor de Investimentos, Alexandre Mathias, explicar, também em vídeo, as ações que adotamos para enfrentar o impacto da crise do coronavírus nos investimentos e as ações que adotamos desde o início para proteger o patrimônio dos participantes. No mesmo mês, nossos colaboradores também enviaram uma mensagem em vídeo para ativos e assistidos, reforçando nosso compromisso de seguir trabalhando para garantir o pagamento de benefícios.

Já as lives se consolidaram como um canal de comunicação e troca com os participantes importantíssimo. Além das apresentações e das respostas que são dadas durante as transmissões ao vivo, os questionamentos e dúvidas que chegam nos formulários para envio prévio de perguntas e no chat das lives são armazenados e nos ajudam a entender como podemos atuar cada vez melhor. Ao longo de 2020, realizamos cinco lives, cada uma delas acompanhadas por milhares de participantes. Cada transmissão é assistida, simultaneamente, por entre 2 mil e 5 mil pessoas.

Para 2021, planejamos mais novidades, a partir de uma série de melhorias em nossos canais, visando ao aprimoramento da experiência dos participantes ao acessarem, por exemplo, informações e serviços disponíveis no nosso site, além da implementação de novas soluções que contribuam para aumentar cada vez mais a transparência de nossas ações.



Lives

maio

Pandemia e reestruturação do PPSP-R e do PPSP-NR

julho

Duas lives sobre parcelamento do PED-2015

outubro

Balanco do primeiro ano de gestão da Diretoria Executiva

novembro

PP-3

Comunicação é intensificada e participantes reconhecem avanços

O distanciamento físico não impediu que nos aproximássemos dos participantes. Ao contrário, o ano de 2020 foi um marco na forma como a Fundação se comunica com os seus públicos. As estratégias de comunicação foram intensificadas e nossos canais de comunicação foram extremamente atuantes durante todo esse período. Estivemos presentes por diferentes meios, para que ativos e assistidos tivessem acesso a todas as informações necessárias sobre o plano de benefícios e a gestão.

De acordo com a pesquisa anual realizada com os participantes, o grau de satisfação com os veículos de comunicação utilizados pela Petros passou de 74,9% em 2019 para 77,9% em 2020.

O Portal Petros segue sendo a principal fonte de informação dos nossos participantes, servindo de referência para 65% deles, seguido do Informativo do Participante, que é enviado por e-mail e utilizado por 46% como principal fonte de informação. O aplicativo aparece em terceiro, com 29%.

Outra evidência do avanço em comunicação foi o aumento significativo no nível de informação dos participantes, que saiu de 53,7% para 73,9%.

Petros no LinkedIn

Em abril de 2020, estreamos nossa página no LinkedIn, maior rede social profissional do mundo, com o objetivo de fortalecer ainda mais a marca da Petros, dando visibilidade a nossas ações institucionais. A iniciativa também é reflexo do novo posicionamento estratégico de comunicação e reforça o compromisso da empresa com a transparência.

A página se mostrou um sucesso de engajamento e, em apenas um ano, contamos com mais de 9 mil seguidores e 7 mil interações em nossos posts.



Notícias no portal

2019: 116
2020: 214 (↑ 84,48%)



Informativos por email

2019: 249
2020: 432 (↑ 73,49%)



Notificações via app

2019: 139
2020: 232 (↑ 66,90%)



Lives

2019: 1
2020: 5 (↑ 400%)



LinkedIn
9 mil
seguidores

7 mil
interações em 1 ano

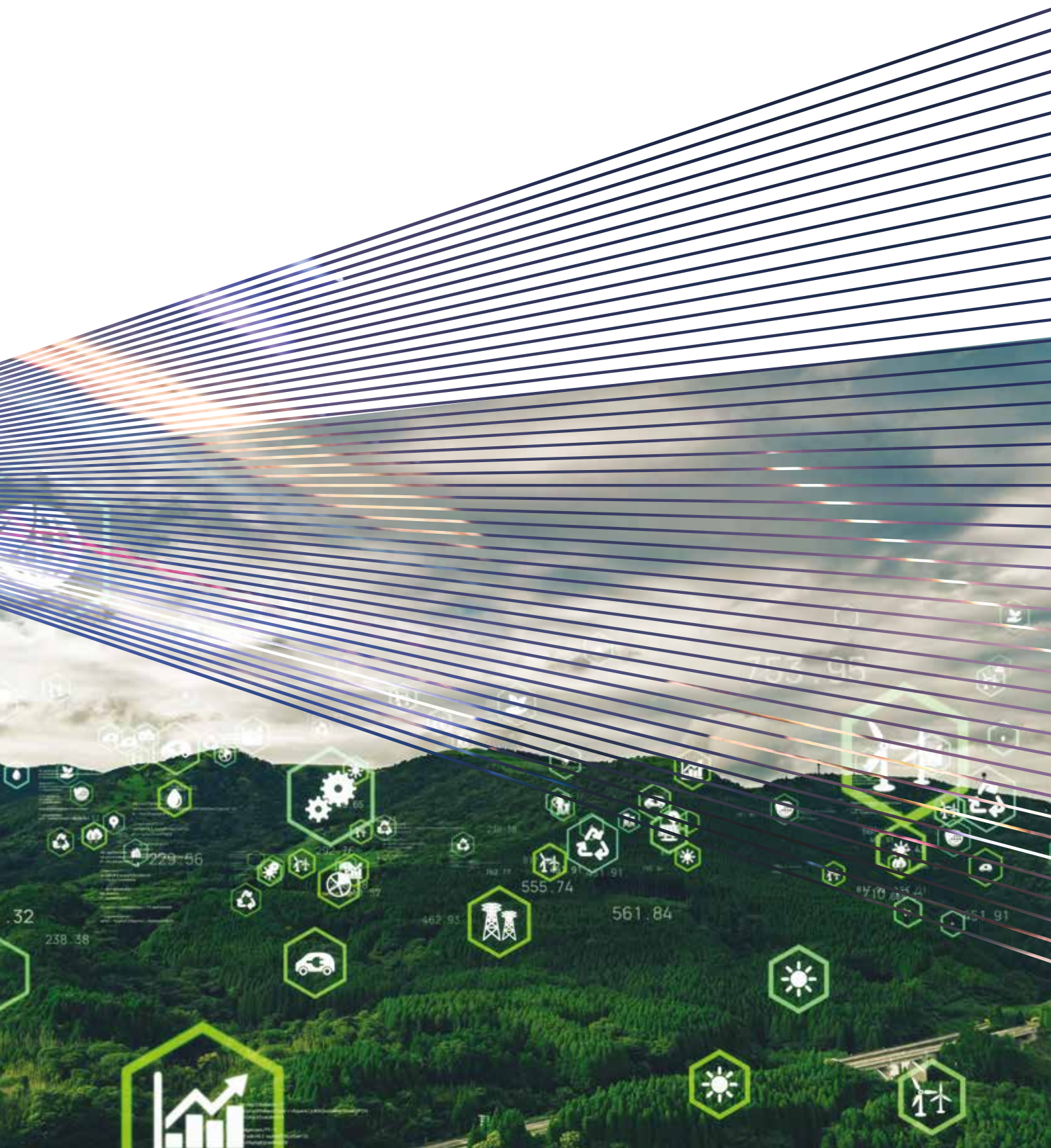
Em outra frente, criamos novas publicações, ampliando as informações sobre os investimentos, seguindo o compromisso com a transparência e a prestação de contas. A Carta de Investimentos passou a ser trimestral e a contar com mais informações, como operações de investimentos e desinvestimentos de ativos líquidos. Já o Boletim de Resultados deu lugar ao Informe de Investimentos, trocando as explicações em texto por gráficos de simples compreensão. Também foi dada maior celeridade às divulgações, com a disponibilização da prévia do Informe de Investimentos até o dia 12, com o desempenho das aplicações financeiras no mês anterior e uma análise do cenário econômico e do mercado de investimentos. Já sua versão consolidada, com dados finais da rentabilidade, inclui também informações de seguridade, como número de participantes e benefícios concedidos.

Resolução 32

Em 2020, também nos dedicamos à implementação da Resolução nº 32, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), que dispõe sobre os procedimentos que devem ser observados por todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) na divulgação de informações dos planos aos seus participantes.

O projeto de adequação à resolução, cumprido dentro do prazo estipulado, representou um importante desafio, pois, apesar de já atendermos a parte dos requisitos exigidos pela legislação, foi necessário atualizar informações, implementar novas ferramentas e disponibilizar outras publicações, além das já existentes e divulgadas aos participantes. Entre as mudanças decorrentes da nova regulamentação estão, por exemplo, atualização de simuladores dos planos, demonstrativos mensais de investimentos, acréscimo de informações no Relatório de Atividades, relação de fornecedores que prestam serviços à Petros e contatos da Previc. Além disso, contempla a publicação do extrato de atas das reuniões dos conselhos Deliberativo e Fiscal, observando o artigo 12, que trata da confidencialidade das informações.

Aspectos ambientais, sociais e de governança



Com a responsabilidade de gerir investimentos que vão garantir o pagamento de benefícios, a Petros implementa políticas e práticas robustas de forma a assegurar este compromisso de longo prazo com seus participantes. Entre os pontos observados pela Fundação estão os Requisitos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) nas empresas investidas.

Para reforçar o compromisso com as melhores práticas na gestão de investimentos, a Petros é signatária do Código de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais Stewardship, da Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais), que define um conjunto de práticas de governança que visa garantir a sustentabilidade, a perenidade e a melhor relação risco-retorno dos investimentos.

Esses princípios são considerados não apenas na avaliação de exposição ao risco, mas na cobrança por engajamento de empresas investidas e na atuação dos conselheiros indicados pela Petros, com foco em aprimorar a aderência dessas companhias às boas práticas de governança corporativa.

Nesse sentido, a Petros conta com uma consultoria especializada, que fornece relatórios para uma análise mais detalhada da exposição a riscos ASG dos ativos da Fundação e avaliação de novos investimentos.

Acompanhamento da gestão orçamentária



ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Conta	2020		% Participação no realizado	(B-A)/A
	Orçado (A)	Realizado (B)		Δ %
1. Receitas	6.707.577.009	10.360.295.485	100,0	54,5
1.1. Contribuições Previdenciais	7.141.343.121	10.155.575.384	98,0	42,2
1.2. Receitas Administrativas	170.483.022	204.720.100	2,0	20,1
2. Despesas	7.735.250.043	8.422.164.105	100,0	8,9
2.1. Pagamentos de Benefícios	7.378.734.641	8.155.875.090	96,8	10,5
2.2. Despesas Administrativas	277.284.884	266.289.015	3,2	(4,0)
3. Investimentos em Ativo Permanente	13.507.134	11.236.107	100,0	(16,8)

Obs. No realizado de despesas administrativas foi expurgado R\$ 12 milhões referente à reavaliação do Ed. Petros.

No realizado das contribuições previdenciais foi expurgado R\$ 519 milhões referente à migração entre planos e outras adições.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM 2020

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALORES (Em R\$)	% DE PARTICIPAÇÃO
	(B)	(B / A)
PESSOAL E ENCARGOS	148.535.858,20	55,8
TREINAMENTO/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	217.839,12	0,1
VIAGENS E ESTADIAS	176.149,55	0,1
SERVIÇOS DE TERCEIROS	76.900.674,00	28,9
DESPESAS GERAIS	22.660.186,70	8,5
DEPRECIACÃO E AMORTIZACAO	7.998.069,21	3,0
OUTRAS	716.540,11	0,3
TRIBUTOS	9.083.698,00	3,4
TOTAL (A)	266.289.014,89	100,0

Obs. Foi expurgado das despesas administrativas R\$ 12 milhões referente à reavaliação do Ed. Petros.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

GRUPO DE CONTAS	VALORES (Em R\$)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$76.879.392,86
Consultoria Jurídica	26.985.972,52
Serviços com Tecnologia da Informação	17.451.857,87
Outros serviços de consultoria	14.193.004,15
Outros Serviços de Terceiros	5.561.232,03
Atendimento/Cadastro Participante	3.290.858,13
Recursos Humanos	2.605.070,24
Auditoria Contábil	2.459.600,88
Consultoria Atuarial	1.909.509,69
Consultoria de Investimentos	808.728,40
Serviços Preservação e Segurança	504.249,51
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	438.687,59

Consultoria Contábil	374.150,00
Programa Menor Aprendiz	152.524,44
Remuneração Seguro Garantia Judicial	143.947,41
TRIBUTOS	R\$8.988.505,00
Taxa de Fiscalização e Controle - TAFIC	8.988.505,00
DEPRECIações E AMORTIZAções	R\$7.998.069,21
Depreciações	2.871.013,68
Amortizações	5.127.055,53

PESSOAL E ENCARGOS

	SALDOS (Em R\$)
Conselhos	1.560.951,08
- Conselho Deliberativo	1.209.890,58
- Conselho Fiscal	351.060,50
Diretoria	8.323.408,80
- Previdencial	5.723.175,93
- Investimentos	2.600.232,87
Pessoal Próprio	137.487.511,13
- Previdencial	94.536.412,75
- Investimentos	42.951.098,38
Pessoal Cedido	755.940,02
- Previdencial	519.784,34
- Investimentos	236.155,68
Estagiário	403.851,70
- Previdencial	277.688,43
- Investimentos	126.163,27
Outras	4.195,47
- Previdencial	2.884,82
- Investimentos	1.310,65
TOTAL	148.535.858,20

Demonstrativo de investimentos consolidado



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2020

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

VALOR DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Segmento	Dezembro de 2019		Dezembro de 2020	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	60.920.414.975,22	67,39%	65.163.624.335,45	66,99%
Renda Variável	19.231.895.206,34	21,27%	22.169.304.101,28	22,79%
Estruturado	2.130.345.420,65	2,36%	1.971.851.197,78	2,03%
Imobiliário	4.168.046.949,23	4,61%	4.051.734.729,40	4,17%
Operações com Participantes	2.976.206.026,16	3,29%	2.912.314.687,73	2,99%
Total dos Investimentos¹	89.426.908.577,60	98,92%	96.268.829.051,64	98,97%
Disponível/Relacionados com o disponível	5.299.215,41	0,01%	1.349.680,94	0,00%
Valores a Pagar/Receber	974.185.527,75	1,08%	1.001.504.487,56	1,03%
Total dos Recursos Garantidores²	90.406.393.320,76	100,00%	97.271.683.220,14	100,00%

⁽¹⁾ O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

⁽²⁾ Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS E CLASSES DE ATIVOS

Segmento	Dezembro de 2019		Dezembro de 2020	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	60.908.329.818,69	67,37%	65.163.469.499,54	66,99%
Títulos Públicos Federais	41.350.917.146,61		43.686.999.232,37	
Fundos de Renda Fixa	18.575.924.829,86		20.426.466.180,27	
Títulos Privados	746.779.319,14		753.469.315,46	
Títulos Públicos Estaduais	192.376.263,68		208.558.843,43	
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	54.417.415,93		88.130.763,92	
Contas a Pagar/Receber	-12.085.156,53		-154.835,91	
Renda Variável	19.257.131.720,85	21,30%	22.183.065.383,92	22,81%
Ações à Vista	9.804.560.670,02		9.749.449.814,85	
Fundos de Ações	8.710.901.058,97		12.419.854.286,43	
Outros Investimentos	716.433.477,35		0,00	
Contas a Pagar/Receber	25.236.514,51		13.761.282,64	
Investimentos Estruturados	2.194.072.357,66	2,43%	2.023.919.753,55	2,08%
Fundos de Investimento em Participação	601.810.317,47		348.025.441,58	
Fundos Multimercado	1.528.535.103,18		1.623.825.756,20	
Contas a Pagar/Receber	63.726.937,01		52.068.555,77	
Investimentos Imobiliários	4.178.139.870,86	4,62%	4.080.436.633,47	4,19%
Imóveis	3.917.436.545,35		3.683.194.754,50	
Fundos Imobiliários	250.610.403,88		368.539.974,90	
Contas a Pagar/Receber	10.092.921,63		28.701.904,07	

Empréstimos e Financiamentos	2.975.067.346,65	3,29%	2.911.248.932,77	2,99%
Empréstimos e Financiamentos	2.976.206.026,16		2.912.314.687,73	
Contas a Pagar/Receber	-1.138.679,51		-1.065.754,96	
Acordo de Leniência J & F	842.260.721,41	0,93%	858.335.664,40	0,88%
Acordo de Leniência Odebrecht	46.092.269,23	0,05%	49.857.671,55	0,05%
Disponível/Relacionados com o disponível	5.299.215,41	0,01%	1.349.680,94	0,00%
Total	90.406.393.320,76	100,00%	97.271.683.220,14	100,00%

INVESTIMENTO CONSOLIDADO**SEGMENTO RENDA FIXA****Títulos Públicos - Carteira própria**

Grupo	Valor	% s/Segmento
Títulos Públicos Federais	43.686.999.232,37	66,12%
Títulos Públicos Estaduais	208.558.843,43	0,32%
Títulos Privados	753.469.315,46	1,14%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	88.130.763,92	0,13%
Fundos de Renda Fixa	20.426.466.180,27	30,91%
Total	65.163.624.335,45	
Valores a Pagar/Receber		
Contas a Pagar/Receber	908.038.500,04	1,37%
Disponível/Relacionados com o disponível	1.349.680,94	0,00%
Total	909.388.180,98	
Total Segmento Renda Fixa	66.073.012.516,43	100,00%

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

Grupo	Valor	% s/Segmento
Ações	9.749.449.814,85	43,95%
Fundos de Investimentos em Ações	12.419.854.286,43	55,99%
Total	22.169.304.101,28	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Receber	39.261.475,91	0,18%
Valores a Pagar	(25.500.193,27)	-0,11%
Total	13.761.282,64	
Total Segmento Renda Variável	22.183.065.383,92	100,00%

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS**Fundos de Investimentos**

Grupos	Valor de Mercado	% s/Segmento
Fundos de Investimentos em Participações	348.025.441,58	17,20%
Fundo Mutimercado Estruturado	1.623.825.756,20	80,23%
Total	1.971.851.197,78	

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Receber	52.068.555,77	2,57%
Valores a Pagar	-	-
Total	52.068.555,77	
Total Segmento Investimentos Estruturados	2.023.919.753,55	100,00%

Segmento Imóveis		
Grupo	Valor	% s/Segmento
Imóveis	3.683.194.754,50	90,26%
Fundos Imobiliários	368.539.974,90	9,03%
Total	4.051.734.729,40	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Receber	31.347.395,31	0,77%
Valores a Pagar	(2.645.491,24)	-0,06%
Total	28.701.904,07	
Total Segmento Imóveis	4.080.436.633,47	100,00%

SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% s/Segmento
IPCA	-	2.902.514.467,15	99,70%
PRÉ-FIXADO	-	6.122.969,49	0,21%
INPC	-	3.945.967,69	0,14%
Provisão para perda	(74.053.718,40)	-	-2,54%
IOF a compensar	-	268.716,60	0,01%
Valores a Pagar/Receber			
Valores a Receber	-	-	-
Valores a Pagar	-	(1.334.471,56)	-0,05%
Total		(1.334.471,56)	
Total Segmento Empréstimos		2.911.248.932,77	100,00%

Provisão para Perda		
Grupo	Valor	% s/Segmento
FIF	25.363.448,76	
FIDCs	1.254.466,93	
Debêntures	66.259.994,19	
CDB	5.269.136,63	
CRI	116.796.992,31	
CCI	500.168.183,23	
CCB	792.207.765,75	
CCCB	88.393.448,25	
FIPs	91.938.910,68	
Total	1.687.652.346,73	

RESPONSÁVEIS

Nome	Tipo	Telefone	e-mail
José Claudio Costa (KPMG)	Auditor Independente	(11) 3674-3780	jccosta@kpmg.com.br
Alexandre Mathias	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0587	amathias@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.661/18

Não foram observados desenquadramentos em relação aos limites estabelecidos na legislação.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS	Ano 2020
Gestão Interna	83.720.127,53
Pessoal / Encargos	23.535.372,71
Consultorias	3.442.787,11
Custódia	2.112.102,91
Corretagens	5.828.373,05
Carteira de Imóveis	547.764,05
Outras Despesas ⁽¹⁾	48.253.727,70
Gestão Externa	89.799.369,58
Administração/Gestão	43.939.647,43
Taxa de Performance ⁽²⁾	26.614.320,33
Custódia	1.310.603,83
Corretagens	1.600.252,65
Consultorias	4.095.102,11
Despesas Jurídicas/Honorários Advocatícios	4.059.844,42
Auditorias	605.968,43
Outras Despesas	7.573.630,36
TOTAL	173.519.497,11

Observação:

⁽¹⁾ Na rubrica "Outras Despesas" tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões, Despesas de Cartório, Correio, Condomínio e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

⁽²⁾ Taxa de Performance é uma taxa cobrada sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado, chamado de *benchmark*.

Fonte: Setor de Controladoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Fundação", "Entidade" ou "Petros"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

REFLEXOS NA PETROS DAS INVESTIGAÇÕES

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis que descreve que encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de

dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direto e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Fundação.

Como parte do processo de governança, diversas ações foram adotadas e, atualmente, a Fundação mantém comissões internas e externas de apuração ("CIAs" e "CEAs"), com intuito de monitorar os assuntos em andamento pelas entidades governamentais competentes.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação e ou os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

Demonstrações contábeis



Vol. 1 19
63

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	Nota	2020	2019
DISPONÍVEL		1.350	5.299
REALIZÁVEL		116.050.532	107.881.340
Gestão Previdencial	3	18.641.929	17.388.768
Gestão Administrativa	4	108.636	76.690
Investimentos	5	97.299.967	90.415.883
Títulos Públicos		43.895.558	41.543.294
Créditos Privados e Depósitos		753.469	746.779
Ações		9.788.711	10.546.231
Fundos de Investimento		35.326.911	29.785.926
Investimentos Imobiliários		3.714.542	3.929.094
Empréstimos e Financiamentos		2.912.583	2.976.206
Outros Realizáveis		908.193	888.353
PERMANENTE		75.213	86.007
Imobilizado		39.052	51.988
Intangível		36.161	34.019
TOTAL DO ATIVO		116.127.095	107.972.647

PASSIVO	Nota	2020	2019
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	734.763	1.124.963
Gestão Previdencial		550.262	961.970
Gestão Administrativa		154.866	148.210
Investimentos		29.635	14.783
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	3.862.299	2.878.509
Gestão Previdencial		3.855.866	2.875.219
Gestão Administrativa		6.433	3.290
PATRIMÔNIO SOCIAL	9	111.530.033	103.969.175
Patrimônio de Cobertura do Plano		109.991.098	102.614.072
Provisões Matemáticas	9.1	108.304.725	105.845.970
Benefícios Concedidos		96.145.682	91.941.651
Benefícios a Conceder		44.965.890	46.725.342
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(32.806.847)	(32.821.023)
Equilíbrio Técnico		1.686.373	(3.231.898)
Resultados Realizados		1.643.303	(3.657.318)
Superavit Técnico Acumulado		1.643.303	-
(-) Deficit Técnico Acumulado		-	(3.657.318)
Resultados a Realizar	3.4	43.070	425.420
Fundos	9.2	1.538.935	1.355.103
Fundos Previdenciais		256.130	155.610
Fundos Administrativos		873.624	829.614
Fundos dos Investimentos		409.181	369.879
TOTAL DO PASSIVO		116.127.095	107.972.647

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS

	2020	2019	Δ%
(A) Patrimônio Social - Início	103.969.175	85.929.457	21%
1. Adições	18.383.212	27.980.155	-34%
(+) Contribuições Previdenciais	10.519.735	13.209.057	-20%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.499.543	14.466.161	-48%
(+) Receitas Administrativas	204.720	177.827	15%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	116.244	99.335	17%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	3.668	1.800	104%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	39.302	18.580	112%
(+) Resultados a Realizar	-	7.395	100%
2. Destinações	(10.792.778)	(9.940.435)	9%
(-) Benefícios	(9.202.852)	(9.554.180)	-4%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(926.954)	(110.768)	737%
(-) Despesas Administrativas	(280.622)	(275.487)	2%
(-) Resultados a Realizar	(382.350)	-	100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	7.590.434	18.039.718	-58%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.484.740	13.038.804	-81%
(+/-) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	5.301.915	4.979.408	6%
(+/-) Resultados a Realizar	(382.350)	7.395	-5270%
(+/-) Fundos Previdenciais	102.817	(7.943)	-1394%
(+/-) Fundos Administrativos	44.010	3.474	1167%
(+/-) Fundos dos Investimentos	39.302	18.580	112%
4. Operações Transitórias	(29.576)	-	100%
Operações Transitórias	(29.576)	-	100%
(B) Patrimônio Social - Final (A + 3 + 4)	111.530.033	103.969.175	7%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

	2020	2019	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	829.614	826.140	0%
1. Custeio da Gestão Administrativa	320.963	277.161	16%
1.1. Receitas	320.963	277.161	16%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	157.946	162.551	-3%
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.340	3.885	243%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.162	7.349	-3%
Receitas Diretas	22.542	81	27730%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	116.244	99.335	17%
Outras Receitas	3.729	3.960	-6%
2. Despesas Administrativas	(278.393)	(269.623)	3%
2.1. Administração Previdencial	(191.477)	(181.187)	6%
Pessoal e encargos	(102.133)	(114.605)	-11%
Treinamentos/congressos e seminários	(150)	(302)	-50%
Viagens e estadias	(121)	(658)	-82%
Serviços de terceiros	(52.917)	(46.002)	15%
Despesas gerais	(23.904)	(8.483)	182%
Depreciações e amortizações	(5.499)	(5.882)	-7%
Tributos	(6.246)	(5.077)	23%
Outras Despesas	(507)	(178)	185%
2.2. Administração dos Investimentos (*)	(86.916)	(88.436)	-2%
Pessoal e encargos	(46.403)	(52.052)	-11%
Treinamentos/congressos e seminários	(68)	(137)	-50%
Viagens e estadias	(55)	(299)	-82%
Serviços de terceiros	(23.983)	(27.036)	-11%
Despesas gerais	(10.860)	(3.853)	182%
Depreciações e amortizações	(2.499)	(2.672)	-6%
Tributos	(2.838)	(2.306)	23%
Outras Despesas	(210)	(81)	159%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	3.668	1.800	104%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(2.228)	(5.864)	-62%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	44.010	3.474	1167%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	44.010	3.474	1167%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	873.624	829.614	5%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Fundação" ou "Petros") - constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") em 1969 - é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar ("EFPC"), tem por objetivos primordiais a instituição e a administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Para a realização de seus objetivos, a Fundação obtém recursos financeiros de contribuições dos patrocinadores, participantes (ativos, assistidos e autopatrocinados), bem como de rendimentos ganhos pela aplicação dessas contribuições em investimentos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005 e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

1.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

Atualmente, a Fundação administra 43 planos de benefícios que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), sendo 10 de benefício definido (BD), 3 de contribuição variável (CV) e 30 de contribuição definida (CD).

Abaixo, segue a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros com a quantidade de participantes, discriminados por natureza do vínculo (ativo, aposentado, auxílio-doença, pensionista):

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano Petros Braskem ^{(a) (c)}	2003.0021-38	-	Fechado	Braskem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Petros Copesul ^{(a) (c)}	2003.0022-19	64	Fechado	Copesul	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Plano Petros do Sistema Petrobras- Não Repactuados (PPSP-NR) ^(a)	1970.0001-47	67	Fechado	Petróleo Brasileiro S/A										
				BR Distribuidora	1.011	1.309	9.597	9.453	4	3	1.353	1.280	11.965	12.045
				Petros										
Plano Petros do Sistema Petrobras- Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70) ^(a)	2019.0037-83	80	Fechado	Petróleo Brasileiro S/A	6	6	3.319	3.440	-	-	2.988	2.910	6.313	6.356
Plano Petros do Sistema Petrobras- Repactuados (PPSP-R) ^(a)	2018.0002-92	64	Fechado	Petróleo Brasileiro S/A										
				BR Distribuidora	6.730	8.906	31.353	29.816	14	24	5.837	5.595	43.934	44.341
				Petros										
Plano Petros do Sistema Petrobras- Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70) ^(a)	2019.0036-19	79	Fechado	Petróleo Brasileiro S/A	2	4	4.828	5.101	-	-	6.600	6.509	11.430	11.614
Plano Petros Lanxess ^{(a) (d)}	2003.0024-56	71	Fechado	Arlanxeo	43	48	1.146	1.165	-	-	512	492	1.701	1.705
Plano Petros Nitriflex/ Lanxess ^(a)	2003.0023-83	72	Fechado	Nitriflex	1	2	150	153	-	-	54	51	205	206
				Arlanxeo										
Plano Petros PQU ^(a)	2003.0025-29	75	Fechado	PQU	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Plano Petros Ultrafertil ^(a)	2003.0026-18	69	Fechado	Araucária Nitrogenados										
				Ultrafertil	21	39	1.198	1.198	-	-	354	343	1.573	1.580
				Vale Fertilizantes										
Benefício Definido					7.814	10.314	51.593	50.328	18	27	17.698	17.180	77.123	77.849

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano Misto Sanasa ^(a)	2004.0026-38	51	Aberto	Sanasa	1.438	1.461	247	232	-	-	39	35	1.724	1.728
Plano Petros-2 (PP-2) ^(a)	2007.0015-19	45	Aberto	Petróleo Brasileiro S/A	45.510	46.929	4.564	3.308	119	82	367	329	50.560	50.648
				BR Distribuidora										
				Petros										
				Transpetro										
				TBG										
				PBIO										
				TERMOBAHIA										
TERMOMACAÉ														
Stratura														
PBLOG (Refap)														
Araucária Nitrogenados														
Plano TapmePrev ^(a)	2002.0038-74	61	Aberto	TAPME	354	389	804	810	-	-	49	45	1.207	1.244
Contribuição Variável					47.302	48.779	5.615	4.350	119	82	455	409	53.491	53.620

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano Aduanaprev ^(b)	2007.0039-29	54	Aberto	SDAMG	1	1	1	1	-	-	-	-	2	2
Plano Alesat ^{(a) (d)}	2002.0004-91	39	Aberto	Alesat Combustíveis	703	793	9	8	-	-	-	-	712	801
Plano AnaparPrev ^{(b) (d)}	2008.0008-18	50	Aberto	ANAPAR	2.922	2.771	537	546	-	-	136	129	3.595	3.446
				SETEMEES										
				CONFES										
				SUPPORT										
				ABACO POLO										
SINDPAES														

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano Cachoeira Dourada ^(a)	2000.0059-18	49	Aberto	CDSA	43	43	5	5	-	-	2	2	50	50
Plano Copesulprev ^{(a) (c)}	2004.0017-47	-	Fechado	Copesul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRAPrev ^(b)	2006.0012-56	47	Aberto	CRA-ES	91	98	3	3	-	-	-	-	94	101
				CRA-DF										
				CRA-PR										
				CRA-MG										
				CRA-AL										
				CRA-GO ^(e)										
				CRA-BA										
				CRA-PI										
CRA-SC														
CRA-PE														
Plano CRCPrev ^(b)	2009.0027-92	47	Aberto	CRC-CE	108	134	-	-	-	-	-	-	108	134
Plano CROPrev ^(b)	2005.0004-11	44	Aberto	CRO-RJ	299	335	1	1	-	-	-	-	300	336
				ABO-PR										
				CRO-PE										
				CRO-RN										
				CRO-CE										
CRO-AM														
CRO-PR														

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
				ASPHAN										
				OMB										
				SINAPESP										
				CPT										
				SINDIMUSI										
				SINDMUSICOS BA										
				ABRTV										
				ABP AUDIO										
				SINDMUPE										
				SINRAD										
				UBE ^(e)										
Plano CulturaPrev ^(b)	2004.0025-65	50	Aberto	STIC	98	128	3	3	-	-	1	1	102	132
				SPDRJ										
				SATED CE										
				SATED PE										
				SATED RJ										
				SATED SE ^(e)										
				SATED BA										
				SATED RS										
				SATED SP										
				ABM										
				APTC - RS										
				IAI										
				ASSAIM										
Plano Eldorado Prev ^(a)	2015.0008-11	39	Fechado	Eldorado Celulose	531	461	-	-	-	-	-	-	531	461

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano FenajPrev ^(b)	2009.0006-92	51	Aberto	SINDJOR CE										
				SINDJOR ES										
				SINDJOR GO										
				SINDJOR PR	33	36	1	2	-	-	-	-	34	38
				SINDJOR TO										
				SINDJOR PE										
				SINDJOR MG										
Plano FiepePrev ^{(a) (d)}	2005.0065-56	44	Aberto	SINDJOR RJ										
				FIEPE										
				IEL/PE	669	960	15	12	-	-	6	3	690	975
				SENAI/PE										
Plano GasPrev ^(a)	2010.0004-47	44	Aberto	SESI/PE										
				Algás										
				Bahiagás										
				Copergás	655	657	6	5	-	-	-	-	661	662
				SCgás										
				Sergás										
Plano IBAPrev ^(b)	2004.0023-11	38	Aberto	Pbgás										
				IBA	357	353	12	12	-	-	-	-	369	365
Plano IBPPrev Associados ^(a)	2002.0019-11	47	Aberto	IBP	103	99	11	11	-	-	-	-	114	110
				Barra Energia										
Plano Liquigás ^(a)	2010.0025-47	48	Aberto	Liquigás	2.069	2.208	5	3	-	-	2	-	2.076	2.211
Plano Petro RG ^(a)	2010.0015-83	40	Aberto	Refinaria Riograndense	303	316	3	3	-	-	-	-	306	319
Plano Prev-Estat ^(b)	2009.0019-74	47	Aberto	CONRE-2										
				CONRE-3										
				CONRE-5	14	17	-	-	-	-	-	-	14	17
				CONRE-6										
Plano PrevFiepa ^{(a) (d)}	2008.0031-83	-	Aberto	SBE										
				FIEPA										
				IEL/PA		411	-	2	-	-	-	2	-	415
				SENAI/PA										
Plano PreviContas ^(b)	2009.0003-74	42	Aberto	SESI/PA										
				ASTCERJ	57	60	1	1	-	-	-	-	58	61

Planos Patrocinados/ Instituídos	CNPB	Idade Média Atual	Novas Adesões	Patrocinadoras/ Instituidores	Quantidade									
					Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		Total	
					2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Plano PreviFiea ^{(a) (d)}	2009.0033-65	41	Aberto	FIEA	274	337	1	-	1	-	-	276	337	
				IEL/AL										
				SENAI/AL										
				SESI/AL										
Plano Prevtália ^(b)	2009.0030-47	36	Aberto	ITALO	15	18	-	-	-	-	-	-	15	18
				LUCANA										
Plano PTAPrev ^(a)	2008.0027-56	43	Aberto	CITEPE	329	343	4	4	-	-	-	-	333	347
				Petroquímica Suape										
Plano Repsol YPF ^(a)	1999.0031-11	45	Aberto	Repsol Sinopec Brasil	147	161	11	11	-	-	-	-	158	172
				YPF Brasil										
Plano Simeprev ^(b)	2004.0013-56	46	Aberto	SIMESP	133	168	2	2	-	-	-	-	135	170
				SIMEPAR										
				SinMed-RN										
				SIMEPE										
				SINDIMEPA ^(e)										
Plano SinMed/RJ ^(b)	2005.0007-11	56	Aberto	SinMed/RJ	25	26	2	2	-	-	-	-	27	28
Plano SulgasPrev ^(a)	2010.0040-19	48	Aberto	Sulgás	82	82	-	-	-	-	1	1	83	83
Plano TermoPrev ^(a)	2006.0005-11	50	Aberto	Ibiritermo	6	6	-	-	-	-	-	-	6	6
Plano Transpetro ^{(a) (c)}	2000.0073-92	-	Fechado	Transpetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Triunfo Vida ^{(a) (c)}	2002.0008-83	-	Fechado	Triunfo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição Definida					10.067	11.022	633	637	1	-	148	138	10.849	11.797
Total					65.183	70.115	57.841	55.315	138	109	18.301	17.727	141.463	143.266

^(a) Plano Patrocinado

^(b) Plano Instituído

^(c) Planos em processo de encerramento, vide Nota Explicativa 1.1.1

^(d) Planos em processo de transferência de gerenciamento, vide Nota Explicativa 1.1.3

^(e) Instituidor em processo de retirada, vide Nota Explicativa 1.1.2

Além dos planos de benefícios, a Petros também possui um Plano de Gestão Administrativa (PGA), que tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Fundação, constituído na forma da legislação e do seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

1.1.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO

- **Plano Petros Braskem:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0021-38. Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.043/SPC/DETEC/CGAT, de 29 de abril de 2009 - Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicado no DOU em 30 de abril de 2009. Existem saldos remanescentes que aguardam a localização de participantes e/ou herdeiros com propositura de ações de consignação em pagamento, a fim de garantir o cumprimento da obrigação pela entidade, além de pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Plano Triunfo Vida:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0008-83. Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.860/CGTR/DITEC/Previc, de 26 de julho de 2012 - Portaria nº 406, de 26 de julho de 2012, publicada no DOU em 27 de julho de 2012. Existem pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Plano Petros PQU:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0025-29. Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.961/CGTR/DITEC/Previc, de 03 de agosto de 2012 - Portaria nº 424, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU em 06 de agosto de 2012. Existem pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Plano Copesulprev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2004.0017-47. Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.477/CGTR/DITEC/Previc, de 29 de abril de 2011 - Despacho do Diretor nº 07, de 29 de abril de 2011, publicado no DOU em 02 de maio de 2011. Existem pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Plano Petros Copesul:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0022-19. Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 3.534/CGTR/DITEC/Previc, de 28 de setembro de 2012, Portaria nº 556, de 01 de outubro de 2012 - publicada no DOU em 02 de outubro de 2012. Existem saldos residuais remanescentes em tratativas para ações de consignação em pagamento, a fim de garantir o cumprimento da obrigação pela entidade, além de pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Plano Transpetro:** plano de modalidade de contribuição

definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0073-92. Retirada de patrocínio aprovada pelo Ofício nº 4.583/CGRT/DITEC/Previc, de 11 de outubro de 2011 - Portaria nº 595, de 13 de outubro de 2011, publicada no DOU em 14 de outubro de 2011. Existem pendências de ressarcimento de custeio administrativo, bem como processos judiciais em curso que envolvem o plano e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.

1.1.2. RETIRADAS DE INSTITUIDORES / PATROCINADORES

Concluídas

- **Instituidor: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors) - Plano FenajPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0006-92. Retirada de patrocínio aprovada pela Portaria Previc nº 04, de 02 de janeiro de 2020, publicada no DOU em 08 de janeiro de 2020; e
- **Instituidor: Associação Beneficente Italiana (Abita) - Plano Prevtália:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0030-47. Retirada de patrocínio aprovada conforme Parecer 51/2020/CTR/CGTR/DILIC, de 11 de fevereiro de 2020, Portaria Previc nº 106, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no DOU em 14 de fevereiro de 2020.

Em andamento

- **Instituidor: Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Espírito Santo (Sindpaes) - Plano AnaparPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0008-18. Aprovada a retirada pela Portaria Previc nº 1.109, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU em 30 de dezembro de 2019. Existem pendências judiciais em curso que envolvem o instituidor e impedem o encerramento da retirada de patrocínio.
- **Instituidor: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Sergipe (SATED/SE) - Plano CulturaPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2004.0025-65. Aprovada a retirada, conforme Portaria Previc nº 7, de 04 de janeiro de 2021, publicada no DOU em 06 de janeiro de 2021.
- **Instituidor: União Brasileira de Escritores (UBE) - Plano CulturaPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2004.0025-65. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado do Pará (Sindmepa) - Plano Simeprev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2004.0013-56. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Instituidor: Conselho Regional de Administração de Goiás (CRA/GO) - Plano CRAPrev:** plano de modalidade de contribuição

definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0012-56. Sendo aguardada a aprovação da retirada.

- **Instituidor: Associação Brasileira de Roteiristas de Profissionais de Televisão e outros Veículos de Comunicação (ABRTV) - Plano CulturaPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2004.0025-65. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Patrocinador: Araucária Nitrogenados S.A - Plano Petros-2:** plano de modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0015-19. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Patrocinador: Araucária Nitrogenados S.A - Plano Petros Ultrafértil:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0026-18. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Patrocinador: Ultrafértil S.A (VLI) - Plano Petros Ultrafértil:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0026-18. Sendo aguardada a aprovação da retirada.
- **Patrocinador: Stratura Asfaltos S.A - Plano Petros-2:** plano de modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0015-19. Sendo aguardada a aprovação da retirada.

1.1.3. PLANOS EM TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

Concluídas

- **Plano PrevFiepa:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0031-83. Aprovada a transferência de gerenciamento para Sociedade de Previdência Complementar do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (PREVISC), por meio da Portaria nº 97, de 07 de fevereiro de 2020, publicada no DOU em 12 de fevereiro de 2020. A transferência foi efetivada em 02 de julho de 2020.

Em andamento

- **Plano AnaparPrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0008-18. Aprovada a transferência de gerenciamento para a Fundação Viva de Previdência, por meio do Parecer nº 471/2020/CGTR/DILIC e da Portaria Previc nº 767, publicada no DOU de 06 de novembro de 2020.
- **Plano PreviFiea:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0033-65. Aprovada a transferência de gerenciamento para a Sociedade de Previdência Complementar da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (PREVISC), por meio do Parecer nº 480/2020/CTR/CGTR/DILIC e da Portaria Previc nº 750, publicada no DOU de 04 de novembro de 2020.
- **Plano FiepePrev:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0065-56. O plano está em transferência de gerenciamento para o Icatu Fundo Multipatrocinado (IcatuFMP). O pedido de transferência foi formalizado pelos patrocinadores em 08 de junho de 2020, e, até a presente data, o processo encontra-se em tratativas internas para posterior protocolo junto à Previc.
- **Plano Alesat:** plano de modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0004-91. O plano está em transferência de gerenciamento para o Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM). O pedido de transferência foi formalizado pelo patrocinador em 04 de junho de 2020, e, até a presente data, as partes vêm negociando a forma e condições do processo de transferência.
- **Plano Petros Lanxess:** plano de modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0024-56. O processo de transferência de gerenciamento teve sua apreciação suspensa junto à Previc a pedido do patrocinador. O pedido se deu em razão da existência de processo judicial movido contra a operação de transferência de gerenciamento, com decisões em primeira e segunda instância em favor dos autores do processo judicial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício e do plano de gestão administrativa - PGA são de responsabilidade da Fundação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 (e suas alterações) e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (que aprova a NBC TE 11 - a Resolução CFC nº 1.329/11 alterou a sigla e a numeração da norma de NBC TE 11, para Interpretação ITG 2001 - Entidade de Previdência Complementar) e nº 1.055, de 06 de abril de 2018 (que aprova o CPC nº 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria), assim como nas demais práticas contábeis brasileiras.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC. Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais e do plano de gestão administrativa, de modo a identificá-los separadamente: (a) por plano de benefício, (b) consolidado e (c) plano de gestão administrativa consolidado.

Os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de retificações de erros de períodos anteriores, não atribuíveis a eventos subsequentes, foram realizados e estão apresentados nas Notas Explicativas 3.5 e 7.1, contendo a descrição da natureza e dos seus respectivos efeitos na Nota Explicativa 8.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 29 de março de 2021.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1.1. MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Fundação é o real (R\$) e todos os saldos apresentados nestas demonstrações contábeis estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Entretanto, conforme o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e de contribuição variável são efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

2.1.3. USO DE ESTIMATIVAS

A administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da administração são: exigível contingencial, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo para sua determinação.

2.1.4. PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Entidade realiza anualmente análise de recuperabilidade de seus ativos, assegurando que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à PCLD são apresentados por seu valor líquido.

A Petros constituiu provisões para perdas em ativos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e apresentados a seguir.

Dias de Atraso	% PCLD
Entre 1 e 60	0
Entre 61 e 120	25
Entre 121 e 240	50
Entre 241 e 360	75
Superior a 361	100

2.1.5. GESTÃO DE RISCOS

A Petros entende que, para cumprir com o seu compromisso de pagar benefícios e pensões, precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004.

A Petros possui um conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a Gestão Baseada em Riscos (GBR), o que inclui normativos, desenhos da estrutura organizacional e de processos. A GBR propõe identificar, mensurar e monitorar os principais riscos da Petros e desenvolver ações ou respostas para adequação tempestiva ao apetite a riscos, e é dirigida, apoiada e monitorada pela alta administração.

O conceito de apetite a riscos refere-se ao montante de risco que um plano ou a Petros deve assumir, suficiente para cumprir com suas obrigações e atender às suas necessidades. Sob o paradigma risco e retorno, serve como referência para o nível de incerteza necessário para alcançar os objetivos.

A GBR está fundamentada no princípio de que a garantia da perpetuidade da Fundação depende da sua capacidade de antever eventos adversos e/ou oportunidades, preparando-se para suas ocorrências em qualquer atividade ou projeto da organização. Neste contexto, deve-se levar em conta a atuação das três linhas de gestão, cujas responsabilidades são:

- **1ª linha de gestão** - Composta pelas áreas de negócio da Petros que respondem diretamente pelo gerenciamento dos riscos, controles internos, processos e normativos sob sua responsabilidade, observando a adequação ao apetite a riscos da Petros.
- **2ª linha de gestão** - São os órgãos e profissionais da organização que tem como objetivo apoiar a gestão para que cumpram com suas responsabilidades de 1ª linha de gestão, fornecendo conhecimento e ferramentas adequadas para este processo. Nesta linha se encontram os especialistas em controles internos, gestão de riscos, processos, *compliance* e outros profissionais de apoio. Na Petros, é representada pelas seguintes áreas: Setor de Gestão de Riscos, Setor de Controles Internos e Setor de *Compliance*, que, entre outras funções, procuram disseminar a cultura de controles e de gestão integrada de riscos. A metodologia de gestão de riscos é também de responsabilidade do Comitê de Riscos e ALM da Petros.
- **3ª linha de gestão** - A atividade de auditorias interna e externa, que tem como objetivo fazer uma avaliação objetiva

e independente da gestão dos riscos, controles e governança da organização. O resultado é a comunicação e efetivação das oportunidades de melhoria identificadas.

O processo de gestão de riscos é composto por quatro etapas, executadas de forma integrada entre a primeira e segunda linhas de gestão:

- **Identificação:** processo de levantamento dos riscos capazes de afetar os objetivos da organização. Como 1ª linha de gestão, a área de negócio é responsável pelo processo de identificação dos riscos de seus processos e subprocessos, com suporte metodológico da 2ª linha de gestão.
- **Avaliação e Mensuração:** processos de levantamento e entendimento dos riscos e suas causas, controles existentes, respostas implementadas e potenciais impactos e probabilidades de ocorrência. Esse processo, incluindo a atribuição dos possíveis impactos e probabilidades de ocorrência, deverá ocorrer segundo padrões e métricas definidas pela 2ª linha de gestão, permitindo obter de forma mais analítica e fundamentada as informações sobre os riscos, para adequada elaboração de respostas, conforme critérios de priorização que, por sua vez, são orientados pelo apetite a riscos.
- **Resposta:** processo de definição de ações em relação ao risco identificado, para adequação ao apetite de riscos. A ação pode buscar diminuir o impacto da ocorrência do risco e/ou sua probabilidade de ocorrência. Neste processo, são definidos planos, prazos e responsáveis pela sua execução com quatro possíveis respostas para adequação ao apetite de riscos:
 - Tratar: ações que reduzam o impacto e/ou a probabilidade do risco, como a criação de novos controles, hedge financeiro, entre outros.
 - Transferir: transferência do risco para um terceiro, como através de uma seguradora.
 - Terminar: eliminação total do risco, como a saída de uma linha de negócio ou de uma operação financeira.
 - Tolerar: o risco é monitorado, mas não há ação imediata.
- **Comunicação e Monitoramento:** A comunicação e o monitoramento dos riscos têm como objetivo garantir o fluxo adequado de informações relacionadas à gestão de riscos para os diversos níveis hierárquicos e órgãos da estrutura de governança da Petros, contemplando as etapas de identificação, avaliação, mensuração e resposta aos riscos. É realizado por meio da emissão de relatórios periódicos pela 2ª linha de gestão ou através de discussões com a Diretoria Executiva e outros órgãos de governança e da alta administração, para que conheçam os riscos aos quais a Petros está exposta, bem como quais são as ações existentes como resposta a esses riscos, de forma a manter a aderência ao apetite de riscos.

A Petros está em fase de revisão e aprimoramento do normativo relativo à GBR, no sentido de padronizar e de estabelecer regras claras, a fim de orientar os empregados e a alta administração na realização dessa gestão, no estabelecimento de controles internos

e de *Compliance*, para alcançar a excelência dos resultados, garantindo o seu dever fiduciário e assegurando o pagamento dos benefícios aos participantes.

2.1.5.1. Mensuração, gerenciamento e acompanhamento dos riscos

a. Riscos financeiros e atuarial

Com o objetivo de garantir o cumprimento do compromisso de pagamento de benefícios e pensões, a Petros realiza a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios em conjunto com os respectivos passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*), avaliando constantemente a adequação da liquidez dos recursos garantidores às obrigações do passivo, a aderência de prazos e indexadores dos recursos garantidores e do passivo, e, em última instância, a liquidez e solvência dos planos.

A gestão realizada através da análise conjunta da evolução dos ativos e dos passivos visa minimizar o impacto dos riscos financeiros e atuarial associados à administração de planos de benefícios.

Os principais riscos financeiros e atuarial e os respectivos instrumentos de mitigação utilizados pela Petros estão abaixo destacados:

- **Risco de mercado** - Decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços ou preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência dos planos administrados pela Petros.

O passivo de planos ou fases de planos estruturados na modalidade de benefício definido é representado pelo valor presente dos fluxos dos benefícios subtraídos dos fluxos das contribuições dos participantes e patrocinadoras (provisões matemáticas). Ambas são atualizadas periodicamente por algum tipo de índice, podendo ser de inflação ou correção salarial (que, em geral, tende a seguir índices de inflação). Desta forma, o valor do passivo se mostra sensível à taxa de juros, bem como à inflação, o que, por conseguinte, traz risco de mercado ao plano. Sendo assim, o risco de mercado destes planos é mensurado, considerando a sensibilidade tanto do ativo (investimentos) quanto do passivo (provisões matemáticas) a variações nas taxas e preços de mercado. O risco será proporcional ao nível de descasamento entre obrigações (passivo) e direitos (ativo) do plano.

Uma forma prática de se calcular o risco de mercado destes planos é aproximar o perfil do passivo utilizando um índice de mercado que o mimetize, como, por exemplo, o IMAB5+, e verificar quanto a rentabilidade da carteira de investimentos afasta-se deste índice. Para tanto, a utilização do *Benchmark Value at Risk* (BvaR) se mostra como um modelo adequado, tendo em vista que ele mensura o deslocamento entre a carteira de investimentos e o *benchmark*, onde o *benchmark* é um índice de mercado que mimetize a duração (*duration*) e o indexador do passivo.

Nos planos estruturados nas modalidades de contribuição variável e contribuição definida, o valor do passivo é igual ao

saldo de conta individualizado dos participantes (no caso dos planos de contribuição variável, isto se aplica apenas para a fase de acumulação e concessão sem garantia). Desta forma, o risco de mercado dos planos é equivalente ao risco de mercado da carteira de investimentos. Para mensurar este risco, o modelo adotado é o *Value at Risk* (VaR).

Tanto o VaR quanto o BvaR buscam demonstrar uma perda máxima em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança. No caso do BvaR, esta perda é referente ao *benchmark*, enquanto no caso do VaR, é em relação à própria carteira.

Adicionalmente, são realizados testes de estresse dos investimentos para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da Fundação. Assim, é possível determinar o impacto sobre o patrimônio dos planos tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

Para a análise de estresse são realizadas duas simulações: estresse teórico e estresse histórico. Para os cenários de estresse teórico, são aplicados choques nas taxas de juros e no Ibovespa, em que é considerado o beta entre os ativos da Bolsa para resultar numa perda total da carteira após períodos de estresse. O outro cenário analisado leva em consideração um histórico de 10 anos dos fatores de risco existentes na carteira e, dada a composição atual, verifica-se qual seria a perda financeira na data do fechamento do pior retorno diário e mensal, consolidado da amostra utilizada.

- **Risco de crédito** - Engloba a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a fatores como: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) desvalorização do valor de um ativo decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte; e (iii) redução do valor de mercado das garantias de um empréstimo. O gerenciamento de risco de crédito em uma carteira de investimentos é extremamente importante, e uma das formas de mitigá-lo é através da diversificação dos investimentos. Para isso, além dos limites regulatórios, a Petros impõe limite máximo de alocação para algumas características deste tipo de emissão que compõem a carteira própria (ou seja, são diretamente geridos pela Petros). A diligência em relação ao risco de crédito aceitável para fundos terceiros é feita em uma análise prévia do regulamento do fundo terceiro em relação à aplicação em ativos de crédito. Assim, além dos limites regulatórios, o controle e monitoramento dos limites máximos de alocação por características de ativos com risco de crédito é feito somente sobre a carteira própria. Os limites utilizados são para concentração em emissores, rating (o menor entre os atribuídos pelas agências Fitch, S&P e Moody's) e prazo de vencimento. Além disso, mesmo que esteja enquadrado entre esses pontos, os ativos passam por análise do risco de inadimplência através da avaliação de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.
- **Risco de liquidez** - Refere-se à possibilidade de planos não terem capacidade de converter suas aplicações financeiras em

recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do ativo no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

O monitoramento do risco de liquidez tem como objetivo minimizar o risco da necessidade da venda antecipada de ativos, o que pode vir a exigir um desconto em seu valor, em especial em momentos adversos do mercado, bem como viabilizar a execução de processos de desinvestimentos em que não é possível realizar antecipação, ainda que houvesse desconto do seu valor.

Inicialmente, há um caixa capaz de suprir o fluxo do passivo, mas eventualmente há necessidade adicional de caixa para esse fluxo. Por esse motivo, existe a necessidade de entender o quão rápido o plano consegue se desfazer de determinadas aplicações financeiras para que consiga o valor financeiro necessário para arcar com suas obrigações. Por outro lado, também existem aplicações financeiras sem negociação diária e com baixa liquidez, mostrando que o plano pode ter patrimônio alto, mas com ativos com baixa capacidade de conversão em recursos líquidos.

O risco de liquidez dos planos é mensurado por meio da análise da capacidade de os ativos da carteira de investimento serem liquidados diante do fluxo esperado de recebimento das contribuições e de pagamento dos benefícios, além de outras obrigações do plano.

Este risco é mensurado sob duas perspectivas em relação à liquidez dos ativos: uma visão do risco de liquidez, mais restrita e focada no curto prazo, considera apenas os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira; a outra visão, mais ampla e focada no médio prazo, considera apenas a venda de investimentos com negociação em mercados organizados, respeitada a capacidade do mercado absorver as vendas propostas. Entre ativos considerados líquidos estão títulos públicos, ações negociadas em bolsa, fundos de gestão interna e fundos geridos por terceiros.

- **Risco atuarial** - Relaciona-se com a ocorrência de desvios entre as premissas e hipóteses biométricas utilizadas nas avaliações atuariais, como, por exemplo, probabilidades para os eventos de mortalidade, de invalidez e de morbidez, e as ocorrências efetivamente observadas no âmbito dos planos de benefícios. Esses desvios podem causar impactos severos na liquidez ou na solvência dos planos administrados pela Petros.

As principais fontes de desvios na estimativa das premissas de hipóteses biométricas são: estimativa errada do nível esperado do evento; estimativa errada da tendência do evento; flutuações aleatórias ao redor do valor esperado; e catástrofes.

O risco decorrente da estimativa errada do nível esperado do evento decorre da incerteza do nível de ocorrências do

evento. O processo de estimação de tábuas biométricas com base nos eventos observados envolve erros, em que o nível real observado poderia ter flutuado dentro de um intervalo de confiança. Este risco é mensurado através da análise da volatilidade da estimativa das probabilidades das tábuas biométricas dos planos. Com o objetivo de mitigar esta fonte de risco, a Petros realiza anualmente estudos técnicos de aderência das tábuas biométricas ao perfil dos participantes.

O risco decorrente da estimativa errada da tendência do evento surge da mudança da frequência da ocorrência dos eventos ao longo do tempo. Por exemplo, ao longo dos séculos, a mortalidade humana tem decaído, aumentando a longevidade e, conseqüentemente, a expectativa de pagamento de benefícios de aposentadoria.

O risco decorrente de flutuações aleatórias do evento diz respeito à volatilidade do número de ocorrências. A lei dos grandes números afirma que flutuações aleatórias geralmente se tornam menos significativas quanto maior for o tamanho do grupo coberto. Na realidade, o montante absoluto das flutuações aumenta quanto maior for o grupo, mas as flutuações tendem a decrescer como percentual total dos eventos. Esta parcela do risco é mensurada através da análise dos percentis das distribuições de eventos gerados por meio de simulações estocásticas pelo método de Monte Carlo.

Já o risco de catástrofe advém de mudança adversa nos valores esperados de ocorrências resultante de incertezas significativas relacionadas a eventos extremos ou não regulares. Este risco é mensurado através da análise de sensibilidade da frequência de ocorrência de eventos a episódios históricos considerados catastróficos.

b. Risco sistêmico

Contempla o conjunto de condições causadas ou exacerbadas por eventos ou condições peculiares que podem levar ao colapso ou contágio dos sistemas financeiros, culminando em dificuldade de pagamentos e cumprimento de obrigações que sustentam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos planos. Para mitigar este risco, a Petros realiza, periodicamente, estudos de cenários macroeconômicos, a fim de auxiliar as tomadas de decisão, com revisões quando identificados eventos que demandem atualizações. Além desses estudos, a Petros também busca avaliar as probabilidades de ocorrência de recessões globais e auxiliar nas tomadas de decisão nestas situações.

O risco sistêmico tem potencial de exacerbar os efeitos dos riscos financeiros na administração dos planos de benefícios pela Petros. Logo, sua gestão também representa um mitigador do risco sistêmico.

c. Risco socioambiental, de reputação e de imagem

São riscos ligados a fatores socioambientais, de reputação e imagem derivados dos investimentos administrados pela Fundação.

O risco socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Esse risco pode afetar a Petros de forma direta, por meio de ações da própria Fundação que provoquem os referidos danos, ou de forma

indireta, por meio de investimentos realizados em empresas, cuja atividade provoque danos à sociedade e/ou ao meio ambiente.

Já o risco de reputação ou de imagem é um risco de perda resultante de danos à reputação de uma empresa, podendo gerar perda de receita, aumento de custos operacionais, de capital ou destruição do valor para o acionista, causado por um evento adverso ou potencialmente criminoso, mesmo que a empresa não seja considerada culpada.

Atualmente, existe uma avaliação que deve ser realizada anualmente para ativos da carteira própria, cujo suporte é dado pela Consultoria Resultante. No processo de seleção (investimento e desinvestimento), além das questões econômico-financeiras, os aspectos de risco ESG (*Environmental, Social and Governance*) também são levados em consideração. Neste sentido, a Fundação está estudando a possibilidade de quantificar a performance ESG das companhias, para que os critérios ESG tenham impacto mais direto e efetivo nas avaliações.

d. Risco operacional

Associado à possibilidade de perdas financeiras devido a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos.

A Petros realiza a gestão deste risco através (i) da identificação e avaliação dos riscos operacionais pelas áreas gestoras relativamente às suas atividades desempenhadas e seus processos; (ii) da recomendação de implementação de controles internos para atingimento dos objetivos dos processos operacionais; do (iii) monitoramento da implantação dos planos de ação definidos pelas unidades organizacionais oriundos do processo de avaliação de riscos operacionais; e (iv) da avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos implementados.

e. Risco legal

Ligado à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais (riscos regulatórios e legais) que envolvam: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência; e (iv) instrumentos contratuais em desconformidade com o novo regramento legal.

A gestão deste risco é realizada a partir da identificação e interpretação da legislação aplicável às atividades da Petros, evitando desvios que possam ocorrer no cumprimento das normas legais e regulamentares.

f. Risco de governança

Este é um risco que perpassa todas as áreas da Fundação. A estrutura adequada observa as características próprias da entidade: porte, número de planos, modalidade dos planos, número de participantes ativos e assistidos, atentando-se ainda à estrutura mínima prevista em lei e às orientações do órgão supervisor. A estrutura da Petros busca mitigar os riscos relacionados à concentração de poderes, garantindo a segregação de funções e enfatizando as decisões colegiadas.

g. Risco de tecnologia da informação

Este risco está inserido na discussão do risco operacional. A gestão do risco de tecnologia da informação deve se preocupar com a segurança, disponibilidade, integridade, performance e conformidade de sistemas, informações, processos e ambiente de tecnologia.

A Petros zela permanentemente pela exatidão e pela consistência das informações cadastrais, determinando procedimentos de contingência e segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas, de forma a garantir a integridade e segurança dos dados armazenados.

Além desses controles, ao longo de 2020, a Petros implementou novas ações e iniciativas para proteção de dados da empresa e de terceiros, em virtude da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dos novos normativos da Previc e referenciais de mercado que elevam o grau de conformidade e maturidade em segurança da informação, sob aspectos de governança e cibersegurança. Uma das principais iniciativas consistiu na implantação do projeto de adequação à LGPD, política de privacidade e novos controles de proteção de dados pessoais.

Diante das ameaças e dos riscos cibernéticos associados às tendências de transformação digital e trabalho remoto, a Petros segue fortalecendo o seu Programa de Segurança da Informação, por meio de processos, estratégias e diretrizes que visam à proteção e à disponibilidade das informações corporativas. São adotadas ferramentas, recursos e soluções tecnológicas e de infraestrutura para a segurança das informações e proteção de dados, quer sejam informações sobre os processos do negócio ou informações pessoais de clientes, empregados e fornecedores.

A Petros promove, ainda, iniciativas de conscientização, normatização, monitoramento, análise e resposta ao tratamento de riscos e vulnerabilidades que possam afetar um dos pilares da segurança da informação, fortalecendo o seu compromisso com a proteção dos dados e das informações que trata nas suas atividades.

2.1.6. INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos é realizada de forma individualizada (segregação real) e de forma compartilhada (unifundo). A gestão de investimentos compartilhada implica a existência de solidariedade na aplicação dos recursos. A segregação do ativo e a apuração da rentabilidade dos planos são realizadas pelo método de cota patrimonial, considerando a proporção dos aportes e dos resgates realizados por cada plano.

- Planos com gestão individualizada:** PPSP-R¹, PPSP-NR¹, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, Plano Petros-2, Plano Petros Ultrafértil, Plano Petros Lanxess, Plano Petros Nitriflex/Lanxess, Plano TapmePrev, Plano Misto Sanasa, Plano Petros PQU, Plano Petros Copesul, Plano Petros Braskem e Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Planos com gestão compartilhada:** demais planos de benefícios (planos CD), com exceção da carteira de empréstimos a participantes, que é feita de forma individualizada.

¹ No caso dos planos PPSP-R e PPSP-NR, existe um compartilhamento de gestão da carteira de imóveis, realizado a partir da cisão do PPSP, que ocorreu em 01 de abril de 2018.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e suas alterações posteriores, a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios obedece aos limites das respectivas políticas de investimentos. Eventuais desenquadramentos encontram-se destacados na Nota Explicativa 5.2.

2.1.6.1. Instrumentos Financeiros

2.1.6.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

De acordo com o Capítulo III da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e suas alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

- Títulos para negociação:** títulos registrados com o propósito de negociação, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento:** títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de, no mínimo, 12 meses para os adquiridos até 31/08/2020, ou de, no mínimo, 60 meses para os adquiridos a partir de 1/09/2020. Além disso, deve-se considerar que a entidade permaneça com o interesse e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Também devem ser classificados como de baixo risco de crédito por agência de risco do país e devem ser avaliados com base em metodologia de apuração do valor de mercado e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil - BC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os títulos privados classificados nesta categoria que apresentarem elevação de risco ou probabilidade de perda devem ser reclassificados para títulos em negociação.

Os títulos públicos e privados são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados, com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzidos das amortizações e juros recebidos e ajustados a valor de mercado, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até seu vencimento.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a Petros emprega metodologias de precificação de acordo com a legislação em vigor e melhores práticas de mercado, como a utilização de laudos de avaliação de empresas independentes, que utilizam metodologias técnicas definidas e com limites disciplinados em Normas Técnicas da ABNT, com metodologias e cálculos cientificamente demonstráveis, comprováveis, auditáveis e tecnicamente consistentes.

2.1.6.1.2. AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas as despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras. Para as ações negociadas em Bolsa, utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço.

Algumas ações nas quais a Fundação investe direta e indiretamente não possuem cotação em bolsa de valores ou negociação frequente em mercado ativo e, desta forma, são avaliadas por meio de modelos de precificação, com a finalidade de apresentar seu valor justo.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos.

Alguns fundos nos quais a Fundação investe direta e indiretamente não são negociados frequentemente em mercado ativo, sendo avaliados por meio de modelos de precificação.

As ações e fundos não negociados em mercado ativo encontram-se listados na Nota Explicativa 5.1.5, onde constam mais informações sobre as metodologias e premissas utilizadas.

2.1.6.1.3. DERIVATIVOS

Derivativos são instrumentos financeiros que podem compor os diferentes programas de investimentos das carteiras dos planos de benefícios, cujos objetivos podem ser de otimizar a rentabilidade e/ou diminuir o risco total dos investimentos.

A Petros faz uso de instrumentos derivativos tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e renda variável (ações e índices de bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

Tal utilização respeita os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661, 25 de maio de 2018, e suas alterações posteriores, das Políticas de Investimentos dos planos de benefícios, e normativos internos da Petros.

O registro contábil das operações com derivativos obedece às normas do CNPC e da CVM.

2.1.6.1.4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos concedidos aos participantes estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos obtidos até a data do balanço, e estão sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que possui como balizador o número de dias em atraso de uma prestação em aberto do contrato de empréstimo.

Tal provisão tem por finalidade ajustar o valor da carteira de empréstimos ao seu valor recuperável, estimando um risco de perda em percentuais fixos.

2.1.6.2. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

2.1.6.2.1. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção, e ajustados, anualmente, pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. O resultado da avaliação, positivo

ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas" do Fluxo dos Investimentos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, conforme Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados até a data do balanço pelos índices contratados, acrescidos de multa, juros e correção monetária em caso de inadimplência, e estão sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

2.1.7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

O imobilizado refere-se aos bens necessários ao funcionamento da entidade e está registrado pelo custo de aquisição. Estes bens são depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, conforme abaixo:

Bens	Taxa Anual Depreciação
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Moveis e Utensílios	10%

Além das espécies de bens supracitadas, a Petros possui em seu imobilizado o edifício destinado à sua sede que, conforme facultado pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em seu item h do art. 19 do anexo A, não são apurados valores de depreciação até 31 de dezembro de 2020, uma vez que a entidade procede a reavaliação anual deste ativo.

Os gastos registrados no intangível (abrangido pelo CPC 04 (R1)) são apresentados pelo valor aplicado e amortizados no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

2.1.8. ATIVOS CONTINGENTES

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. São classificados e demonstrados (caso aplicável) conforme a probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros, conforme abaixo:

Probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros	
Não Provável	Não é realizado reconhecimento ou divulgação
Provável	Divulgado nas notas explicativas, mas sem reconhecimento contábil
Praticamente Certa	Descaracteriza-se como ativo contingente e é realizado o reconhecimento contábil do ativo

A Petros avalia periodicamente os ativos contingentes de modo a garantir que seus reflexos estejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

2.1.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Os depósitos judiciais têm por finalidade o pagamento do débito judicial ou a garantia do juízo nos casos em que há divergência entre o valor pretendido pelo exequente e aqueles entendidos como corretos pela Petros, nos processos judiciais em execução ou em fase de cumprimento de sentença, quando a entidade é ré no processo.

Os depósitos recursais são efetuados na justiça do trabalho e são necessários ao conhecimento e processamento do recurso interposto pela entidade, quando esta restou sucumbente na decisão judicial enfrentada.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente, conforme prática contábil vigente no ano de 2020.

2.1.10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e ratificado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

A entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos, nas áreas trabalhista e previdencial, e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

O Exigível Contingencial é obtido através das classificações de perda provável, divulgada nas demonstrações contábeis. Nos processos em que a entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em nota explicativa e, quando a classificação do risco de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas demonstrações contábeis.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados externos, conforme resolução do CFC e normativo interno da Petros sobre classificação de riscos e Exigível Contingencial, aprovado pela alta administração, incluindo análise das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais.

O valor da provisão nos processos que estão na fase de conhecimento é obtido por meio de cálculo prévio, a partir da análise das decisões judiciais passadas (jurisprudências) em processos

similares, de mesmo objeto e derivado de estudo obtido através de regressão linear. Para cada um dos objetos demandados em face da Petros é calculado um valor médio de perda/desembolso, que compõe o normativo interno da Petros sobre classificação de riscos dos processos e Exigível Contingencial acima mencionado, considerando a natureza do objeto e do pedido da ação judicial (valor estimado por objeto). Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da decisão judicial, assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais implementada em 2020, para atendimento à nova prática contábil da Petros.

Anualmente, a Entidade realiza a revisão dos valores estimados por objetos e, desta forma, a administração entende que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

2.1.11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Nos cálculos atuariais dos planos administrados pela Petros são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, e a modalidade do plano, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

As provisões matemáticas representam o valor presente dos compromissos futuros dos planos de benefícios assumidos com os participantes e seus beneficiários, mediante regulamento dos planos, e registram:

- **Nas contas de contribuição definida:** a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- **Nas contas de benefício definido:** o montante necessário, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos participantes, assistidos e patrocinadores.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas são constituídas com base em cálculos atuariais, utilizando premissas biométricas, econômicas e financeiras feitas por atuários independentes, contratados pela Petros, indicados pelo instituidor, ou por atuário interno, conforme descrito na Nota Explicativa 9, as quais são segregadas em:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos:** registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder:** registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes ativos e aos seus beneficiários.

- **Provisões Matemáticas a Constituir:** registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras líquidas a serem efetuadas por um período certo, referentes aos planos de equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador com o plano de benefícios.

2.1.12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa a diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais, e é registrada conforme abaixo:

- **Superavit Técnico** - Registra o excedente patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos e é subdividido em Reserva de Contingência (até o limite determinado por lei) e Reserva Especial para Revisão do Plano.
- **Deficit Técnico** - Registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

O cálculo do equilíbrio técnico e os limites supracitados são normatizados pelo CNPC e pela Previc.

2.1.13. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os fundos previdenciais devem guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. As regras de constituição e reversão específicas dos fundos previdenciais são regidas pelos regulamentos e encontram-se detalhadas na Nota Explicativa 9.2.1.

2.1.14. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. É constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo, o retorno dos investimentos administrativos e os gastos realizados pela entidade na administração dos planos de benefícios. Ao final de cada mês, a Fundação registra nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no PGA, conforme detalhado na Nota Explicativa 9.2.2.

2.1.15. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Os fundos dos investimentos são fundos constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples, em caso de morte do mutuário, e

de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

2.1.16. CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS ENTRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A metodologia para alocação dos gastos administrativos prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

- **Custo direto** - São gastos específicos dos planos de benefícios (pagamento de consultoria atuarial, despesas jurídicas, taxa de fiscalização da Previc, entre outros).
- **Custo indireto** - São os gastos realizados pelos setores e gerências com envolvimento direto na gestão dos planos de benefícios (áreas de negócio: arrecadação, atendimento, investimento, entre outras). A alocação aos planos de benefícios ocorre pelo direcionador que guarda melhor correlação à atividade-fim das áreas.
- **Despesas administrativas** - São os gastos realizados pelos setores e gerências de apoio ao negócio (áreas de apoio: infraestrutura, recursos humanos, contabilidade, entre outros). Posteriormente, os valores segregados por tipos de gastos são rateados entre os planos de benefícios, utilizando o percentual de apropriação calculado para cada um.

2.1.17. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em consonância ao previsto no regulamento do PGA da Petros e em atendimento ao disposto no artigo 3º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a Fundação utilizou para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios as seguintes fontes de custeio:

- Taxa de carregamento sobre a contribuição de participantes, assistidos, patrocinadoras e instituidores;
- Taxa de administração sobre os recursos garantidores dos planos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Receitas administrativas; e
- Fundo administrativo.

3. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Notas	2020	2019
Recursos a Receber		15.820.307	14.239.985
Contribuições Normais		287.038	118.053
Contribuições em Atraso	3.1	749	-
Patrocinadoras		744	-
Contribuições em atraso		1.394.146	1.264.413
(-) Provisão para perdas		(1.393.402)	(1.264.413)
Participantes		-	-
Contribuições em atraso		1.179.654	1.311.955
(-) Provisão para perdas		(1.179.654)	(1.311.955)
Instituidores		5	-
Contribuições em atraso		634	-
(-) Provisão para perdas		(629)	-
Contribuições Contratadas	3.2	15.532.467	14.121.880
Outros Recursos a Receber		53	52
Patrocinadoras Liquidadas	3.3	1.095.248	981.986
(-) Provisão para perdas	3.3	(1.095.248)	(981.986)
Saldo Insuficiente - Retirada de Patrocínio		1	-
Demais Rubricas		52	52
Adiantamentos		7.178	6.307
Resultados a Realizar	3.4	43.070	425.420
Depósitos Judiciais/Recursais	3.5	2.640.462	1.951.143
Outros Realizáveis	3.6	130.912	765.913
Total		18.641.929	17.388.768

3.1. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

As contribuições em atraso têm sua origem em decisões judiciais liminares que suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias de participantes e assistidos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PPUF (Plano Petros Ultrafertil) no âmbito do Plano de Equacionamento do Deficit Técnico acumulado (PED).

Em setembro de 2019, na Suspensão Liminar de Segurança nº 2507/RJ (SLS 2507/RJ), o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deferiu pedido de suspensão de liminar feito pela Petros, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que havia reduzido em 50% o valor das contribuições extraordinárias fixadas para os PEDs dos planos PPSP-R e PPSP-NR, em relação aos associados da Fenasp - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros e de outras 7 (sete) associações. Após essa decisão, considerando a existência de novas liminares, a Petros apresentou aditamento ao pedido formulado nos autos da

SLS 2507/RJ para a extensão da suspensão a todas as liminares vigentes e contrárias à cobrança de contribuições extraordinárias de que tratam os PEDs referentes aos planos PPSP-R e PPSP-NR, que também foi deferido.

Desta forma, foi reinstituída, em outubro de 2019, a cobrança de contribuição extraordinária para todo o público atingido pelo PED dos planos PPSPs. A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020. Cabe salientar a existência de novas liminares que suspenderam as contribuições extraordinárias de 21 participantes assistidos.

Em relação ao Plano Petros Ultrafertil (PPUF), diversas liminares também suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias referentes aos PEDs 2014, 2015, 2016 e 2018. Até a presente data, não houve a opção em relação ao parcelamento da dívida. Além disso, as patrocinadoras Ultrafertil e Vale Fertilizantes permanecem realizando o pagamento mensal, com exceção do PED-2018, que está suspenso pela Previc (Ofício nº 42-2020-ERRJ-DIFIS-Previc).

Quanto às contribuições em atraso registradas no plano TapmePrev, referem-se às prestações do pagamento de deficit técnico referentes ao período entre fevereiro e dezembro de 2020. Após negociações com a patrocinadora em Procedimento de Mediação junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc, ficou definido que o pagamento será realizado em 24 parcelas, a partir de janeiro de 2021, com correção e juros,

conforme regido pelo regulamento do plano, além do indexador de correção pela meta atuarial do plano de benefícios por parcela. Cabe ressaltar ainda que o patrocinador vem cumprindo suas obrigações de pagamento.

Abaixo, demonstramos a posição das contribuições em atraso por planos de benefícios:

PATROCINADOR		
Plano	2020	2019
PPSP-R		
BR	46.688	42.468
Petrobras	1.014.954	918.660
Petros	684	620
Total Contribuições em atraso	1.062.326	961.748
(-) Provisão para perdas	(1.062.326)	(961.748)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-NR		
BR	14.598	13.158
Petrobras	295.836	264.613
Petros	16	14
Total Contribuições em atraso	310.450	277.785
(-) Provisão para perdas	(310.450)	(277.785)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-R Pré-70		
Petrobras	9.943	8.295
(-) Provisão para perdas	(9.943)	(8.295)
PPSP-R Pré-70 - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-NR Pré-70		
Petrobras	8.194	6.723
(-) Provisão para perdas	(8.194)	(6.723)
PPSP-NR Pré-70 - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
Plano Petros Ultrafertil		
Araucária/Vale Fertilizantes	1.518	124
(-) Provisão para perdas	(1.518)	(124)
Plano Petros Ultrafertil - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
Plano TapmePrev		
	1.715	9.738
TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A	1.715	9.738
(-) Provisão para perdas	(970)	(9.738)
Plano TapmePrev - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	744	-
Total - Contribuições em Atraso Patrocinadores	744	-
Contribuições em Atraso	1.394.146	1.264.413
(-) Provisões para perdas	(1.393.402)	(1.264.413)

PARTICIPANTES

Plano	2020	2019
PPSP-R		
Contribuições em atraso	791.855	940.950
(-) Provisão para perdas	(791.855)	(940.950)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
PPSP-NR		
Contribuições em atraso	262.852	302.650
(-) Provisão para perdas	(262.852)	(302.650)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Plano Petros Ultrafértil		
Contribuições em atraso	123.360	68.355
(-) Provisão para perdas	(123.360)	(68.355)
Plano Petros Ultrafértil - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Total - Contribuições em Atraso Participantes	-	-
	Contribuições em Atraso	1.179.654
	(-) Provisões para perdas	(1.179.654)
		1.311.955
		(1.311.955)

INSTITUIDOR

Plano	2020	2019
Plano AnaparPrev		
SINDPAES	634	-
(-) Provisão para perdas	(629)	-
Plano AnaparPrev - Contribuições em Atraso Instituidores - Total	5	-
Total - Contribuições em Atraso Instituidores	5	-
	Contribuições em Atraso	634
	(-) Provisões para perdas	(629)
		-
		-

- **Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa**

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) relativas ao período de suspensão das contribuições acima mencionadas e das contribuições em atraso das demais patrocinadoras e instituidores vêm sendo constituídas de acordo com os itens 10 e 11 do Anexo A "Normas Complementares", da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e totalizam R\$ 2.573.685 (em 2019, R\$ 2.576.368).

3.2. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

As contribuições contratadas têm sua origem em dois Termos de Compromissos Financeiro (TCF) e no financiamento do Novo PED - redução de pecúlio dos planos PPSP-NR e PPSP-R.

Os TCFs foram celebrados no âmbito do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), no qual são partes os patrocinadores dos planos Petros do Sistema Petrobras, a Fundação e entidades representativas de seus participantes. Os Termos de Compromisso possuem prazo de 20 anos, a partir da data de celebração, são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pro-rata die, acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano, possuem cláusula de reajuste atuarial e não são passíveis de amortização, apenas pagamentos de juros semestrais nos meses de abril e de outubro.

Conforme análise de consulta formulada para a Previc, a Fundação mantém o registro destes termos no ativo, tendo em vista a essência dos contratos, bem como suas respectivas finalidades, considerando que esta forma de registro representa adequadamente as características dos objetos.

O Financiamento do Novo PED - Redução de Pecúlio foi constituído pelo aditamento do resultado apurado no exercício de 2015 - PED/2015, outrora em execução, consolidando-o ao resultado do exercício de 2018, acrescido do resultado apurado no exercício de 2019, cuja contrapartida patronal se dará por meio de aporte adicional, em valor referente à redução do

benefício de pecúlio por morte aplicada aos participantes e assistidos, proporcional à parcela do deficit, atualizado mensalmente pela meta atuarial.

Abaixo, detalhamos a alocação das contribuições contratadas aos planos, suas características e eventos relevantes ocorridos no período:

Planos / Patrocinadoras	Contribuição Contratada	2020	Contratações	Recebimentos	Atualização	Impacto Atuarial	2019
PPSP-R		4.081.049	1.703.413	313.000	395.937	(348.090)	2.642.789
Petrobras	TCF - Diferença de Pensão	2.398.597	-	158.092	272.169	(324.681)	2.609.201
	PED - Redução de Pecúlio	1.698.617	1.582.310	-	116.307	-	-
BR	TCF - Diferença de Pensão	(21.969)	-	26.699	32	(21.914)	26.612
	PED - Redução de Pecúlio	-	110.463	117.164	6.701	-	-
Petros	TCF - Diferença de Pensão	5.804	-	405	728	(1.495)	6.976
	PED - Redução de Pecúlio	-	10.640	10.640	-	-	-
PPSP-NR		506.819	515.633	45.904	37.090	-	-
Petrobras	PED - Redução de Pecúlio	506.819	472.273	-	34.546	-	-
BR	PED - Redução de Pecúlio	-	42.161	44.705	2.544	-	-
Petros	PED - Redução de Pecúlio	-	1.199	1.199	-	-	-
PPSP-R Pré-70		6.601.220	-	974.887	716.407	222.889	6.636.811
Petrobras	TCF - Diferença de Pensão	857.678	-	39.167	81.789	36.889	778.167
	TCF - Pré-70	5.082.612	-	935.720	497.998	186.000	5.334.334
	TCF - Pré-70 - Aditivo	660.930	-	-	136.620	-	524.310
PPSP-NR Pré-70		4.343.379	-	957.560	559.585	(100.926)	4.842.280
Petrobras	TCF - Pré-70	3.603.777	-	957.560	384.614	(100.926)	4.277.649
	TCF - Pré-70 - Aditivo	739.602	-	-	174.971	-	564.631
Total Contribuições Contratadas		15.532.467	2.219.046	2.291.351	1.709.019	(226.127)	14.121.880
Totais por Contratação:		15.532.467	2.219.046	2.291.351	1.709.019	(226.127)	14.121.880
	TCF - Pré-70	8.686.389	-	1.893.280	882.612	85.074	9.611.983
	TCF - Pré-70 - Aditivo	1.400.532	-	-	311.591	-	1.088.941
	TCF - Diferença de Pensão	3.240.110	-	224.363	354.718	(311.201)	3.420.956
	PED - Redução de Pecúlio	2.205.436	2.219.046	173.708	160.098	-	-

- **Termo de Compromisso Financeiro Pré-70:** compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 9.611.983 em 2019 e R\$ 8.686.389 em 2020), correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001.

Além do compromisso original, no exercício de 2019, foi assinado entre a Petrobras e a Petros aditivo que ajustou a metodologia aplicada ao TCF ao estabelecido no Termo de Transação Judicial, que implementou o compromisso da Petrobras com os planos Pré-70. Este aditivo contemplou a criação de um ativo realizável que, em 2020, totalizava R\$ 1.400.533 (R\$ 1.088.941 em 2019), dos quais R\$ 739.602 (R\$ 564.631 em 2019) para o plano PPSP-NR Pré-70 e R\$ 660.931 (R\$ 524.310 em 2019) para o plano PPSP-R Pré-70.

No ano de 2020, a patrocinadora Petrobras antecipou o valor de R\$ 1.554.701 (R\$ 545.069 em 2019), referente a liquidações parciais, sendo R\$ 808.752 (R\$ 220.961 em 2019) destinados ao plano PPSP-NR Pré-70 e R\$ 745.949 (R\$ 324.108 em 2019) ao plano PPSP-R Pré-70.

- **Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão:** documento firmado entre as patrocinadoras e a Petros que garante as condições para realização do pagamento do acréscimo de compromisso atuarial com as pensões, decorrente da mudança do critério de cálculo das pensões dos participantes ativos e assistidos e pensionistas que optaram pela repactuação, a ser creditado no plano PPSP-R (no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, R\$ 3.420.956 em 2019 e R\$ 3.240.110 em 2020).

Em 2020, a patrocinadora BR Distribuidora liquidou antecipadamente o montante de R\$ 26.699 (R\$ 157.562 em 2019) referente ao Ajuste Atuarial de 2019 do Termo Diferença de Pensão.

Devido à reavaliação atuarial realizada anualmente e às liquidações antecipadas, em 31 de dezembro de 2020, a patrocinadora BR Distribuidora apresentou saldo credor no montante de R\$ 21.969, que, de acordo com a cláusula 1.4 do Contrato de Liquidação Antecipada, celebrado em 28 de junho de 2019, poderá ser utilizado como crédito para abater valores por ela aportados no ano de 2021.

- **PED Redução de Pecúlio:** compromisso estabelecido pela obrigatoriedade de aportes extraordinários da patrocinadora em contrapartida à redução do benefício de pecúlio por morte aplicada aos participantes e assistidos dos planos PPSP-R e PPSP-NR, no valor R\$ 2.205.436 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.219.046 em 31 de maio de 2020, data do registro).

A patrocinadora Petrobras optou pela amortização em 40 parcelas semestrais no último dia útil dos meses de janeiro e de julho de cada ano, iniciando a partir de janeiro de 2021. O saldo devedor é atualizado pela meta atuarial, iniciado em 31 de dezembro de 2020, a findar em 31 de dezembro de 2040.

As patrocinadoras BR Distribuidora e Petros efetuaram a liquidação do contrato no exercício de 2020.

3.3. PATROCINADORAS LIQUIDADAS

Os créditos a receber das patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - Petromisa e Petrobras Comércio Internacional S.A. - Interbras), referentes ao plano PPSP-NR, estão totalmente provisionados para perda e são objeto de processos judiciais de cobrança contra a União Federal, na qualidade de sucessora dos patrocinadores liquidados, conforme o Artigo 23 da Lei 8.029 de 1990.

De acordo com o Artigo 4º da Lei 8.029 de 1990, o Poder Executivo foi autorizado a dissolver ou privatizar as entidades da administração pública federal da Petromisa e da Interbras. A Petros buscou habilitar os créditos relativos ao custeio do plano de benefícios do Sistema Petrobras, referentes às massas de participantes e assistidos de ambas as empregadoras, por meio de processos administrativos, nos quais não logrou êxito, resultando no ajuizamento de demandas judiciais para a cobrança das contribuições das retiradas de patrocínios.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Petromisa, a União foi condenada a pagar à Petros a contribuição de retirada de patrocínio. A União interpôs recurso especial, que foi negado seguimento. A decisão favorável à Petros para recebimento dos valores transitou em julgado em 23 de junho de 2020 e foi determinado o retorno ao 2º Tribunal Regional Federal para que haja a execução da decisão judicial. A Petros já iniciou a execução da decisão favorável para que a União Federal realize o pagamento.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Interbras, a União também foi condenada a pagar à Petros mais de R\$ 84.000. A decisão favorável a Petros transitou em julgado em 08 de novembro de 2019 e iniciou-se a fase de execução. Em 23 de setembro de 2020, a contadoria judicial apresentou cálculos sobre o valor devido pela União Federal, incluindo honorários advocatícios e periciais, bem como o ressarcimento de custas. O valor ainda está em discussão no processo judicial, devido à impugnação da União Federal. O juiz determinou que o processo fosse para a contadoria judicial. A Petros já iniciou a execução da decisão favorável para que a União Federal realize o pagamento.

O valor do crédito de patrocinadoras liquidadas em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 1.095.248 (R\$ 981.986 em 2019) e encontra-se integralmente provisionado para perda.

3.4. RESULTADOS A REALIZAR

Os resultados a realizar têm sua origem em títulos, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento - resultados a realizar" nos seguintes planos de benefícios: PPSP-R, PPSP-NR, Petros Ultrafértil, Petros Lanxess e Petros Nitriflex/Lanxess. O controle e o acompanhamento desses títulos são realizados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título, com a devida anuência do órgão fiscalizador, conforme Ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela antiga SPC - Secretaria de Previdência Complementar, atual Previc.

Os valores estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Vencimento	2020			2019		
		Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar	Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar
		(A)	(B)	(B) - (A)	(A)	(B)	(B) - (A)
PPSP-NR		253.190	256.952	3.762	384.852	471.554	86.702
Letras Hipotecária	15/02/2021	3.461	3.472	11	3.283	3.464	181
NTNC	01/04/2021	249.729	253.480	3.751	194.204	206.703	12.499
NTNC	01/01/2031	-	-	-	187.365	261.387	74.022
PPSP-R		858.759	871.396	12.637	1.305.297	1.599.363	294.065
Letras Hipotecária	15/02/2021	11.744	11.780	36	11.138	11.754	616
NTNC	01/04/2021	847.015	859.616	12.601	658.687	701.080	42.392
NTNC	01/01/2031	-	-	-	635.472	886.529	251.057
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		17.621	21.272	3.651	14.037	17.192	3.155
Letras Hipotecária	15/02/2021	126	126	-	119	126	7
NTNC	01/04/2021	9.110	9.241	130	7.085	7.540	455
NTNC	01/01/2031	8.385	11.905	3.521	6.833	9.526	2.693
Plano Petros Lanxess		81.268	91.262	9.993	94.571	117.118	22.546
Letras Hipotecária	15/02/2021	852	855	3	808	855	47
NTNC	01/04/2021	61.364	62.326	961	47.720	50.937	3.216
NTNC	01/01/2031	19.052	28.081	9.029	46.043	65.326	19.283
Plano Petros Ultrafértil		77.247	90.274	13.027	77.930	96.883	18.952
Letras Hipotecária	15/02/2021	700	703	2	664	703	39
NTNC	01/04/2021	50.570	51.358	789	39.326	42.020	2.694
NTNC	01/01/2031	25.977	38.213	12.236	37.940	54.160	16.219
Total		1.288.085	1.331.156	43.070	1.876.687	2.302.110	425.420

Em 25 de novembro de 2020, foi realizada a venda da totalidade da NTNC com vencimento em 2031 dos planos PPSP-R e PPSP-NR, e venda parcial nos planos Petros Ultrafértil e Petros Lanxess.

3.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Visando a adequação da base de depósitos judiciais às práticas contábeis vigentes e de forma a se preparar para as novas alterações previstas na Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, foi finalizado o projeto de adequação da base de dados e adequada atualização dos depósitos judiciais e recursais até 31 de dezembro de 2020.

A movimentação ocorrida no exercício contempla o efeito da atualização monetária, cujo reflexo encontra-se descrito na Nota Explicativa 8.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era de R\$ 2.720.288 (R\$ 2.011.673 em 2019), conforme demonstrado a seguir:

Plano	Nota	2020	Entrada de Novos Depósitos Judiciais	Atualização Monetária Depósitos Judiciais	Baixas	2019
Gestão Previdencial	3	2.640.462	850.973	392.668	(554.323)	1.951.143
PPSP-R		765.240	301.431	99.673	(198.338)	562.474
PPSP-R Pré-70		503.203	99.278	78.878	(61.335)	386.382
PPSP-NR		659.998	236.941	94.801	(167.585)	495.841
PPSP-NR Pré-70		566.332	141.495	86.549	(89.208)	427.496
Plano Petros Copesul		60.501	31.746	22.815	(10.044)	15.984
Plano Petros Ultrafértil		29.429	17.192	3.024	(11.980)	21.193

Plano Petros Lanxess	16.775	6.594	1.687	(5.574)	14.068	
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	1.211	968	40	(3)	206	
Plano Petros Braskem	18.909	1.444	4.049	(3.083)	16.499	
Plano Petros PQU	5.872	4.144	497	(5.724)	6.955	
Plano Petros-2	4.853	2.236	501	(598)	2.714	
Plano TapmePrev	842	423	55	(613)	977	
Plano Transpetro	375	212	13	-	150	
Plano Triunfo Vida	28	-	70	(236)	194	
Plano Copesulprev	4	1	-	(1)	4	
Plano AnaparPrev	6.882	6.868	14	(1)	1	
Plano Eldorado Prev	8	-	2	-	6	
Gestão Administrativa	4	79.826	12.500	7.944	(1.148)	60.531
Depósito Judicial	23.620	3.211	7.944	(1.148)	13.613	
PIS/Cofins	56.206	9.289	-	-	46.918	
Total	2.720.288	863.473	400.612	(555.471)	2.011.673	

Abaixo, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Plano	2019	Regularizações Exercício anterior	Entrada de Novos Depósitos Judiciais	Baixas	2018
Gestão Previdencial	1.951.143	(1.032.584)	866.776	(531.178)	2.648.129
Gestão Administrativa	60.531	896	9.403	(1.549)	51.780
Total (Movimentação 2019 - 2018)	2.011.673	(1.031.688)	876.179	(532.727)	2.699.909

3.6. OUTROS REALIZÁVEIS

3.6.1. VALORES A RECEBER

Em decorrência da necessidade de caixa originada na cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR referente aos grupos Pré-70, em dezembro de 2019, observando os critérios descritos nos incisos I e II, nos termos do art. 36, §4º da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, considerando a aprovação da Diretoria Executiva, Ata DE 2420/2019, após a anuência e considerações do Conselho Fiscal, carta CF 118/2019, o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou a operação de transferência de ativos através de um ajuste único e transitório entre planos realizado para cobertura da necessidade de fluxo de caixa do grupo Pré-70 do plano PPSP-R (R\$ 351.828) e do plano PPSP-NR (R\$ 136.561). Os valores foram acrescidos do custo de oportunidade e integralmente liquidados no decorrer do exercício de 2020.

3.6.2. CRÉDITOS A RECEBER DE PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO

Nas circunstâncias previstas nos termos de retirada de patrocínio das patrocinadoras dos planos Petros Copesul (R\$ 25.668), Petros Braskem (R\$ 4.567) e Petros PQU (R\$ 8.888) foram constituídas "contas a receber" referentes às condenações e aos honorários judiciais incorridos pelos planos, que deveriam ser reembolsados pelas patrocinadoras. Ressaltamos que os valores se encontram integralmente provisionados para perdas.

No tocante aos planos Transpetro e Triunfo Vida, a Petros adotará as providências cabíveis a respeito das "contas a receber", bem como para as "contas a pagar" das patrocinadoras do Plano Transpetro.

4. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registram os valores inerentes às atividades da gestão administrativa, principalmente as contribuições para custeio, tributos a recuperar, adiantamentos referentes aos encargos de décimo terceiro e férias e valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

Descrição	Nota	2020	2019
Contas a Receber		17.674	13.020
Contribuições para Custeio		1.269	1.489
Contribuições para Custeio em Atraso		36	-
Responsabilidade de Empregados		8.746	5.150
Responsabilidade de Terceiros		1.499	259
Outros Recursos a Receber		6.124	6.122
Despesas Antecipadas		2.407	1.153
Depósitos Judiciais e Recursais	3.5	79.826	60.531
Tributos a Compensar		3	3
Outros Realizáveis 1		8.726	1.983
Total		108.636	76.690

¹ A variação registrada no período refere-se a valores decorrentes do custeio administrativo, regularizados em 2021, conforme *Nota Explicativa 6*.

5. INVESTIMENTOS

5.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO

A carteira de investimentos consolidada é composta por títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários e empréstimos e financiamentos. A carteira alcançou o montante de R\$ 97.299.967 (R\$ 90.415.883 em 2019) no fechamento do exercício. Os títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A.

Segmentos	2020			2019		
	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Títulos Públicos	30.069.736	13.825.822	43.895.558	27.594.922	13.948.372	41.543.294
Títulos Públicos Federais	30.069.736	13.617.263	43.686.999	27.594.922	13.755.996	41.350.918
Notas do Tesouro Nacional	29.936.673	13.617.263	43.553.936	27.493.066	13.755.996	41.249.062
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	133.063	-	133.063	101.856	-	101.856
Títulos Públicos Estaduais	-	208.559	208.559	-	192.376	192.376
Letras Financeiras - LF	-	208.559	208.559	-	192.376	192.376
Créditos Privados e Depósitos	509.800	243.669	753.469	518.610	228.169	746.779
Instituições Financeiras	-	18.529	18.529	-	17.573	17.573
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	1.329	1.329	-	1.329	1.329
(-) Provisão para perdas	-	(1.329)	(1.329)	-	(1.329)	(1.329)
Letras Hipotecárias - LH	-	18.529	18.529	-	17.573	17.573
Companhias Abertas	509.800	152.119	661.919	518.610	157.470	676.080
Debêntures Não Conversíveis	509.800	155.376	665.176	518.610	160.727	679.337
(-) Provisão para perdas	-	(3.257)	(3.257)	-	(3.257)	(3.257)
Companhias Fechadas	-	-	-	-	-	-
Debêntures Conversíveis - DC	-	13.581	13.581	-	13.581	13.581
(-) Provisão para perdas	-	(13.581)	(13.581)	-	(13.581)	(13.581)
Debêntures Não Conversíveis - DNC	-	4.575	4.575	-	4.575	4.575
(-) Provisão para perdas	-	(4.575)	(4.575)	-	(4.575)	(4.575)

Segmentos	2020			2019		
	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	-	107.374	107.374	-	107.374	107.374
(-) Provisão para perdas	-	(107.374)	(107.374)	-	(107.374)	(107.374)
Sociedade de Propósito Específico	-	73.021	73.021	-	53.126	53.126
Ações	5.449.350	4.339.361	9.788.711	5.539.423	5.006.808	10.546.231
Instituições Financeiras	61	-	61	421	-	421
Companhias Abertas	5.406.470	3.498.409	8.904.879	5.539.002	4.289.189	9.828.191
Sociedade de Propósito Específico	-	839.766	839.766	-	716.433	716.433
Ações	-	839.766	839.766	-	812.297	812.297
(-) Provisão para perdas	-	-	-	-	(95.864)	(95.864)
Patrocinadores	-	1.186	1.186	-	1.186	1.186
Empréstimos de Ações	42.819	-	42.819	-	-	-
Fundos de Investimento	34.602.234	724.677	35.326.911	28.815.361	970.565	29.785.926
Renda Fixa	13.640.846	-	13.640.846	12.066.255	-	12.066.255
Renda Fixa	13.648.393	-	13.648.393	12.070.424	-	12.070.424
(-) Provisão para perdas	(7.547)	-	(7.547)	(4.169)	-	(4.169)
Ações	12.419.854	-	12.419.854	8.710.901	-	8.710.901
Multimercado	8.409.446	-	8.409.446	8.038.205	-	8.038.205
Multimercado	8.434.809	-	8.434.809	8.064.337	-	8.064.337
(-) Provisão para perdas	(25.363)	-	(25.363)	(26.132)	-	(26.132)
Direitos Creditórios	-	88.131	88.131	-	54.418	54.418
Direitos Creditórios	-	89.385	89.385	-	55.672	55.672
(-) Provisão para perdas	-	(1.254)	(1.254)	-	(1.254)	(1.254)
Empresas Emergentes	-	33.684	33.684	-	25.770	25.770
Participações	-	366.410	366.410	-	639.767	639.767
Participações	-	394.318	394.318	-	693.592	693.592

Segmentos	2020			2019		
	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
(-) Provisão para perdas	-	(27.908)	(27.908)	-	(53.825)	(53.825)
Imobiliário	132.088	236.452	368.540	-	250.610	250.610
Investimentos Imobiliários	-	3.714.542	3.714.542	-	3.929.094	3.929.094
Terrenos	-	-	-	-	17.958	17.958
Aluguéis e Renda	-	3.692.480	3.692.480	-	3.891.908	3.891.908
Locadas a Patrocinador(es)	-	1.333.236	1.333.236	-	1.386.462	1.386.462
Locadas a Terceiros	-	1.847.669	1.847.669	-	2.041.858	2.041.858
Rendas de Participações	-	511.575	511.575	-	463.588	463.588
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	-	22.061	22.061	-	19.228	19.228
Empréstimos e Financiamentos	-	2.912.583	2.912.583	-	2.976.206	2.976.206
Outros Realizáveis	-	908.193	908.193	-	888.353	888.353
	70.631.120	26.668.847	97.299.967	62.468.316	27.947.567	90.415.883

O quadro a seguir apresenta o resultado líquido da carteira de investimentos:

Resultado dos Investimentos (Consolidado)	2020	2019
Rendas/Variações Líquidas	7.655.089	14.584.075
Títulos Públicos	4.716.211	8.448.604
Créditos Privados e Depósitos	224.945	188.979
Ações	713.931	2.265.293
Fundos de Investimento	2.892.618	3.116.560
Derivativos	(1.299.707)	(105.797)
Investimentos Imobiliários	(37.070)	291.776
Empréstimos e Financiamento	332.548	291.418
Outros Realizáveis	111.613	87.242
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(39.302)	(18.580)
Total	7.615.787	14.565.495

Resultado dos Investimentos - Planos de Benefícios	2020	2019
Rendas/Variações Líquidas	7.538.845	14.484.740
Títulos Públicos	4.655.804	8.393.649
Créditos Privados e Depósitos	221.655	186.641
Ações	677.933	2.248.990
Fundos de Investimento	2.874.402	3.089.764
Derivativos	(1.298.466)	(104.925)
Investimentos Imobiliários	(37.035)	290.737
Empréstimos e Financiamento	332.548	291.417
Outros Realizáveis	112.004	88.467
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(39.302)	(18.580)
Total	7.499.543	14.466.160

Resultado dos Investimentos - PGA	2020	2019
Rendas/Variações Líquidas	116.244	99.334
Títulos Públicos	60.407	54.955
Créditos Privados e Depósitos	3.290	2.338
Ações	35.998	16.303
Fundos de Investimento	18.216	26.796
Derivativos	(1.241)	(872)
Investimentos Imobiliários	(35)	1.039
Outros Realizáveis	(391)	(1.225)
Total	116.244	99.334

5.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS

Descrição	PPSP-NR	PPSP-R	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafértil	PGA	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	Planos CDs	2020	2019	Δ%
Títulos Públicos Federais	5.743.670	21.143.828	79.203	552.801	257.614	395.504	15.006.078	178.942	198.534	130.825	43.686.999	41.350.918	5,65%
Letra Financeira do Tesouro	-	-	4.155	-	-	52.505	34.856	75	-	41.473	133.064	101.856	30,64%
Notas do Tesouro Nacional B	5.493.941	20.296.813	54.419	472.384	181.068	317.541	14.877.943	178.867	198.534	89.352	42.160.862	39.203.851	7,54%
Notas do Tesouro Nacional C	249.729	847.015	17.495	80.417	76.546	25.458	93.279	-	-	-	1.389.939	2.042.096	-31,94%
Notas do Tesouro Nacional F	-	-	3.134	-	-	-	-	-	-	-	3.134	3.115	0,59%
Títulos Públicos Estaduais	38.498	130.572	1.426	9.604	8.212	5.871	14.375	-	-	-	208.559	192.376	8,41%
Valores a Receber (LFT-SC) ^(a)	38.498	130.572	1.426	9.604	8.212	5.871	14.375	-	-	-	208.559	192.376	8,41%
Total	5.782.168	21.274.401	80.629	562.405	265.826	401.375	15.020.453	178.942	198.534	130.825	43.895.558	41.543.294	5,66%

^(a) Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFT-SC) - Em 2002, a Petros propôs processo judicial em face do Estado de Santa Catarina a fim de obter o ressarcimento do montante equivalente aos valores expressos em 29.880 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, acrescidos dos rendimentos estabelecidos pelo art. 3º, III, da Lei Estadual nº 10.168, de 11 de julho de 1996, até a data do vencimento (01 de maio de 2001), contando, a partir de então, com a incidência de correção monetária e juros de mora. A possibilidade de êxito do Estado de Santa Catarina neste processo judicial sempre foi considerada remota, tendo em vista jurisprudência favorável sobre o assunto. Em 28 de julho de 2004, foi proferida sentença condenando o Estado de Santa Catarina ao ressarcimento da importância em favor da Petros. Em que pese os recursos do Estado de Santa Catarina, a decisão favorável à Petros foi mantida, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de julho de 2008. Por conseguinte, a fim de receber o crédito, a Petros ajuizou uma ação de execução em que o Estado de Santa Catarina reconheceu como devida a quantia de R\$ 246.046. Diante do reconhecimento, a Petros ingressou com o pedido de Requisição de Precatórios da parte entendida como incontroversa, no valor de R\$ 288.158, corrigido até 31 de janeiro de 2012, sendo R\$ 247.776 de principal e R\$ 40.382 de juros. O referido valor foi inscrito no Precatório nº 500120011226. Cumpre ressaltar ainda que, em 31 de dezembro de 2017, os valores a receber decorrentes deste processo foram atualizados com base na decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de 18 de dezembro de 2017, levando em consideração: (i) ajuste para redução ao valor recuperável deste ativo em razão dos efeitos da decisão proferida nas ADIs 4357 e 4425, a qual reconheceu a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional n. 62/2009, e (ii) pagamento parcial do precatório no montante de R\$ 116.974. Embora o Estado de Santa Catarina tenha reconhecido ser devedor de parte do valor, também opôs embargos de execução, alegando que os juros a serem aplicados sobre a dívida deveriam se limitar a 0,5% ao mês, e não 1,0%, não obstante as regras estabelecidas no Código Civil Brasileiro. Portanto, ainda se discute o valor a receber pela Petros. No decorrer de 2019, a Petros recebeu o montante de R\$ 91.074. Nos autos do processo de cumprimento da sentença favorável à Petros, em 03 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão encaminhando o processo para elaboração de novo cálculo do débito à Contadoria Judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a entidade registrou os valores a receber atualizados pelo IPCA-E de 12/2020. Juros de acordo com o Art. 5º da Lei 11.960/09 (Juros aplicados à caderneta de poupança) no período de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

5.1.1.1. TÍTULOS DE RENDA FIXA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em observância à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e suas alterações, estão indicados a seguir os “títulos para negociação” ou “títulos mantidos até o vencimento”, comparados ao custo amortizado:

Plano/Títulos	Custo Amortizado					2020	2019
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		
PGA	25.810	1.408	-	-	-	27.218	40.688
NTN-C	25.458	-	-	-	-	25.458	38.898
LH	352	-	-	-	-	352	334
Debêntures	-	1.408	-	-	-	1.408	1.456
Plano Misto Sanasa	10.329	38.040	37.607	70.783	19.646	176.405	169.567
Debêntures	-	-	-	-	-	-	755
NTN-B	10.329	38.040	37.607	70.783	19.646	176.405	168.812
Plano Petros-2	1.078.814	465.589	1.550.086	1.521.487	7.390.383	12.006.359	11.625.274
NTN-C	93.279	-	-	-	-	93.279	142.522
LH	1.293	-	-	-	-	1.293	1.227
Debêntures	29.108	10.624	-	-	-	39.732	114.876
NTN-B	955.134	454.965	1.550.086	1.521.487	7.390.383	11.872.055	11.366.649
Plano Petros Lanxess	65.261	2.310	-	19.053	-	86.624	102.794
NTN-C	61.364	-	-	19.053	-	80.417	93.764
LH	853	-	-	-	-	853	808
Debêntures	3.044	2.310	-	-	-	5.354	8.222
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	9.685	343	-	8.385	-	18.413	15.251
NTN-C	9.110	-	-	8.385	-	17.495	13.917
LH	126	-	-	-	-	126	119
Debêntures	449	343	-	-	-	792	1.214
PPSP-NR	254.816	37.819	-	-	-	292.635	435.012
NTN-C	249.729	-	-	-	-	249.729	381.569
LH	3.461	-	-	-	-	3.461	3.283
Debêntures	1.626	37.819	-	-	-	39.445	50.161
PPSP-R	864.271	128.301	-	-	-	992.572	1.475.445
NTN-C	847.015	-	-	-	-	847.015	1.294.160
LH	11.744	-	-	-	-	11.744	11.138
Debêntures	5.512	128.301	-	-	-	133.813	170.147
Plano Petros Ultrafertil	53.895	1.971	-	25.977	-	81.843	85.001
NTN-C	50.569	-	-	25.977	-	76.546	77.266
LH	700	-	-	-	-	700	664
Debêntures	2.626	1.971	-	-	-	4.597	7.070
Plano TapmePrev	17.215	91.797	17.363	52.487	-	178.862	179.061
Debêntures	-	-	-	-	-	-	622
NTN-B	17.215	91.797	17.363	52.487	-	178.862	178.439
Total	2.380.096	767.578	1.605.056	1.698.172	7.410.029	13.860.931	14.128.093

Plano/Títulos	Mercado					2020	2019
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		
PGA	26.314	1.408	-	-	-	27.722	53.786
NTN-C	25.962	-	-	-	-	25.962	53.343
LH	352	-	-	-	-	352	334
Debêntures	-	1.408	-	-	-	1.408	110
Plano Misto Sanasa	10.635	42.840	45.665	91.508	26.843	217.491	224.517
Debêntures	-	-	-	-	-	-	13.441
NTN-B	10.635	42.840	45.665	91.508	26.843	217.491	211.076
Plano Petros-2	1.107.694	543.804	1.873.270	2.035.834	10.159.521	15.720.123	15.806.040
NTN-C	95.125	-	-	-	-	95.125	195.448
LH	1.293	-	-	-	-	1.293	1.227
Debêntures	29.133	10.624	-	-	-	39.757	67.244
NTN-B	982.143	533.180	1.873.270	2.035.834	10.159.521	15.583.948	15.542.120
Plano Petros Lanxess	66.486	2.310	-	28.788	-	97.584	139.664
NTN-C	62.579	-	-	28.788	-	91.367	128.584
LH	852	-	-	-	-	852	808
Debêntures	3.055	2.310	-	-	-	5.365	10.271
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	9.867	343	-	12.669	-	22.879	29.476
NTN-C	9.291	-	-	12.669	-	21.960	19.085
LH	126	-	-	-	-	126	119
Debêntures	450	343	-	-	-	793	10.271
PPSP-NR	259.765	37.819	-	-	-	297.584	576.445
NTN-C	254.672	-	-	-	-	254.672	523.266
LH	3.461	-	-	-	-	3.461	3.283
Debêntures	1.632	37.819	-	-	-	39.451	49.896
PPSP-R	881.052	128.300	-	-	-	1.009.352	1.835.782
NTN-C	863.777	-	-	-	-	863.777	1.774.748
LH	11.744	-	-	-	-	11.744	11.138
Debêntures	5.531	128.300	-	-	-	133.831	49.896
Plano Petros Ultrafertil	54.906	1.971	-	39.251	-	96.128	116.895
NTN-C	51.570	-	-	39.251	-	90.821	105.959
LH	701	-	-	-	-	701	664
Debêntures	2.635	1.971	-	-	-	4.606	10.271
Plano TapmePrev	17.724	103.329	20.803	67.797	-	209.653	237.825
Debêntures	-	-	-	-	-	-	25.652
NTN-B	17.724	103.329	20.803	67.797	-	209.653	212.173
Total	2.434.443	862.124	1.939.738	2.275.847	10.186.364	17.698.516	19.020.431

A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefícios, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente, são elaborados estudos gerenciais internos com software de "gestão de ativos e passivos" (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela Petros, no curto, médio e longo prazos.

5.1.1.2. NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

A operação de venda das NTNs, já contabilizada pelo custo amortizado, foi realizada em plataforma eletrônica e cursada no mercado secundário, pois verificou-se que a situação dos ativos e

dos planos em relação ao momento de compra modificou-se. Desta forma, embora a intenção da Petros no momento da aquisição e marcação como “títulos mantidos até o vencimento” fosse levar o ativo até o vencimento, diante do aumento do risco da manutenção destes títulos, a administração da Petros decidiu pela sua venda.

No exercício de 2020, houve alienação das NTNs pertencentes às carteiras dos planos de benefícios, conforme indicado abaixo:

PLANO PETROS LANXESS						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	6.463	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 21.050

PGA						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	4.045	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 13.175

PLANO PETROS-2						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	14.821	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 48.272

PPSP-NR						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	39.680	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 129.238

PPSP-R						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	134.580	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 438.328

PLANO TAPMEPREV						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-B 05/2023	2.350	7,120%	R\$ 7	0,801%	R\$ 4	R\$ 1.154

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL						
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-C 01/2031	3.552	10,643%	R\$ 6	3,165%	R\$ 9	R\$ 11.569

5.1.1.3. NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS PRIVADOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO” ALIENADOS NO EXERCÍCIO

A operação de venda das debêntures, já contabilizada pelo custo amortizado, foi realizada em plataforma eletrônica e cursada no mercado secundário, pois verificou-se que a situação dos ativos em relação ao momento de compra modificou-se, uma vez que os parâmetros de risco e retorno

não eram mais aderentes às necessidades da Fundação. Desta forma, embora a intenção da Petros no momento da aquisição e marcação como “títulos mantidos até o vencimento” fosse levar o ativo até o vencimento, diante do aumento do risco da manutenção destes títulos, a administração da Petros decidiu pela sua venda.

No exercício de 2020, houve alienação das debêntures pertencentes às carteiras dos planos de benefícios, conforme indicado abaixo:

PPSP-R

Emissor	Quantidade	Vencimento	taxa da venda	PU de venda	Financeiro
MRV Engenharia	1.609	15/09/2024	3,73%	R\$ 12	R\$ 19.877

PPSP-NR

Emissor	Quantidade	Vencimento	taxa da venda	PU de venda	Financeiro
MRV Engenharia	474	15/09/2024	3,73%	R\$ 12	R\$ 5.856

PLANO MISTO SANASA

Emissor	Quantidade	Vencimento	taxa da venda	PU de venda	Financeiro
Sonae Sierra	405	15/07/2024	3,48%	R\$ 1	R\$ 506

PLANO PETROS PP-2

Emissor	Quantidade	Vencimento	taxa da venda	PU de venda	Financeiro
Sonae Sierra	30.587	15/07/2024	3,48%	R\$ 1	R\$ 38.201
MRV Engenharia	941	15/09/2024	3,73%	R\$ 12	R\$ 11.625

PLANO TAPMEPREV

Emissor	Quantidade	Vencimento	taxa da venda	PU de venda	Financeiro
Sonae Sierra	258	15/07/2024	3,48%	R\$ 1	R\$ 322
MRV Engenharia	6	15/09/2024	3,73%	R\$ 12	R\$ 74

5.1.2. CRÉDITOS E DEPÓSITOS

Créditos Privados e Depósitos	PPSP-NR	PPSP-R	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	PGA	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	2020	2019	Δ%
Letras Hipotecárias	3.461	11.744	126	853	700	352	1.293	-	-	18.529	17.573	5,44%
CEF 2021	3.461	11.744	126	853	700	352	1.293	-	-	18.529	17.573	5,44%
Debêntures	104.995	356.135	2.678	18.061	15.069	9.254	228.085	414	249	734.940	729.206	0,79%
Termobahia	9.465	32.103	343	2.310	1.971	1.408	3.452	-	-	51.052	52.810	-3,33%
Invepar	28.354	96.198	-	-	-	-	7.172	-	-	131.724	118.393	11,26%
Lojas Americanas	1.626	5.512	449	3.044	2.626	-	10.151	-	-	23.408	72.499	-67,71%
TermoPernambuco	-	-	-	-	-	-	21.969	-	-	21.969	42.064	-47,77%
Cia Vale do Rio Doce	51.712	175.392	1.886	12.707	10.472	5.271	19.316	-	-	276.756	155.808	77,63%
CCR	8.202	27.817	-	-	-	710	16.439	113	-	53.281	52.850	0,82%
Sabesp	5.636	19.113	-	-	-	445	12.819	64	-	38.077	37.179	2,41%
Rio Parapanema	-	-	-	-	-	1.420	48.122	112	162	49.816	49.085	1,49%
Comgás	-	-	-	-	-	-	63.873	-	-	63.873	53.986	18,31%
Localiza	-	-	-	-	-	-	24.772	125	87	24.984	25.775	-3,07%
MRV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.606	-100,00%
Sonae Sierra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.151	-100,00%
Total	108.456	367.879	2.804	18.914	15.769	9.606	229.378	414	249	753.469	746.779	0,90%

5.1.3. AÇÕES

Ações	Nota	PPSP-NR	PPSP-R	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	PGA	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	2020	2019	Δ%
Ações Mercado à vista		1.927.260	6.492.460	33.064	222.969	179.290	151.315	698.925	815	570	9.706.668	10.616.858	-8,57%
BONAIRE ON		2.636	8.941	96	643	549	392	961	-	-	14.218	14.218	0,00%
BR FOODS ON		413.454	1.402.303	5.979	40.890	32.780	20.713	127.348	-	-	2.043.467	3.263.613	-37,39%
INVEPAR ON ¹	5.1.5.1	24.318	82.479	-	-	-	2.182	5.857	-	-	114.836	313.046	-63,32%
INVEPAR PN ¹	5.1.5.1	48.636	164.959	-	-	-	4.364	11.713	-	-	229.672	626.093	-63,32%
INVITEL ON		1	3	-	-	-	-	-	-	-	4	4	0,00%

Ações	Nota	PPSP-NR	PPSP-R	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafértil	PGA	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	2020	2019	Δ%
LITEL ON	5.1.5.3	82.048	278.281	2.972	20.025	17.089	12.203	29.921	-	-	442.539	268.110	65,06%
LITELA ON	5.1.5.3	584.663	1.982.991	21.185	142.694	121.772	86.958	213.215	-	-	3.153.478	3.349.626	-5,86%
NEWTEL ON		78	265	3	19	16	8	29	-	-	418	419	0,00%
NORTE ENERGIA ON	5.1.5.2	191.218	648.549	-	-	-	-	-	-	-	839.767	812.297	3,38%
MARCOPOLO PN		54.431	184.614	-	-	-	-	-	-	-	239.045	374.810	-36,22%
RECIBO TELES PN		1.420	4.818	52	349	288	145	531	-	-	7.603	7.602	0,00%
INDS. ROMI ON		-	19.303	-	-	-	-	-	-	-	19.303	75.961	-74,59%
TELEBRAS PN		13	44	-	3	3	1	5	-	-	69	66	6,23%
TERMOBAHIA ON		1.316	4.463	47	329	270	129	493	-	-	7.047	6.234	13,05%
VALE ON		431.057	1.401.009	1.352	10.132	-	19.495	210.829	-	-	2.073.874	417.025	397,30%
TELEFÔNICA PN		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	174	-100,00%
TELEF BRASIL ON		26	89	1	6	5	3	10	-	-	140	-	-
BRASKEM ON		9.020	30.593	329	2.217	1.827	919	3.369	-	-	48.274	60.371	-20,04%
FRAS-LE ON		19.237	65.244	711	4.787	3.944	1.986	7.276	-	-	103.185	58.118	77,54%
DIMED ON		10.013	33.959	-	-	-	467	13.146	-	-	57.585	77.793	-25,98%
SPRINGS GLOBAL PART. ON		3.588	12.165	130	875	747	533	1.308	-	-	19.346	30.521	-36,62%
NEO ENERGIA ON		13.071	33.025	207	-	-	817	30.785	815	570	79.290	111.960	-29,18%
IRBBRASIL ON		-	-	-	-	-	-	42.129	-	-	42.129	404.310	-89,58%
ESTAPAR ON		9.460	32.087	-	-	-	-	-	-	-	41.547	-	-
TOTVS ON		27.556	102.276	-	-	-	-	-	-	-	129.833	312.072	-58,40%
KEPLER WEBER		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.415	-100,00%
Empréstimos de Ações		-	-	-	-	-	-	42.819	-	-	42.819	-	-
Provisão para perda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.864)	-100,00%
NORTE ENERGIA ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.864)	-100,00%
Proventos a Receber		2.168	10.818	36	151	127	185	1.831	-	-	15.316	25.237	-39,31%
Valores Receber/Ordem de Venda		5.042	18.866	-	-	-	-	-	-	-	23.908	-	-
Ações		1.934.470	6.522.144	33.100	223.120	179.417	151.500	743.575	815	570	9.788.711	10.546.231	-7,18%

¹ Conforme consta na Nota Explicativa 5.1.5.1, em 31 de dezembro de 2020, a entidade reconheceu perda por imparidade nas ações INVEPAR no montante de R\$ 594.631, esta perda encontra-se demonstrada nos valores justos demonstrados na tabela acima.

5.1.4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Fundos de Investimento	2020	2019	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
Renda Fixa	14.086.331	12.476.881	9.015.812	7.436.531	21%	4.494.954	4.268.729	5%	575.565	771.621	-25%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	4.593.583	5.256.814	2.563.435	2.710.901	-5%	1.501.853	1.848.265	-19%	528.295	697.648	-24%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez ⁽¹⁾	9.429.872	7.157.937	6.432.298	4.704.621	37%	2.950.304	2.379.343	24%	47.270	73.973	-36%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa ⁽¹⁾	19.009	18.727	17.606	17.345	2%	1.403	1.382	2%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR ⁽¹⁾	1.093	1.381	1.012	1.279	-21%	81	102	-21%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação ⁽¹⁾	1.577	804	1.461	745	96%	116	59	97%	-	-	0%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado ⁽¹⁾	41.197	39.457	-	-	-	41.197	39.457	4%	-	-	0%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	-	1.761	-	1.640	-100%	-	121	-100%	-	-	0%
Multimercado	6.340.135	6.099.043	4.984.556	4.475.606	11%	1.109.542	1.421.188	-22%	246.037	202.249	22%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga ⁽¹⁾	210.099	281.708	109.908	173.303	-37%	-	218	-100%	100.191	108.187	-7%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	1.259	1.267	975	981	-1%	284	286	-1%	-	-	0%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	1.324	1.328	1.022	1.025	0%	302	303	0%	-	-	0%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	1.312	1.317	-	-	0%	1.312	1.317	0%	-	-	0%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ⁽¹⁾	86.464	60.148	80.092	55.715	44%	6.372	4.433	44%	-	-	0%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP ⁽¹⁾	2.469	2.114	2.287	1.958	17%	182	156	17%	-	-	0%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP ⁽¹⁾	6.907	2.955	6.397	2.737	134%	510	218	134%	-	-	0%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP ⁽¹⁾	8.025	6.098	7.433	5.648	32%	592	450	32%	-	-	0%
FP FOF Crédito Privado FIC FIM ⁽¹⁾	1.117	1.627	676	984	-31%	441	643	-31%	-	-	0%

Fundos de Investimento	2020	2019	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	3.445.348	3.092.829	2.734.959	2.519.933	9%	672.563	536.026	25%	37.826	36.870	3%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	2.057.962	2.571.516	1.656.324	1.691.560	-2%	339.679	822.764	-59%	61.959	57.192	8%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM ⁽¹⁾	256.816	-	186.620	-	0%	45.018	-	0%	25.178	-	0%
FP Alocação FIM ⁽¹⁾	261.033	-	197.863	-	0%	42.287	-	0%	20.883	-	0%
Fundo FOF Alta Liquidez FIC FIM CP ⁽¹⁾	-	41.279	-	21.762	-100%	-	19.517	-100%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Cronos	-	34.857	-	-	0%	-	34.857	-100%	-	-	0%
Direitos Creditórios	88.131	54.418	28.859	12.613	129%	59.272	41.805	42%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	135	138	135	138	-2%	-	-	0%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	373	284	373	284	31%	-	-	0%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	9.941	933	9.941	933	965%	-	-	0%	-	-	0%
Vinci Energia Sustentável FIDC	58.746	41.142	-	-	-	58.746	41.142	43%	-	-	0%
Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	21	-	20	-100%	-	1	-100%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	604	1.353	562	1.259	-55%	42	94	-55%	-	-	0%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ⁽¹⁾	990	1.132	990	1.132	-13%	-	-	0%	-	-	0%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ⁽¹⁾	602	1.012	560	941	-40%	42	71	-41%	-	-	0%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ⁽¹⁾	648	848	324	424	-24%	324	424	-24%	-	-	0%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I ⁽¹⁾	14.407	6.514	14.407	6.514	121%	-	-	0%	-	-	0%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II ⁽¹⁾	1.685	1.041	1.567	968	62%	118	73	62%	-	-	0%
Ações ⁽¹⁾	12.419.854	8.710.901	6.122.780	4.226.571	45%	6.070.620	4.285.087	42%	226.454	199.244	14%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	945.821	804.114	660.639	561.659	18%	285.182	242.455	18%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	1.886.939	1.115.569	1.220.273	781.187	56%	648.281	322.402	101%	18.385	11.980	53%

Fundos de Investimento	2020	2019	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	6.506.844	3.837.645	2.926.066	1.681.222	74%	3.425.585	2.021.807	69%	155.193	134.616	15%
FP Franklin Templeton Total Return Fundo de Investimento em Ações	674.613	703.501	265.908	277.295	-4%	395.622	412.563	-4%	13.083	13.643	-4%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	363.231	344.821	142.024	134.825	5%	214.068	203.218	5%	7.139	6.778	5%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	355.655	363.973	135.078	138.237	-2%	213.787	218.787	-2%	6.790	6.949	-2%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	355.256	354.220	139.441	139.034	0%	208.802	208.193	0%	7.013	6.993	0%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	229.534	214.581	131.182	122.637	7%	98.352	91.945	7%	-	-	0%
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	183.204	191.357	73.986	77.279	-4%	105.828	110.537	-4%	3.390	3.541	-4%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	183.845	178.488	73.634	71.489	3%	106.748	103.637	3%	3.463	3.362	3%
FP Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações	235.601	215.029	93.670	85.492	10%	137.413	125.414	10%	4.518	4.123	10%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	201.090	196.622	80.995	79.196	2%	116.317	113.732	2%	3.778	3.694	2%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	198.312	190.981	79.975	77.019	4%	114.635	110.397	4%	3.702	3.565	4%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	99.909	-	99.909	-	0%	-	-	0%	-	-	0%
Empresas Emergentes	33.684	25.770	33.684	25.770	31%	-	-	0%	-	-	0%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	33.116	22.445	33.116	22.445	48%	-	-	0%	-	-	0%
Jardim Botânico VC I - Fdo de Invest em Empresas Emergentes Inovadoras	568	3.325	568	3.325	-83%	-	-	0%	-	-	0%
Participações	314.341	576.039	291.474	544.108	-46%	22.867	31.931	-28%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Multiestratégia ⁽²⁾	4.646	172.005	4.326	160.150	-97%	320	11.855	-97%	-	-	0%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	51.717	97.884	48.152	91.137	-47%	3.565	6.747	-47%	-	-	0%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações ⁽²⁾	134.773	119.898	125.484	111.634	12%	9.289	8.264	12%	-	-	0%

Fundos de Investimento	2020	2019	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	9.693	5.065	-	-	0%	9.693	5.065	91%	-	-	0%
Brasil Mezanino Infra-Estrutura Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	-	837	-	837	-100%	-	-	0%	-	-	0%
Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	(45.999)	(12.029)	(45.999)	(12.029)	282%	-	-	0%	-	-	0%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações ⁽²⁾	13	2	13	2	550%	-	-	0%	-	-	0%
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	90.870	80.051	90.870	80.051	14%	-	-	0%	-	-	0%
CRP VII - Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	15.558	10.189	15.558	10.189	53%	-	-	0%	-	-	0%
Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	19.019	25.200	19.019	25.200	-25%	-	-	0%	-	-	0%
Multiner Fundo de Investimento em Participações ⁽⁴⁾	(146)	(97)	(146)	(97)	51%	-	-	0%	-	-	0%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	5	32	5	32	-84%	-	-	0%	-	-	0%
Industrial Parks Fundo de Investimento em Participações ⁽³⁾	34.192	38.456	34.192	38.456	-11%	-	-	0%	-	-	0%
Canabrava Bioenergia Fundo de Investimento em Participações ⁽²⁾	-	(19.401)	-	(19.401)	-100%	-	-	0%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa ⁽²⁾	-	57.946	-	57.946	-100%	-	-	0%	-	-	0%
Fundo de Investimentos em Participações Sondas ⁽⁴⁾	-	1	-	1	-100%	-	-	0%	-	-	0%
Outros Valores a Receber	52.069	63.727	52.069	63.727	-18%	-	-	0%	-	-	0%
Vale Florestar	52.069	63.727	52.069	63.727	-18%	-	-	0%	-	-	0%
Fundos Multimercado Estruturado	1.623.826	1.528.536	85.799	82.842	4%	1.473.684	1.383.569	7%	64.343	62.125	4%
Absolute EP Alpha Global Fdo de Invest. em Cotas de FIM	-	3	-	3	-100%	-	-	0%	-	-	0%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM ⁽¹⁾	1.623.826	1.528.533	85.799	82.839	4%	1.473.684	1.383.569	7%	64.343	62.125	4%
Imobiliário	368.540	250.610	127.404	134.336	-5%	241.136	116.274	107%	-	-	0%

Fundos de Investimento	2020	2019	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(1.055)	(1.302)	(983)	(1.212)	-19%	(72)	(90)	-19%	-	-	0%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	22.345	22.252	20.805	20.718	0%	1.540	1.534	0%	-	-	0%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário ⁽¹⁾	215.163	229.660	107.582	114.830	-6%	107.581	114.830	-6%	-	-	0%
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	35.682	-	-	-	0%	35.682	-	0%	-	-	0%
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	27.390	-	-	-	0%	27.390	-	0%	-	-	0%
HEDGE Brasil Shopping	69.015	-	-	-	0%	69.015	-	0%	-	-	0%
Fundos de Investimento	35.326.911	29.785.926	20.742.437	17.002.103	22%	13.472.075	11.548.585	17%	1.112.399	1.235.238	-10%

⁽¹⁾ Fundos de Investimento Exclusivos.

⁽²⁾ Fundos de Investimento em Participações avaliados pelo valor da cota do respectivo administrador.

⁽³⁾ Fundos de Investimento em Participações avaliados pelo valor de alienação conforme aprovação das instâncias deliberativas da Entidade em novembro de 2020, a serem liquidados no decorrer de 2021.

⁽⁴⁾ Detalhamento da precificação vide *Nota Explicativa 5.1.5*.

5.1.4.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS BD E PGA

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
Renda Fixa	1.707.585	6.698.355	133.657	32.045	16.497	218.823	91.172	6.433	843	16.768	93.634	9.015.812	7.436.531	21%
FP Carteira Ativa														
Fundo de Investimento Multimercado	233.832	2.300.226	-	-	5.522	12.370	8.328	-	-	-	3.157	2.563.435	2.710.901	-5%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	1.469.366	4.383.249	133.657	32.045	10.815	206.453	82.844	6.433	843	16.768	89.825	6.432.298	4.704.621	37%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	3.847	13.047	-	-	140	-	-	-	-	-	572	17.606	17.345	2%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	221	750	-	-	8	-	-	-	-	-	33	1.012	1.279	-21%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	319	1.083	-	-	12	-	-	-	-	-	47	1.461	745	96%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.640	-100%
Multimercado	1.052.703	3.541.293	-	-	12.298	218.721	97.116	-	-	-	62.425	4.984.556	4.475.606	11%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	-	-	-	109.908	-	-	-	-	-	109.908	173.303	-37%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	220	745	-	-	-	-	-	-	-	-	10	975	981	-1%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	230	781	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1.022	1.025	0%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	17.472	59.387	-	-	634	-	-	-	-	-	2.599	80.092	55.715	44%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	500	1.695	-	-	18	-	-	-	-	-	74	2.287	1.958	17%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP	1.397	4.741	-	-	51	-	-	-	-	-	208	6.397	2.737	134%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	1.624	5.508	-	-	59	-	-	-	-	-	242	7.433	5.648	32%
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	105	396	-	-	2	105	61	-	-	-	7	676	984	-31%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	537.622	2.072.863	-	-	6.196	44.067	46.087	-	-	-	28.124	2.734.959	2.519.933	9%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	403.426	1.141.006	-	-	4.928	55.831	22.951	-	-	-	28.182	1.656.324	1.691.560	-2%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM	48.342	129.919	-	-	201	4.633	1.914	-	-	-	1.611	186.620	-	0%
FP Alocação FIM	41.765	124.252	-	-	209	4.177	26.103	-	-	-	1.357	197.863	-	0%
Fundo FOF Alta Liquidez FIC FIM CP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.762	-100%
Direitos Creditórios	6.499	22.043	-	-	19	133	110	-	-	-	55	28.859	12.613	129%
Fundo de Investiment em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	31	104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135	138	-2%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	85	288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	373	284	31%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	2.264	7.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.941	933	965%
Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-100%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	113	383	-	-	4	28	23	-	-	-	11	562	1.259	-55%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	225	765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	990	1.132	-13%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	112	381	-	-	4	28	23	-	-	-	12	560	941	-40%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	74	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	324	424	-24%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I	3.280	11.127	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.407	6.514	121%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	315	1.068	-	-	11	77	64	-	-	-	32	1.567	968	62%
Ações	910.758	5.140.422	-	-	10.732	5.583	-	-	-	-	55.285	6.122.780	4.226.571	45%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	-	645.428	-	-	-	-	-	-	-	-	15.211	660.639	561.659	18%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	239.668	967.599	-	-	3.455	781	-	-	-	-	8.770	1.220.273	781.187	56%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	651.108	2.252.316	-	-	7.277	4.802	-	-	-	-	10.563	2.926.066	1.681.222	74%
FP Franklin Templeton Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	261.408	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500	265.908	277.295	-4%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	139.608	-	-	-	-	-	-	-	-	2.416	142.024	134.825	5%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	132.548	-	-	-	-	-	-	-	-	2.530	135.078	138.237	-2%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	137.101	-	-	-	-	-	-	-	-	2.340	139.441	139.034	0%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	128.957	-	-	-	-	-	-	-	-	2.225	131.182	122.637	7%
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	72.745	-	-	-	-	-	-	-	-	1.241	73.986	77.279	-4%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	72.397	-	-	-	-	-	-	-	-	1.237	73.634	71.489	3%
FP Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	92.098	-	-	-	-	-	-	-	-	1.572	93.670	85.492	10%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	79.649	-	-	-	-	-	-	-	-	1.346	80.995	79.196	2%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	78.641	-	-	-	-	-	-	-	-	1.334	79.975	77.019	4%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	19.982	79.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.909	-	0%
Empresas Emergentes	7.669	26.015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.684	25.770	31%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	7.540	25.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.116	22.445	48%
Jardim Botânico VC I - Fdo de Invest em Empresas Emergentes Inovadoras	129	439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	568	3.325	-83%
Participações	61.130	207.328	-	-	1.308	8.801	7.526	-	-	-	5.381	291.474	544.108	-46%
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Multiestratégia	858	2.909	-	-	32	214	183	-	-	-	130	4.326	160.150	-97%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	9.546	32.378	-	-	354	2.381	2.036	-	-	-	1.457	48.152	91.137	-47%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	24.878	84.377	-	-	922	6.206	5.307	-	-	-	3.794	125.484	111.634	12%
Brasil Mezanino Infra-Estrutura Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	837	-100%
Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações	(10.474)	(35.525)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.999)	(12.029)	282%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	3	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2	550%
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	20.691	70.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.870	80.051	14%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
CRP VII - Fundo de Investimento em Participações	3.543	12.015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.558	10.189	53%
Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimento em Participações	4.331	14.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.019	25.200	-25%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	(33)	(113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)	(97)	51%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	32	-84%
Industrial Parks Fundo de Investimento em Participações	7.786	26.406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.192	38.456	-11%
Canabrava Bioenergia Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.401)	-100%
Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.946	-100%
Fundo de Investimentos em Participações Sondas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-100%
Outros Valores a Receber	11.856	40.213	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.069	63.727	-18%
Vale Florestar	11.856	40.213	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.069	63.727	-18%
Fundos Multimercado Estruturado	-	-	-	-	14.458	-	-	-	-	-	71.341	85.799	82.841	4%
Absolute EP Alpha Global Fdo de Invest. em Cotas de FIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-100%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	-	-	-	-	14.458	-	-	-	-	-	71.341	85.799	82.839	4%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Braskem	Plano Petros Copesul	Plano Petros PQU	PGA	Planos BDs + PGA 2020	Planos BDs + PGA 2019	Δ%
Imobiliário	28.427	96.413	-	-	146	981	838	-	-	-	599	127.404	134.336	-5%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(195)	(661)	-	-	(7)	(48)	(42)	-	-	-	(30)	(983)	(1.212)	-19%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	4.125	13.989	-	-	153	1.029	880	-	-	-	629	20.805	20.718	0%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	24.497	83.085	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.582	114.830	-6%
Fundos de Investimentos	3.786.627	15.772.082	133.657	32.045	55.458	453.042	196.762	6.433	843	16.768	288.720	20.742.437	17.002.104	22%

5.1.4.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS CV e CD

Fundos de Investimentos	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Misto	Plano Sanasa	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
Renda Fixa	4.449.462	11.087		34.405	4.494.954	4.268.729	5%	575.565	771.621	-25%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	1.486.782	1.887		13.184	1.501.853	1.848.265	-19%	528.295	697.648	-24%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	2.920.007	9.200		21.097	2.950.304	2.379.343	24%	47.270	73.973	-36%
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	1.403	-		-	1.403	1.382	2%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuper. BR	81	-		-	81	102	-21%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	116	-		-	116	59	97%	-	-	0%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado	41.073	-		124	41.197	39.457	4%	-	-	0%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	-	-		-	-	121	-100%	-	-	0%
Multimercado	1.098.755	9.560		1.227	1.109.542	1.421.188	-22%	246.037	202.249	22%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-		-	-	218	-100%	100.191	108.187	-7%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	284	-		-	284	286	-1%	-	-	0%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	302	-		-	302	303	0%	-	-	0%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de investimento Multimercado	1.312	-		-	1.312	1.317	0%	-	-	0%

Fundos de Investimentos	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	6.372	-	-	6.372	4.433	44%	-	-	0%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	182	-	-	182	156	17%	-	-	0%
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP	510	-	-	510	218	134%	-	-	0%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	592	-	-	592	450	32%	-	-	0%
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	441	-	-	441	643	-31%	-	-	0%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	666.421	6.142	-	672.563	536.026	25%	37.826	36.870	3%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	336.261	3.418	-	339.679	822.764	-59%	61.959	57.192	8%
FP FOF Multimercado 4661 Fundo de Investimento em Cotas de FIM	44.313	-	705	45.018	-	0%	25.178	-	0%
FP Alocação FIM	41.765	-	522	42.287	-	0%	20.883	-	0%
Fundo FOF Alta Liquidez FIC FIM CP	-	-	-	-	19.517	-100%	-	-	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Cronos	-	-	-	-	34.857	-100%	-	-	0%
Direitos Creditórios	59.272	-	-	59.272	41.805	42%	-	-	0%
Vinci Energia Sustentável FIDC	58.746	-	-	58.746	41.142	43%	-	-	0%
Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	-	-	-	1	-100%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	42	-	-	42	94	-55%	-	-	0%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	42	-	-	42	71	-41%	-	-	0%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	324	-	-	324	424	-24%	-	-	0%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	118	-	-	118	73	62%	-	-	0%
Ações	5.890.255	94.585	85.780	6.070.620	4.285.087	42%	226.454	199.244	14%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	277.781	-	7.401	285.182	242.455	18%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	607.745	36.417	4.119	648.281	322.402	101%	18.385	11.980	53%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	3.316.298	58.168	51.119	3.425.585	2.021.807	69%	155.193	134.616	15%
FP Franklin Templeton Total Return Fundo de Investimento em Ações	390.385	-	5.237	395.622	412.563	-4%	13.083	13.643	-4%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	211.208	-	2.860	214.068	203.218	5%	7.139	6.778	5%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	211.021	-	2.766	213.787	218.787	-2%	6.790	6.949	-2%

Fundos de Investimentos	Plano Petros-2	Plano TapmePrev	Plano Misto Sanasa	Planos CVs 2020	Planos CVs 2019	Δ%	Planos CDs 2020	Planos CDs 2019	Δ%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	206.042	-	2.760	208.802	208.193	0%	7.013	6.993	0%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	96.616	-	1.736	98.352	91.945	7%	-	-	0%
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	104.408	-	1.420	105.828	110.537	-4%	3.390	3.541	-4%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	105.328	-	1.420	106.748	103.637	3%	3.463	3.362	3%
FP Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações	135.573	-	1.840	137.413	125.414	10%	4.518	4.123	10%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	114.757	-	1.560	116.317	113.732	2%	3.778	3.694	2%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	113.093	-	1.542	114.635	110.397	4%	3.702	3.565	4%
Participações	22.867	-	-	22.867	31.931	-28%	-	-	0%
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Multiestratégia	320	-	-	320	11.855	-97%	-	-	0%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	3.565	-	-	3.565	6.747	-47%	-	-	0%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	9.289	-	-	9.289	8.264	12%	-	-	0%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	9.693	-	-	9.693	5.065	91%	-	-	0%
Fundo Multimercado Estruturado	1.421.365	36.358	15.961	1.473.684	1.383.569	7%	64.343	62.125	4%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	1.421.365	36.358	15.961	1.473.684	1.383.569	7%	64.343	62.125	4%
Imobiliário	241.136	-	-	241.136	116.274	107%	-	-	0%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(72)	-	-	(72)	(90)	-19%	-	-	0%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	1.540	-	-	1.540	1.534	0%	-	-	0%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	107.581	-	-	107.581	114.830	-6%	-	-	0%
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	35.682	-	-	35.682	-	0%	-	-	0%
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	27.390	-	-	27.390	-	0%	-	-	0%
HEDGE Brasil Shopping	69.015	-	-	69.015	-	0%	-	-	0%
Fundos de Investimentos	13.183.112	151.590	137.373	13.472.075	11.548.583	17%	1.112.399	1.235.239	-10%

5.1.5. ATIVOS SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO

5.1.5.1. INVEPAR

A Invepar - Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

A participação da Fundação na Invepar foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado na data base de 30 de setembro de 2020.

As projeções consideram a manutenção dos ativos atuais até o fim do prazo de concessão e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio. As premissas operacionais utilizaram como principal referência o plano da companhia (PAN 20), com ajustes realizados pelo avaliador para incorporar os efeitos das medidas de distanciamento social adotadas no combate à Covid-19.

Os fluxos foram projetados até o fim de todas as concessões, em reais e em base nominal, descontados pelo "Capital Asset Pricing Model" (CAPM) de cada negócio, sem perpetuidade.

O valor da Invepar corresponde à soma das partes de sua participação societária em cada negócio.

O valor justo da companhia foi impactado, principalmente, pela redução do tráfego de passageiros em Guarulhos e de veículos na Linha Amarela devido à pandemia, bem como a encampação dessa última pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Como reflexo, foi realizado um impairment de R\$ 594.631 no exercício de 2020.

A venda de 100% da sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A., controlado pelo Pátria Infraestrutura III Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, informada em 30 de dezembro de 2019, foi finalizada em 2020.

As alienações das participações nas rodovias CRA e CBN, anunciadas por meio de fatos relevantes dos dias 12 de março e 03 de abril de 2020, ainda não foram concluídas.

Em setembro de 2020, foi aprovado acordo de reestruturação da dívida da companhia entre os acionistas e os debenturistas das 3ª e 5ª emissões. O desenho definitivo e a implantação da reestruturação da dívida estão sujeitos a uma série de condições precedentes, incluindo, mas não se limitando, desdobramentos da decisão do Superior Tribunal de Justiça em relação à Linha Amarela S.A (Lamsa), comunicada no fato relevante do dia 16 de setembro de 2020, e as aprovações regulatórias do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de credores, dentre outras aprovações e condições.

Em 11 de fevereiro de 2021, o Cade aprovou a operação sem ressalvas, estando pendente a resolução da encampação junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, além de outras condições precedentes.

Em 21 de fevereiro de 2021, entretanto, a Prefeitura do Rio de Janeiro externou publicamente sua intenção de encampar e

relicitar a Lamsa até junho de 2021. Por outro lado, no dia 03 de março de 2021, foi proferida decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, no sentido de suspender a "continuidade de execução do processo de encampação da Linha Amarela" e realizar audiência de conciliação entre as partes, então marcada para dia 16 de março de 2021.

Sobre a suspensão da encampação, a Lamsa retomou as operações da via concessionada, porém, não pôde retomar a cobrança do pedágio em vista de um decreto municipal, que também está sendo discutido judicialmente. Já sobre a audiência, esta ocorreu no dia 16 de março de 2021, porém sem proposta de acordo, sendo designada nova data para audiência.

Todo este contexto e o risco de encampação geram incertezas acerca do acordo. De forma contínua, a Invepar vem buscando renegociar os prazos previstos no Contrato de Reestruturação ("Contrato") e a manutenção do instrumento, além de estar dando andamento às demais condições precedentes contidas no Contrato.

Não obstante, os cenários utilizados pelo avaliador os quais levam em consideração informações divulgadas a época, é importante observar que a empresa se encontra em processo de reestruturação e determinadas ações aconteceram durante o exercício de 2020. Todavia dado o cenário atual, em meio à pandemia, ainda não é possível observar os reflexos e resultados originados da reestruturação em andamento. E no fluxo normal das atividades da Petros os investimentos e riscos continuam sendo monitorados periodicamente.

Adicionalmente, é importante salientar que para fins de elaboração do laudo de avaliação e registro nas demonstrações financeiras, são consideradas premissas e estimativas na determinação do valor destes investimentos, e conseqüentemente, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

5.1.5.2. NORTE ENERGIA S.A.

A Norte Energia S.A. ("Norte Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, e tem como objeto conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação da Fundação na Norte Energia foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado em 09 de dezembro de 2020.

As projeções consideram a manutenção dos ativos atuais até o fim do prazo de concessão, sem a utilização de valor da perpetuidade, e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio.

As premissas operacionais e de CAPEX seguiram os contratos firmados pela empresa, as práticas de mercado, seu histórico e as informações contidas no orçamento apresentado pela administração da Norte Energia.

A premissa relevante está relacionada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que precifica a parcela descontratada da companhia (equivalente a 20% da garantia física da UHE). Adotou-se um valor que está contido em um intervalo, cujo piso corresponde à curva *forward* de longo prazo da Dcide (plataforma de comercialização de energia), e o teto representado pelo custo marginal de expansão. É importante destacar que o preço da Dcide representa o preço de mercado para contratos de longo prazo de energia no mercado livre, ao passo que o custo marginal da expansão corresponde ao valor atribuído pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, empresa pública federal, para a viabilização de um empreendimento desde o seu início (projeto *greenfield*), de maneira a atender a uma condição extrema de demanda (pico de demanda do sistema).

No cálculo da alíquota efetiva de IR/CSLL, considerou-se o benefício fiscal Sudam - concedido a empreendimentos prioritários para o desenvolvimento regional em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, de 75% do IR, até o seu vencimento, no ano de 2027. É importante destacar que na base de cálculo dos dividendos, expurgou-se o montante correspondente à reserva de incentivo fiscal, tendo em vista que, de acordo com o previsto pela Sudam, os recursos auferidos por meio deste benefício devem ser reinvestidos na região de atuação da companhia.

Considerou-se o atual montante de dívidas contratadas pela Norte Energia, no balanço de 30 de setembro de 2020, que engloba tanto os contratos de financiamento celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os agentes repassadores, quanto a emissão de debêntures.

Adicionalmente, considerou-se o *standstill* oferecido pelo BNDES, que compreende a suspensão dos pagamentos de juros e principal, tanto da parcela direta quanto da indireta, por um horizonte de seis meses. Esta operação, oferecida em 2020, foi feita como alternativa de fôlego de caixa, em consequência da crise gerada pela pandemia de Covid-19.

A Norte Energia vem enfrentando discussões intensas com o Ministério Público Federal (MPF) e Ibama a respeito do hidrograma de consenso, que impacta diretamente a potencial geração de energia. Em fevereiro de 2021, tornou-se pública a notícia de que a Norte Energia firmou um Termo de Compromisso Ambiental - TCA com o Ibama.

5.1.5.3. LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. e LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.

A Litel Participações S.A. ("Litel") sociedade anônima de capital aberto, foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A companhia possui participação direta na Vale S.A. ("Vale").

Desde o início do investimento, a Petros subscreveu e integralizou os seguintes recursos na Litel:

Subscrições		Integralizações	
Data	Montante (R\$ mil)	Data	Montante (R\$ mil)
1º 23/04/1997	1	23/04/1997	1
2º 08/05/1997	50.100	08/05/1997	50.100
3º 15/05/1997	387	15/05/1997	387
4º 29/12/1997	121.861	29/12/1997	121.861
Total	172.349		172.349

Até 9 de setembro de 2019, a Litel possuía participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela"), uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2003, cujo objeto é a participação no capital de outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Litel participação de forma indireta na Vale.

Em 8 de maio de 2019, foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Esta operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, para uma maior simplificação e independência operacional e propiciar melhores condições para traçar seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Neste contexto, a Litel deixou de ter participação na Litela e os acionistas da Litel passaram a ter participação acionária direta na Litela.

Em virtude da cisão parcial, a Litel transferiu 808.746.864 ações da Vale para a Litela. Após a operação, o investimento da Litel na Vale passou a corresponder a 74.832.355 ações ordinárias, representativas de 1,46% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria, ao passo que o investimento da Litela na Vale passou a corresponder a 905.773.534 ações ordinárias, representativas de 17,66% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Em 27 de janeiro de 2020, após o término do prazo de 60 dias de oposição dos credores sobre a redução do capital social da Litela, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 14 de novembro de 2019, foram entregues aos acionistas da Litela 386.040.325 ações de emissão da Vale, que não estavam vinculadas ao Acordo de Acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Litela.

Até 9 de novembro de 2020, a Litel e a Litela eram signatárias do Acordo de Acionistas da Vale, o qual estabelecia as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao conselho de administração e à diretoria da Vale, assim como o direito de preferência.

Com o encerramento do acordo de acionistas da Vale, por decurso de prazo, as ações da Vale detidas por Litel e Litela foram desvinculadas ao bloco de controle da Vale e passaram a ser consideradas livres, permitindo a transferência destas ações para os seus acionistas.

Nesse contexto, a administração da Litela propôs o encerramento coordenado da empresa, devido ao fato de não possuir mais nenhum objetivo de investimento, após o encerramento do Acordo de Acionistas da Vale.

Abaixo, segue o quadro com a posição atual de Litel e Litela em Vale em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	Qtd Ações ON da Vale	% Capital Total Vale
Litel	74.832.355	1,42%
Litela	519.733.209	9,84%

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel e Litela para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi considerado o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil de cada mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais, com base nas demonstrações financeiras.

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução de pleno direito e liquidação da Litela, e a partilha antecipada do ativo, nos termos do art. 215, §1º da Lei 6.404/76, mediante a entrega aos acionistas de 504.801.150 ações livres de emissão da Vale. Em fevereiro de 2021, as ações foram distribuídas aos acionistas, de acordo com a participação detida por cada um no capital social da Litela, correspondendo a proporção de 2,566179303 ações de Vale, sendo mantidas na Litela 14.932.059 ações da Vale para cumprir eventuais obrigações que venham a surgir futuramente.

5.1.5.4. MULTINER S.A. (“MULTINER”)

A Multiner S.A. (“Multiner”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, principal ativo da carteira do Multiner Fundo de Investimento em Participações (FIP Multiner), que tem por objetivo a participação em (i) usinas de geração de energia termoelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

Desde 2019, o administrador do FIP Multiner, responsável fiduciário pela precificação contábil dos ativos investidos, atualizou o ativo

alvo Multiner a valor nulo, conforme laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e especializado.

5.1.5.5. FIP SONDAS

O Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (“FIP Sondas”) foi constituído em 04 de agosto de 2010, com o objetivo de investir em sua companhia alvo, a Sete Brasil Participações S/A.

Na posição de 31 de dezembro de 2019, o administrador do fundo (Caixa Econômica Federal) manteve a provisão de perdas de 100% do valor do investimento realizado, já observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 27 de janeiro de 2020, o FIP Sondas celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e formalizou a venda da totalidade de suas ações, por valor simbólico, dado o insucesso do investimento - já registrado e comentado em exercícios anteriores. Em 17 de abril de 2020, foi encerrada a Assembleia Geral de Quotistas que aprovou a liquidação do FIP Sondas, devidamente efetivada em 28 de abril de 2020. Já em 10 de agosto de 2020, a Petrobras realizou o pagamento do acordo firmado com a Petros, no valor de R\$ 950 milhões, que encerrou a arbitragem envolvendo o FIP Sondas. O montante recebido foi incorporado ao patrimônio dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, onde o ativo estava alocado.

5.1.6. DERIVATIVOS

O valor justo dos instrumentos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

No ano de 2020, a Petros fez uso de instrumentos derivativos, tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e de renda variável (ações e índices de Bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

Abaixo, demonstramos a posição da Petros em derivativos em 31 de dezembro de 2020, separados por investimentos em carteiras própria e terceirizadas:

Operação	Veículo	Contrato	Plano	Data de início	Vencimento	Quantidade de contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ Mil)	Ajuste diário do contrato (em R\$ Mil)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	PGA	11/12/2020	17/02/2021	591	119.230	70.465	(235)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	PP-2	11/12/2020	17/02/2021	22.844	119.230	2.723.690	(9.079)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	PPSP-NR	11/12/2020	17/02/2021	8.732	119.230	1.041.116	(3.470)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	PPSP-R	11/12/2020	17/02/2021	30.826	119.230	3.675.384	(12.253)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	Plano Misto Sanasa	11/12/2020	17/02/2021	99	119.230	11.804	(39)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	Plano Petros Ultrafertil	11/12/2020	17/02/2021	211	119.230	25.158	(84)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	Plano Petros Lanxess	11/12/2020	17/02/2021	730	119.230	87.038	(290)
Futuro de Ibovespa	Carteira Própria	INDG21	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	11/12/2020	17/02/2021	127	119.230	15.142	(50)
Total Contratos Futuro de Ibovespa - Carteira Própria						64.160		7.649.797	(25.500)

Conforme acima demonstrado, em 31 de dezembro de 2020, o ajuste diário dos contratos da carteira própria da Petros foi negativo em R\$ 25.500, estando registrado no Exigível Operacional de Investimentos, vide Nota Explicativa 6.

Operação	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de contratos	PU do contrato (em reais)	Nocional (em R\$ Mil)
Futuro de DI	FP INFLAÇÃO CURTA FIM	DI1F24	16/04/2020	02/01/2024	2.090	86.128,81	180.009
Futuro de DI	FP INFLAÇÃO CURTA FIM	DI1F25	03/03/2020	02/01/2025	1.700	80.312,10	136.531
Futuro de DI	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DI1F27	15/12/2020	04/01/2027	(5.687)	68.915,91	(391.925)
Futuro de DI	FP INFLAÇÃO LONGA FIM	DI1F27	03/03/2020	04/01/2027	2.170	68.915,91	149.548
Futuro de DI	FP ALOCAÇÃO FIM	DI1F27	15/12/2020	04/01/2027	(313)	68.915,91	(21.571)
Total Contratos Futuro de DI - Carteira Terceirizada					(40)		52.592

Operação	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ Mil)
Futuro de ISP	FP CARTEIRA ATIVA FIM	ISPH21 0001	30/12/2020	19/03/2021	125	3.730,00	466
Futuro de ISP	FP ALOCAÇÃO FIM	ISPH21 0001	30/12/2020	19/03/2021	7	3.730,00	26
Total Contratos Futuro de ISP - Carteira Terceirizada					132		492

Operação	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ Mil)
Futuro de Ibovespa	FP TOTAL RETURN	INDG21	11/12/2020	17/02/2021	7.410	119.230,00	883.494
Futuro de Ibovespa	FP CARTEIRA ATIVA FIM	INDG21	14/12/2020	17/02/2021	(1.120)	119.230,00	(133.538)
Futuro de Ibovespa	FP ALOCAÇÃO FIM	INDG21	30/12/2020	17/02/2021	(30)	119.230,00	(3.577)
Total Contratos Futuro de Ibovespa - Carteira Terceirizada					6.260		746.380

Operação	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ Mil)
Futuro de Dólar	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DOLG21	30/12/2020	01/02/2021	(283)	5.179,70	(1.466)
Futuro de Dólar	FP ALOCAÇÃO FIM	DOLG21	30/12/2020	01/02/2021	(17)	5.179,70	(88)
Total Contratos Futuro de Dólar - Carteira Terceirizada					(300)		(1.554)

5.1.7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Ao final do exercício de 2020, a carteira imobiliária da Fundação alcançou o montante de R\$ 3.714.542 (R\$ 3.929.094 em 2019), conforme o quadro a seguir:

	Obs	PPSP-R	PPSP-NR	Plano Petros NitriFlex/Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Lanxess	Plano Petros-2	PGA	2020	2019
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-	-	17.958
Iguatemi Fortaleza T	1	-	-	-	-	-	-	-	-	17.958
Aluguéis e Rendas		2.621.430	772.617	10.822	25.777	15.142	246.693	-	3.692.481	3.911.136
Locadas a Patrocinador (es)		1.029.655	303.581	-	-	-	-	-	1.333.236	1.386.462
Conjunto Pituba		50.972	15.028	-	-	-	-	-	66.000	71.983
Conjunto Pituba - Ampliação		760.172	224.128	-	-	-	-	-	984.300	969.750
Horta Barbosa		184.355	54.355	-	-	-	-	-	238.710	246.098
Porto Braslis - 2º Andar**		-	-	-	-	-	-	-	-	13.112
Porto Braslis - 3º Andar		9.449	2.786	-	-	-	-	-	12.235	13.338
Porto Braslis - 12º e 13º Andares*		14.695	4.332	-	-	-	-	-	19.027	-
Edifício Ouro Negro**		-	-	-	-	-	-	-	-	50.065
Lavradio 162 - Loja**		-	-	-	-	-	-	-	-	1.984
Paulista 500 - Unidades 71, 72, 73 e 74**		-	-	-	-	-	-	-	-	12.953

	Obs	PPSP-R	PPSP-NR	Plano Petros Nitriflex/ Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Lanxess	Plano Petros-2	PGA	2020	2019
Valores a Receber		10.012	2.952	-	-	-	-	-	12.964	7.179
Locadas a Terceiros		1.196.911	352.614	10.772	25.777	15.142	246.453	-	1.847.669	2.041.858
Business Park Jundiaí-Itupeva		238.863	70.426	-	-	-	-	-	309.289	376.790
Centro Comercial e Empresarial Jubran			-	-	-	-	68.040	-	68.040	97.966
Centro Empresarial S.P.		22.219	6.551	-	-	-	-	-	28.770	36.219
Centro Empresarial Varig		7.796	2.298	-	8.569	8.430	-	-	27.093	28.076
Centro Empresarial Araguaia II		62.605	18.458	-	-	-	-	-	81.063	87.422
Cond Indl Log Alfredo Braz		-	-	-	-	-	31.900	-	31.900	34.000
Condomínio Centro Logístico Raposo		263.294	77.630	-	-	-	-	-	340.924	363.348
Condomínio Empresarial Rodoanel			-	-	-	-	69.222	-	69.222	76.220
Ed. Petros-Loja		-	-	-	15.300	-	-	-	15.300	16.000
Edifício Ouro Negro Terc. **		59.660	17.590	-	-	-	-	-	77.250	31.290
Hiper Bompreco Bahia		35.287	10.404	-	-	-	-	-	45.691	47.561
Hiper Bompreco Natal		-	-	-	-	-	46.576	-	46.576	48.752
Hiper Bon Marche		-	-	10.765	-	-	-	-	10.765	12.206
Hiper Casa Forte		64.777	19.099	-	-	-	-	-	83.876	82.285
Lavradio 162 - Loja**		1.274	376	-	-	-	-	-	1.650	-
Lavradio 162		47.420	13.981	-	-	-	-	-	61.401	68.582
OAB	2 e 6	-	-	-	-	6.383	-	-	6.383	7.431
Paulista 500		76.277	22.489	-	-	-	-	-	98.766	89.100
Paulista 500 - Unidades 71, 72, 73 e 74**		11.835	3.490	-	-	-	-	-	15.325	-
Porto Brasílis - 2º Andar**		9.289	2.739	-	-	-	-	-	12.028	-
Porto Brasílis		106.452	31.386	-	-	-	-	-	137.838	170.901
Rio Office Park 4	3 e 5	-	-	-	-	277	256	-	533	2.284
Rio Office Park 5	4	9.494	2.799	-	112	-	3.009	-	15.414	15.480
São Paulo Headquarters I		173.993	51.300	-	-	-	-	-	225.293	314.496

Obs	PPSP-R	PPSP-NR	Plano Petros Nitriflex/Lanxess	Plano Petros Ultrafertil	Plano Petros Lanxess	Plano Petros-2	PGA	2020	2019
Loja Tendtudo	-	-	-	-	-	25.474	-	25.474	30.970
Valores a Receber	6.376	1.598	7	1.796	52	1.976	-	11.805	4.479
Renda de Participações	394.864	116.422	50	-	-	240	-	511.576	463.588
Iguatemi Fortaleza + Expansão	240.866	71.017	-	-	-	-	-	311.883	289.800
Shopping Vitoria + Expansão	149.142	43.973	-	-	-	-	-	193.115	173.788
Valores a Receber	4.856	1.432	50	-	-	240	-	6.578	-
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	12.523	3.692	89	4.105	1.552	50	50	22.061	19.228
Park Avenue - Unidades Alienadas	391	115	-	-	-	-	-	506	1.049
Centro Empresarial Varig - Unidades Alienadas	2.233	658	-	-	1.425	-	-	4.316	7.340
Centro Século XXI - Unidades Alienadas	-	-	-	3.694	-	-	-	3.694	10.324
Terrenos Fortaleza - Alienados	9.899	2.919	-	-	-	-	-	12.818	-
OAB - Unidades Alienadas	-	-	-	-	27	-	-	27	-
Rio Office Park 4 - Unidades Alienadas	-	-	89	-	100	50	-	239	271
Rio Office Park 5 - Unidade Alienada	-	-	-	411	-	-	50	461	244
Total Geral	2.633.951	776.310	10.911	29.882	16.694	246.743	50	3.714.542	3.929.094

* Unidade transferida de Locadas a Terceiros para Locadas a Patrocinadora no Exercício 2020.

** Unidade transferida de Locadas a Patrocinadora para Locadas a Terceiros no Exercício 2020.

Observações: Alienações ocorridas no período.

Obs	Imóvel	Data Alienação	Valor	Varição Impacto no Resultado
1	Iguatemi Fortaleza Terrenos	02/2020	14.500	(3.458)
2	Sala 1011 do Edifício OAB	03/2020	152	-
3	Salas 222, 316, 320, 436, 329, 336, 423, 424, 326, 434, 435 do Rio Office Park 4	06/2020	1.207	(269)
4	Loja 101 do Rio Office Park 5	07/2020	354	8
5	Salas 327 e 328 do Rio Office Park 4	07/2020	238	(39)
6	Salas 1101, 1102, 1103 e 1104 do Edifício OAB	07/2020	542	235

Em cumprimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação efetuou a reavaliação dos investimentos imobiliários demonstrados abaixo:

Descrição	Obs	2020	2019	Impacto Resultado (Reavaliação)	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação
Terrenos		-	17.958	-		
Iguatemi Fortaleza Terrenos	1	-	17.958	-	-	-
Aluguéis e Rendas		3.661.135	3.880.250	(216.087)		
Locadas A Patrocinador (es)		1.320.272	1.379.282	(1.898)		
Conjunto Pituba		66.000	71.982	(5.982)	D	11/11/2020
Horta Barbosa		238.710	246.098	(7.388)	C	29/05/2020
Porto Brasília - 3º Andar		12.235	13.338	(1.103)	D	13/10/2020
Porto Brasília - 2º Andar**		-	13.112	-		
Edifício Ouro Negro**		-	50.064	-		
Porto Brasília - 12º e 13º Andares*		19.027	-	(1.974)	D	13/10/2020
Paulista 500 - Unidades 71, 72, 73 e 74**		-	12.953	-		
Lavrado 162 - Loja**		-	1.984	-		
Conjunto Pituba - Ampliação		984.300	969.751	14.549	D	30/10/2020
Locadas A Terceiros		1.835.865	2.037.380	(255.599)		
Business Park Jundiá-Itupeva		309.289	376.790	(67.501)	D	10/11/2020
Centro Comercial e Empresarial Jubran		68.040	97.966	(29.926)	D	10/12/2020
Centro Empresarial S.P.		28.770	36.219	(7.449)	C	12/08/2020
Centro Empresarial Varig		27.093	28.076	(983)	A	10/07/2020
Centro Empresarial Araguaia II		81.063	87.422	(6.359)	D	25/11/2020
Cond Indl Log Alfredo Braz		31.900	34.000	(2.100)	C	01/06/2020
Condomínio Centro Logístico Raposo		340.924	363.348	(22.424)	D	10/11/2020
Condomínio Empresarial Rodoanel		69.222	76.220	(6.998)	D	10/12/2020
Ed. Petros-Loja		15.300	16.000	(700)	D	26/10/2020
Edifício Ouro Negro Terc.**		77.250	31.290	(4.104)	C	29/05/2020
Hiper Bompreço Bahia		45.691	47.562	(1.871)	E	11/11/2020
Hiper Bompreço Natal		46.576	48.752	(2.176)	E	11/11/2020
Hiper Bon Marche		10.765	12.206	(1.441)	C	20/04/2020
Hiper Casa Forte		83.876	82.285	1.591	E	11/11/2020
Lavrado 162 - Loja**		1.650	-	(334)	D	14/10/2020
Lavrado 162		61.401	68.582	(7.181)	D	14/10/2020
OAB	2 e 6	6.383	7.431	(119)	A	15/07/2020
Paulista 500		37.466	37.288	179	C	20/10/2020

Descrição	Obs	2020	2019	Impacto Resultado (Reavaliação)	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação
Paulista 500 - Unidades 31, 32, 33 e 34		15.325	12.953	2.372	C	20/10/2020
Paulista 500 - Unidades 5, 52, 53 e 54		15.325	12.953	2.372	C	20/10/2020
Paulista 500 - Unidades 71, 72, 73 e 74**		15.325	-	2.372	C	20/10/2020
Paulista 500 - Unidades 81, 82, 83 e 84		15.325	12.953	2.372	C	20/10/2020
Paulista 500 - Unidades 91, 92, 93 e 94		15.325	12.953	2.372	C	20/10/2020
Porto Brasílis - 2º Andar**		12.028	-	(1.085)	D	13/10/2020
Porto Brasílis - 12º e 13º Andares*		-	21.001			
Porto Brasílis		137.839	149.900	(12.061)	D	13/10/2020
Rio Office Park 4	3 e 5	533	2.284	1	A	31/07/2020
Rio Office Park 5	4	15.414	15.480	281	A	31/07/2020
São Paulo Headquarters I		225.293	314.496	(89.203)	C	16/11/2020
Loja Tendtudo		25.474	30.970	(5.496)	E	19/11/2020
Renda de Participações		504.998	463.588	41.410		
Iguatemi Fortaleza		129.529	120.358	9.171	B	30/11/2020
Iguatemi Fortaleza Expansão		24.672	22.925	1.747	B	30/11/2020
Shopping Vitória		126.909	120.269	6.640	B	11/12/2020
Shopping Vitória - Expansão		66.206	53.519	12.687	B	11/12/2020
Iguatemi Fortaleza - Expansão II		157.682	146.517	11.165	B	30/11/2020

* Unidade transferida de Locadas a Terceiros para Locadas a Patrocinadora no Exercício 2020.

** Unidade transferida de Locadas a Patrocinadora para Locadas a Terceiros no Exercício 2020.

Avaliadores

A - Câmara de Consultores Associados S/A Ltda.

B - Cushman & Wakefield

C - UrbanoMétrica Ltda.

D - FIDE Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda.

E - Newmark & Knight Frank

5.1.8. CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A carteira de empréstimos a participantes está composta, em 31 de dezembro de 2020, por 65.193 contratos (68.114 contratos em 2019), com prazo médio de 103 meses e taxa de remuneração média de 0,59% a.m., acrescido da variação do IPCA com defasagem de dois meses, totalizando R\$ 2.912.583 (R\$ 2.976.206 em 2019).

Plano	2020	2019
PPSP-NR	201.430	205.547
PPSP-R	1.478.660	1.493.247
PPSP-NR Pré-70	77.593	91.951
PPSP-R Pré-70	261.799	306.145

Plano	2020	2019
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.595	2.577
Plano Petros Lanxess	20.175	20.247
Plano Petros Ultrafértil	10.075	11.515
Plano Petros Copesul	-	5
Plano IBPPrev Associados	179	160
Plano Misto Sanasa	3.946	3.211
Plano TermoPrev	12	18
Plano FiepePrev	1.538	2.467
Plano Petros-2	850.186	834.380
Plano AnaparPrev	2.911	3.089
Plano PTAPrev	1.484	1.647
Total	2.912.583	2.976.206

Pelos critérios de classificação da inadimplência atualmente estabelecidos, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) monta a quantia de R\$ 74.202, o que representa 2,48% do patrimônio da carteira. Vale destacar que a PCLD é reconhecida na ocorrência de sucessivas faltas de pagamento em meses subsequentes. O retorno da consignação dos empréstimos em folha do mutuário resulta na reversão da provisão, pois, uma vez que as prestações não são pagas, os juros e a atualização monetária são incorporados ao saldo devedor e, com o retorno da consignação em folha e o modelo do sistema de amortização praticado (SAC diferenciado), os valores dos meses não pagos acabam sendo diluídos e consignados ao longo do contrato (refinanciamento automático).

Para fazer frente a eventuais perdas decorrentes de morte dos mutuários e inadimplências, para os planos de benefício definidos e o PP-2, são constituídos fundos dos investimentos, vide Nota Explicativa 9.2.3, e, para os planos de contribuição definida e o Plano Misto Sanasa, são contratados seguros para essa finalidade.

5.1.9. OUTROS REALIZÁVEIS

A composição do saldo de Outros Realizáveis está demonstrada a seguir:

Descrição	Nota	2020	2019
Acordo de Leniência – J&F	5.1.9.1	858.336	842.261
Demais valores		49.857	46.092
Total		908.193	888.353

5.1.9.1. ACORDO DE LENIÊNCIA

Histórico e registro

Em razão da força-tarefa das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fresca, no dia 5 de junho de 2017, o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A. (“J&F”) formalizaram um acordo de leniência, no qual a J&F responsabilizou-se por atos ilícitos e assumiu, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o valor de R\$ 10.300.000, a ser pago no prazo de 25 anos.

O referido acordo foi assinado em 24 de agosto de 2017 e, entre os beneficiários, figura a Petros, que, no período de 2008 a 2017, possuía investimentos nas empresas JBS S.A e Eldorado S.A, do grupo J&F. Desta forma, do ponto de vista legal e contábil, a Petros possui o direito incondicional de receber os valores declarados na cláusula 16 do supracitado acordo, que totalizavam o montante de R\$ 1.750.000.

Em sua análise, para fins de registro, a Petros considerou que o acordo de leniência homologado pelo poder judiciário tem fundamento na legislação brasileira e atende aos requisitos do Código Civil. Desta forma, trata-se de um direito legítimo, com valor certo e com prazo de pagamento definido.

Metodologia e precificação

Para fins de precificação deste ativo, buscou-se uma metodologia em linha com as melhores práticas de mercado, de forma a considerar uma taxa final de desconto que levasse em consideração o risco de crédito da companhia J&F, bem como o risco de mercado, representado pela taxa de juros real no longo prazo fornecida pela Gerência de Planejamento de Investimentos da Petros.

Considerando o fluxo de pagamentos do acordo de leniência, e os parâmetros e premissas utilizados na metodologia, incluindo (i) o valor presente do fluxo programado e (ii) uma taxa de desconto de longo prazo acrescida de spread de crédito calculado, o valor registrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 796.519.

A política adotada pela Petros prevê a revisão periódica dos valores registrados, em consonância com a metodologia aplicada e observando-se fatores que eventualmente possam impactar as premissas utilizadas. Em 31 de dezembro de 2020, o valor registrado totalizava R\$ 858.336 (R\$ 842.261 em 2019).

5.2. DESENQUADRAMENTO E JUSTIFICATIVA

5.2.1. LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, a EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 10% para os demais emissores. (art. 27, inciso III, § 1º).

- Em 31 de dezembro de 2020, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto ao conglomerado financeiro da Vale S.A:

Conglomerado Financeiro da Vale S. A.	
Plano Petros Ultrafértil	21,41%
Plano Petros Lanxess	14,35%
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	14,77%
PGA	14,76%

Os desenquadramentos estão sendo monitorados pela Fundação, com plano de ação em execução.

- Em 31 de dezembro de 2020, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto à patrocinadora Petrobras:

Patrocinadora Petrobras	
PPSP-NR	30,94%
PPSP-R	32,35%

Em atendimento ao que determina a resolução vigente, que estabelece que o total do déficit equacionado também deve ser computado para fins de verificação dos limites de enquadramento, a inclusão do Novo PED ocasionou o desenquadramento apontado acima.

Em consonância com o parágrafo 1º do Artigo 34 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o prazo de amortização do novo plano de equacionamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR foi compatibilizado com o previsto para liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial, ou seja, equivale ao prazo do fluxo de pagamento de benefícios futuros, que tem caráter vitalício.

Caso fossem desconsiderados os valores relativos ao Novo PED, os planos estariam enquadrados nos limites estabelecidos.

5.2.2. INVESTIMENTOS E LIMITES DE ALOCAÇÃO

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, a EFPC deve observar, em relação aos Recursos de cada Plano, o limite de até 15% para o segmento de operações com participantes (art. 25).

Em 31 de dezembro de 2020, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto a operações com participantes:

Operações com Participantes	
PPSP-NR Pré-70	70,80%
PPSP-R Pré-70	66,20%

O desenquadramento é classificado como “passivo”, oriundo da cisão em 2019 dos planos PPSP-R e PPSP-NR, para reunir, em planos exclusivos, os participantes da submassa classificada como Grupo Pré-70.

Uma das ações adotadas pela Petros foi fechar a carteiras de empréstimos dos planos citados para novas concessões até que haja “reenquadramento” do segmento nos percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Em dezembro de 2020, a patrocinadora efetuou liquidação antecipada do Termo de Compromisso Financeiro Pré-70 para dar liquidez aos respectivos planos e, em 15 de janeiro de 2021, foi realizada nova liquidação antecipada, que enquadrou os respectivos planos ao limite estabelecido na legislação, tendo os percentuais de alocação em operações com participantes fechados em 3,54% no plano PPSP-NR Pré-70 e em 9,26% para o plano PPSP-R Pré-70, em janeiro de 2021.

5.3. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Recuperação de Investimentos foram constituídas considerando a inadimplência dos emissores e contrapartes, de acordo com os critérios definidos na Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nas análises de crédito realizadas pela Fundação e nos laudos de avaliações de investimentos, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2020					2019		
	Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil	Recuperações	Provisionamentos	Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil
Investimentos Mobiliários	2.827.275	(1.687.651)	1.139.624	(95.864)	-	2.889.382	(1.669.369)	1.220.013
Cédula de Crédito Bancário	792.208	(792.208)	-	-	-	680.444	(680.444)	-
CCB Fundos	792.208	(792.208)	-	-	-	680.444	(680.444)	-
Certificado de Cédula de Crédito Bancário	88.393	(88.393)	-	-	-	82.991	(82.991)	-
CCCB Fundos	88.393	(88.393)	-	-	-	82.991	(82.991)	-
Cédula de Crédito Imobiliário	500.168	(500.168)	-	-	-	456.554	(456.554)	-
Thá Realty Carteira Própria	107.374	(107.374)	-	-	-	107.374	(107.374)	-
CCI Fundos	392.794	(392.794)	-	-	-	349.180	(349.180)	-
Certificado de Recebíveis Imobiliário	116.797	(116.797)	-	-	-	95.001	(95.001)	-
CRI Fundos	116.797	(116.797)	-	-	-	95.001	(95.001)	-
Debêntures	66.260	(66.260)	-	-	-	64.730	(64.730)	-
Cia. Nova América Carteira Própria	8.148	(8.148)	-	-	-	8.148	(8.148)	-
Lojas Arapuã Carteira Própria	5.433	(5.433)	-	-	-	5.433	(5.433)	-
Feniciapar (Recebíveis da Arapuã) Carteira Própria	4.575	(4.575)	-	-	-	4.575	(4.575)	-
HOPÍ HARI Carteira Própria	3.257	(3.257)	-	-	-	3.257	(3.257)	-
Debêntures Fundos	44.847	(44.847)	-	-	-	43.317	(43.317)	-
Ações	839.766	-	839.766	(95.864)	-	812.297	(95.864)	716.433
Norte Energia S.A. Carteira Própria	839.766	-	839.766	(95.864)	-	812.297	(95.864)	716.433
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	1.254	(1.254)	-	-	-	1.254	(1.254)	-
Lavoro Carteira Própria	1.254	(1.254)	-	-	-	1.254	(1.254)	-
Fundos de Investimento em Participações	305.332	(91.939)	213.393	-	-	606.342	(162.911)	443.431

Descrição		2020					2019		
		Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil	Recuperações	Provisionamentos	Posição Investimento	Provisão	Valor Contábil
FIP Mellon Ambiental	Carteira Própria	6.335	(6.335)	-	-	-	6.335	(6.335)	-
FIP Brasil Energia	Carteira Própria	4.646	-	4.646	-	-	191.457	(19.452)	172.005
FIP Logística	Carteira Própria	51.717	-	51.717	-	-	139.928	(42.044)	97.884
Empreendedor Brasil FIP	Carteira Própria	33.116	-	33.116	-	-	30.737	(8.292)	22.445
JARDIM BOTÂNICO FMIEE	Carteira Própria	5.624	(5.057)	568	-	-	5.919	(2.594)	3.325
FIP TERRA VIVA	Carteira Própria	13	-	13	-	-	23.576	(23.575)	2
FIP BRASIL MEZANINO	Carteira Própria	3.347	(3.347)	-	-	-	3.317	(2.480)	837
FIP Agronegócio	Carteira Própria	90.870	-	90.870	-	-	112.886	(32.835)	80.051
CRP VII	Carteira Própria	33.785	(18.226)	15.558	-	-	31.625	(21.435)	10.189
FIP Brasil Sustentabilidade	Carteira Própria	25.511	(6.492)	19.019	-	-	25.200	-	25.200
Industrial Park FIP	Carteira Própria	42.037	(7.845)	34.192	-	-	38.456	-	38.456
FIP Brasil Equities	Carteira Própria	(1.363)	(44.636)	(45.999)	-	-	(12.029)	-	(12.029)
FIPAC 2	Carteira Própria	9.693	-	9.693	-	-	8.934	(3.869)	5.065
Fundos de Investimentos		111.828	(25.363)	86.464	-	-	86.280	(26.132)	60.148
FIM Petros Crédito Privado	Carteira Própria	111.828	(25.363)	86.464	-	-	86.280	(26.132)	60.148
Outros		5.269	(5.269)	-	-	-	3.489	(3.489)	-
Outros	Carteira Própria	3.489	(3.489)	-	-	-	3.489	(3.489)	-
Outros	Em fundos	1.780	(1.780)	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários		3.747.566	(33.024)	3.714.542	-	(13.536)	3.948.882	(19.788)	3.929.094
Terrenos		-	-	-	-	-	17.958	-	17.958
Locadas a Patrocinadoras		1.338.448	(5.212)	1.333.236	-	(5.512)	1.386.462	-	1.386.462
Locadas a Terceiros		1.872.279	(24.610)	1.847.669	-	(4.822)	2.061.646	(19.788)	2.041.858
Renda de Participações		514.778	(3.202)	511.576	-	(3.202)	463.588	-	463.588
Direito em Alienações		22.061	-	22.061	-	-	19.228	-	19.228
Operações com Participantes (Empréstimos)		2.986.785	(74.202)	2.912.583	-	(27.708)	3.022.700	(46.494)	2.976.206

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do Exigível Operacional está demonstrada a seguir:

Descrição	Nota	2020	2019
Gestão Previdencial		550.262	961.970
Benefícios a Pagar		308.901	283.164
Benefícios a Pagar		12.746	9.559
Créditos de Participantes		290.341	270.023
Saldo de Contas - Retirada de Patrocínio		27.387	30.411
Saldo de Contas - Ex Participantes		249.327	218.537
Outros Créditos de Participantes		13.627	21.075
Demais Rubricas		5.814	3.582
Retenções a Recolher		85.448	79.685
Recursos Antecipados		2.654	2.146
Outras Exigibilidades		153.259	596.975
Créditos de Participantes		342	207
Saldo Excedente - Retirada de Patrocínio		145	10
Outros Créditos de Participantes		197	197
Outros		152.917	596.768
Créditos de Patrocinadoras		70.424	55.135
Valores a Pagar ¹		56.518	531.934
Valores a Transferir Para o PGA ²		7.356	629
Créditos de Terceiros		4.447	3.421
Retenções a Recolher		2.622	4.668
Outros		11.549	980
Gestão Administrativa		154.866	148.210
Contas a Pagar		45.248	40.910
Retenções a Recolher		4.932	3.541
Tributos a Recolher	6.1	76.030	79.740
Outras Exigibilidades		28.656	24.019
Provisão de férias		10.874	5.984
Depósitos Não Identificados ³		5.984	2.171
Demais valores ⁴		11.798	15.864
Investimentos		29.635	14.783
Derivativos	5.1.6	25.500	10.831
Investimentos Imobiliários		2.646	1.565
Empréstimos e Financiamentos		1.334	1.133
Relacionados com o Disponível		18	573
Outras Exigibilidades		137	681
Total		734.763	1.124.963

¹ Os valores a pagar registrados em 2019 referentes a operação de transferência de ativos entre os planos PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70, bem como entre os planos PPSP-R e PPSP-R Pré-70, foram liquidados conforme descrito na Nota Explicativa 3.6.

² Valores decorrentes do custeio administrativo, regularizado em 2021.

³ O saldo de depósitos não identificados refere-se a valores creditados nas contas bancárias da Fundação sem os correspondentes dados mínimos para identificação do respectivo plano de benefícios ao qual pertencem. Enfatizamos que a Petros envida os melhores esforços na identificação e destinação adequada dos valores de forma tempestiva. Atualmente, o tempo médio de identificação dos valores é de 3 dias úteis.

⁴ Majoritariamente compostos por: Créditos de patrocinadoras R\$ 9.076 (R\$ 7.968 em 2019) e Depósitos judiciais - Consignação de pagamento R\$ 1.419 (R\$ 1.419 em 2019).

6.1. TRIBUTOS A RECOLHER

6.1.1. PIS/COFINS - PERT

Até o exercício de 2016, a Petros impugnou os débitos relativos ao PIS e à Cofins exigidos pela Receita Federal do Brasil sobre a prestação de serviços da administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária. A impugnação apresentada pela Petros foi julgada parcialmente procedente, tendo cancelado mais de 50% do valor exigido originalmente nos autos de infração. Os recursos processuais promovidos

pela Petros alcançaram até a instância do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Em 2017, após esgotadas as discussões e com o objetivo de liquidar os débitos cobrados nos autos de infração, a Petros aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - Pert, com as seguintes condições: pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas. Obtendo, desta forma, o benefício demonstrado a seguir:

Período de Apuração	Débito Atualizado	Redução pelo PERT	20% sobre o débito atualizado	Valor a ser amortizado em 145 parcelas	Saldo atualizado em 2020	Saldo atualizado em 2019
2007 a 2014	78.981	24.841	15.796	38.344	28.979	32.690

6.1.2. PIS/COFINS - MANDADO DE SEGURANÇA

Em outubro de 2018, a Fundação impetrou mandado de segurança, no qual postula o direito de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da Cofins sobre os recursos por ela arrecadados a título de taxa de carregamento e administração em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de

2015, bem como reaver os depósitos judiciais realizados na ação e os valores recolhidos entendidos como indevidamente a esse título desde a referida data. Em fevereiro de 2019, o mandado de segurança foi negado e, em março do mesmo ano, a Petros recorreu da decisão. O recurso aguarda julgamento. Até 31 de dezembro de 2020, foram depositados judicialmente no referido processo o valor de R\$ 56.206 (R\$ 46.918 em 2019), conforme Nota Explicativa 3.5.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVOS CONTINGENTES

7.1. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Petros possui uma modelagem para classificação da faixa de risco de perda de cada um dos processos em que a entidade faz parte, baseada nas seguintes premissas:

- A regra de contingenciamento se dá por objeto. Numa ação com mais de um objeto, o processo é classificado considerando o objeto com maior risco de perda;
- O valor a ser provisionado corresponderá à soma dos pedidos do objeto com risco de perda provável;
- Nos processos com decisão de mérito transitada em julgado e em fase de execução, bem como nos processos em que ocorrer depósito em garantia para possibilitar a discussão do valor devido, a contingência observará o saldo de depósitos; e

- Nos processos em que o autor pertencer a mais de um plano de benefícios, a contingência observará o plano de benefícios pleiteado pelo demandante na petição inicial.

Os critérios utilizados pela Fundação para mensurar o valor correspondente a cada um dos objetos levam em conta o estudo de jurimetria realizado por consultoria especializada, a fim de obter o valor médio de perda de cada objeto (valor estimado).

O valor relacionado a cada objeto permanece inalterado até que seja realizado um depósito judicial que altere o valor estimado inicialmente provisionado.

A classificação de perda dos objetos é realizada pelo advogado externo, que deverá observar como chance de perda provável as ações que já transitaram em julgado de forma desfavorável, bem como as ações não transitadas em julgado em que se discute matéria cujo posicionamento majoritário da jurisprudência é contrário à tese defendida pela Fundação e, na sua ausência, serão considerados os entendimentos doutrinários.

Probabilidade de Perda	Percentual de risco de perda	Jurisprudência	Doutrina
Provável	≥ 75%	Julgados nas Cortes Superiores contra	Posicionamento da doutrina minoritário
		Julgados em 2ª instância contra	
		Julgados em 1ª instância contra	
Possível	25% > x < 75%	Julgados nas Cortes Superiores favoráveis e contra	Posicionamento da doutrina dividido
		Julgados em 2ª instância favoráveis e contra	
		Julgados em 1ª instância favoráveis e contra	
Remota	≥ 75%	Pacificado nas Cortes Superiores	Posicionamento da doutrina majoritário
		Pacificado em 2ª instância	
		Pacificado em 1ª instância	

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações por classificação de perda:

Plano do Pedido	Provável	Possível	Remota
Plano de Gestão Administrativa	74	81	138
Plano Alesat	-	1	-
Plano AnaparPrev	1	5	22
Plano Copesulprev	1	-	-
Plano CRAPrev	-	-	3
Plano CulturaPrev	-	2	-
Plano Eldorado Prev	3	5	14
Plano FenajPrev	-	-	1
Plano FiepePrev	2	-	2
Plano Liquigás	2	1	1
Plano Petros-2	146	82	920
Plano Petros Braskem	216	-	908
Plano Petros Copesul	324	9	970
Plano Petros NitriFlex/Lanxess	10	5	16
Plano Petros Lanxess	185	220	135
Plano Petros PQU	52	7	123
PPSP-NR	15.033	785	5.238
PPSP-NR Pré-70	12.845	429	3.550
Plano Petros Ultrafertil	973	6	109
PPSP-R	21.393	619	7.814
PPSP-R Pré-70	11.847	188	2.782
Plano PreviContas	-	1	-
Plano PreviFiea	-	-	1
Plano Previttel	-	-	1
Plano PTAPrev	-	-	1
Plano TapmePrev	5	10	13
Plano Transpetro	11	-	7
Plano Triunfo Vida	3	-	-
Total	63.126	2.456	22.769
Total 2019	65.792	4.764	34.565

Demonstramos a seguir a movimentação das provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a Fundação entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e gerarão desembolsos futuros, bem como os efeitos da atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota Explicativa 3.5 e 8):

Descrição		2020	Novos Processos	Baixa de Provisões	Variação de Provisões	Atualização Monetária Depósitos Judiciais	Honorários de Êxito	2019
Gestão Previdencial	7.1	3.855.866	628.778	(294.898)	268.646	377.611	511	2.875.219
PPSP-NR		935.297	188.853	(97.820)	45.252	89.286	-	709.726
PPSP-NR Pré-70		739.602	84.216	(36.252)	43.451	83.556	-	564.631
PPSP-R		1.309.105	277.176	(107.717)	92.970	96.451	-	950.225
PPSP-R Pré-70		662.245	44.791	(38.195)	53.913	77.426	-	524.310
Plano Petros Copesul		75.185	9.651	(8.836)	19.865	22.632	511	31.362
Plano Petros Ultrafertil		66.291	5.129	(1.775)	10.798	2.462	-	49.677
Plano Petros Lanxess		18.477	4.175	(305)	(266)	1.358	-	13.515
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		1.349	1.164	(153)	(15)	29	-	324
Plano Petros Braskem		24.015	1.290	(571)	222	3.824	-	19.250
Plano Petros PQU		2.840	888	(64)	223	132	-	1.661
Plano Petros-2		11.725	4.170	(2.582)	1.610	414	-	8.113
Plano TapmePrev		679	-	-	149	9	-	521
Plano AnaparPrev		6.823	6.809	-	-	14	-	-
Plano Eldorado Prev		365	122	-	92	-	-	151
Plano FiepePrev		239	-	-	55	-	-	184
Plano Liquigás		239	-	-	55	-	-	184
Plano Transpetro		1.119	344	(260)	352	12	-	671
Plano Triunfo Vida		271	-	(184)	(80)	6	-	529
Plano GasPrev		-	-	(185)	-	-	-	185
Gestão Administrativa		6.433	965	-	1.481	368	328	3.290
Processos Judiciais	7.1.2	6.433	965	-	1.481	368	328	3.290
Total		3.862.299	629.743	(294.899)	270.127	377.979	839	2.878.509

Abaixo, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Descrição		2019	Novos Processos	Regularização de Provisão (anterior a 2019)	Baixa de Provisões (ano 2019)	Variação de Provisões	Honorários de Êxito	2018
Gestão Previdencial		2.875.219	180.114	(1.107.389)	(86.630)	(256.991)	1.382	4.144.732
Gestão Administrativa		3.290	202	(1.889)	(45)	(3.097)	-	8.120
Total [Movimentação 2019 - 2018]		2.878.509	180.316	(1.109.278)	(86.675)	(260.088)	1.382	4.152.852

7.1.1. CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Plano	Objeto do Pedido	2020	2019
Plano Petros-2		11.725	8.113
	Reflexo Trabalhista	4.360	3.359
	Fechamento Plano Petros	645	536
	PL-DL 1971	684	1.970
	Necessidade de Rescisão	436	9
	Resolução 49	930	328
	Pecúlio	730	528
	Reserva de poupança	857	132
	Suplementação de Aposentadoria	720	151
	Revisão do Benefício Inicial	294	316
	ACT - Nível	330	221
	Outros	1.739	563
Plano Petros Braskem		24.015	19.250
	Revisão do Benefício Inicial	12.688	8.810
	ACT - Nível	6.033	5.388
	PL-DL 1971	1.514	1.452
	Reflexo Trabalhista	1.255	1.532
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	899
	Outros	2.525	1.169
Plano Petros Copesul		75.185	31.362
	Revisão do Benefício Inicial	15.439	8.729
	Reflexo Trabalhista	6.719	10.133
	Limite de idade	47.853	8.113
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	2.265
	Abono Contingencial	1.062	1.168
	Outros	4.112	954
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		1.349	324
	Resolução 49	1.162	-
	Retardatários	2	-
	Reserva de poupança	-	36
	ACT - Nível	65	118
	PL-DL 1971	120	170
Plano Petros Lanxess		18.477	13.516
	Resolução 37	4.705	4.063
	Revisão do Benefício Inicial	4.238	3.564
	Reserva de poupança	3.130	58
	Limite de idade	1.532	1.258
	PL-DL 1971	1.454	1.075
	ACT - Nível	1.147	1.020
	Suplementação de Aposentadoria	-	710

Plano	Objeto do Pedido	2020	2019
	Abono Contingencial	533	608
	Outros	1.738	1.160
Plano Petros PQU		2.840	1.661
	Revisão do Benefício Inicial	790	604
	Reserva de poupança	933	259
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	313
	Resolução 49	182	142
	Pecúlio	122	76
	Prestação de Contas	-	81
	Reflexo Trabalhista	239	184
	Outros	574	2
PPSP-NR		935.297	709.726
	ACT - Nível	208.807	160.145
	PL-DL 1971	175.865	172.874
	Revisão do Benefício Inicial	149.923	115.510
	RMNR	106.131	67.203
	PCAC - 2007	-	50.766
	Reflexo Trabalhista	38.419	33.340
	INSS	18.252	14.920
	Necessidade de Rescisão	39.990	17.563
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	18.016
	Outros	197.910	59.389
PPSP-NR Pré-70		739.602	564.631
	ACT - Nível	211.156	156.802
	Revisão do Benefício Inicial	169.341	127.568
	PL-DL 1971	81.073	87.445
	RMNR	72.890	45.814
	PCAC - 2007	-	43.277
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	46.590
	Outros	205.142	57.135
Plano Petros Ultrafértil		66.291	49.677
	Revisão do Benefício Inicial	40.017	26.501
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	6.634
	Reflexo Trabalhista	6.767	6.667
	PL-DL 1971	5.091	3.061
	Limite de idade	1.690	3.996
	Outros	12.726	2.818
PPSP-R		1.309.105	950.225
	ACT - Nível	326.927	239.569
	PL-DL 1971	255.092	217.924
	Revisão do Benefício Inicial	174.671	132.183

Plano	Objeto do Pedido	2020	2019
	Reflexo Trabalhista	112.994	92.863
	Necessidade de Rescisão	96.038	58.997
	PCAC - 2007	-	48.174
	Limite de idade	52.965	33.996
	Resolução 49	31.161	20.027
	RMNR	53.515	20.740
	INSS	22.934	25.692
	Outros	182.808	60.060
PPSP-R Pré-70		662.245	524.310
	ACT - Nível	261.986	198.356
	Revisão do Benefício Inicial	128.809	94.563
	PL-DL 1971	84.718	93.540
	PCAC - 2007	-	39.363
	Revisão de Pensão - Regulamento	-	30.216
	Resolução 49	19.831	15.152
	INSS	8.619	10.619
	Outros	158.282	42.501
Plano TapmePrev		679	521
	Reflexo Trabalhista	252	245
	Reserva de poupança	128	201
	Suplementação de Aposentadoria	240	75
	Expurgos Inflacionários	59	-
Plano AnaparPrev		6.823	-
	Cobrança custeio administrativo	6.823	-
Demais planos		2.233	1.903
	Pecúlio	243	151
	Reflexo Trabalhista	746	1.299
	Suplementação de Aposentadoria	224	151
	Suplementação de Pensão	311	151
	Prestação de Contas	243	151
	Teto	122	-
	RMNR	344	-
Total contingências - Gestão Previdencial		3.855.866	2.875.219

Os principais objetos encontram-se abaixo descritos:

Objeto	Descrição
ACT - Nível	Requer a parte autora avanços de níveis salariais deferidos para os empregados ativos em acordos coletivos da patrocinadora, a fim de majorar seu benefício mensal, nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006.
Abono Contingencial	Os autores solicitam a inclusão dos abonos e gratificações salariais pagos pelo patrocinador no cálculo inicial de benefício suplementação de aposentadoria.
Cobrança custeio administrativo	A Petros, em razão da transferência de gerenciamento do Plano AnaparPrev e da inadimplência da taxa de custeio administrativo do plano, ingressou com ação declaratória, objetivando confirmar o direito de os planos PP-2, PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70 serem ressarcidos pelos valores que foram pagos em virtude da insuficiência de custeio administrativo do Plano AnaparPrev, bem como o dever deste plano arcar com a integralidade de suas despesas administrativas.

Objeto	Descrição
Expurgos Inflacionários	A parte autora postula diferenças, a título de correção monetária, relativas à aplicação dos expurgos inflacionários ou alteração dos índices previstos em regulamento sobre os valores de sua reserva de poupança.
Fechamento Plano Petros	Em razão do fechamento do PPSP entre 2002 e 2007, os autores pleiteiam o ingresso no referido plano.
INSS	Os autores pleiteiam eventuais diferenças nos benefícios que são pagos, em razão da antecipação é realizada pela Petros mediante convênio com a autarquia.
Limite de Idade	A parte autora pleiteia a retirada do limitador etário aplicado devido à concessão antecipada de sua suplementação (artigos 24 e 26 do regulamento).
Necessidade de Rescisão	Neste objeto, a parte autora requer a concessão de benefício complementar anteriormente à cessação de seu vínculo laboral com a patrocinadora, com a mesma data início de benefício (DIB) da Previdência Social. Existem regras legal e regulamentar que preveem os requisitos para a concessão da suplementação.
PCAC-2007	A parte autora pleiteia o enquadramento e aplicação da nova tabela do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos e Salários (PCAC-2007), resultante de negociação coletiva na patrocinadora, para o cálculo de sua suplementação a partir de janeiro de 2007.
Pecúlio	Os autores pleiteiam o pagamento do pecúlio por morte previsto no regulamento do plano.
PL/DL-1971/82	A parte autora pleiteia a inclusão das parcelas referentes à PL/DL-1971/82 em sua base de cálculo do benefício. A referida parcela, recebida na ativa pelos participantes, é uma consequência do Decreto-Lei 1971, de 1982.
Prestação de Contas	Os autores buscam o levantamento dos valores do Fundo Individual de Retirada (FIR).
Reflexo Trabalhista	Trata-se de ação na qual o autor requer a inclusão de verbas salariais em relação à patrocinadora deferidas em processos judiciais ou administrativos em sua base de cálculo de benefício.
Reserva de Poupança	A parte autora postula diferenças, a título de correção monetária, relativas à aplicação dos expurgos inflacionários ou alteração dos índices previstos em regulamento sobre os valores de sua reserva de poupança. Também existem causas em que os autores pleiteiam o resgate da reserva de poupança.
Resolução 37	Ação ingressada pelos autores, requerendo a equiparação dos reajustes praticados pela Petrobras, em razão da extinção dos patrocinadores Petromisa e Interbras.
Resolução 49	Requer a parte autora a concessão de suplementação de pensão desconsiderando o previsto na Resolução 49. A referida resolução define as condições para o ingresso de novos beneficiários de participante, após a concessão do benefício de aposentadoria pela Petros, como a contribuição adicional para viabilizar a inclusão de novos beneficiários.
Retardatários	Os autores deixaram de se inscrever no plano no prazo adequado e pleiteiam o ingresso posterior sem o pagamento de joia.
Revisão de Pensão - Regulamento (Artigo 31)	A parte autora requer o recálculo da suplementação de pensão com base no Art. 31 do regulamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que define que a suplementação de pensão será calculada considerando uma cota familiar de 50% da suplementação que teria direito o participante se estivesse vivo, mais tantas cotas individuais de 10% quantos forem os beneficiários.
Revisão do Benefício Inicial (Fator de Reajuste Inicial - FAT/FC)	A parte autora pleiteia a revisão do benefício ou o recálculo da suplementação inicial, de acordo com o regulamento Petros da época de sua admissão, alegando que a Petros supostamente aplicou um fator redutor sobre seus benefícios. O fator de reajuste aumenta ou, na pior das hipóteses, mantém constante o valor do benefício.
RMNR	Neste caso, a parte autora deseja o recálculo dos seus benefícios de acordo com os valores atribuídos à Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR, implementada pela patrocinadora Petrobras aos seus empregados a partir de julho de 2007, mediante acordos coletivos de trabalho firmados com as entidades sindicais.
Suplementação de Aposentadoria	São todos os demais pedidos dos autores, excluídos os acima mencionados, em que se discute a revisão ou o pagamento da suplementação.
Suplementação de Pensão	São todos os demais pedidos dos autores, excluídos os acima mencionados, em que se discute a revisão ou o pagamento da suplementação.
Teto	A parte autora pleiteia a retirada ou alteração do teto regulamentar utilizado na apuração de sua suplementação. A limitação do teto está prevista não só para os participantes ativos, como também para os assistidos, considerando que o regulamento prevê que o salário de participação é definido como o total das rendas que lhes forem asseguradas.

7.1.2. CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano	Objeto do Pedido	2020	2019
Plano Administrativo			
	Reclamação Trabalhista Petros	3.415	1.618
	Resolução 49	728	711
	Reflexo Trabalhista	729	369
	ACT-Nível	488	285
	Recuperação de Investimento	327	-
	Outros	746	307
Total contingências - Gestão Administrativa		6.433	3.290

Os principais objetos encontram-se abaixo descritos:

Objeto	Descrição
Reclamação Trabalhista Petros	Os autores, ex-empregados, pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e reintegração aos quadros da entidade, após a demissão.
Recuperação de Investimento	São demandas ajuizadas pela Petros a fim de obter diferenças decorrentes de investimentos realizados pela entidade. Nesses investimentos, verifica-se que, por razões fundamentadas, a Petros não obteve o retorno devido pelo investimento como, por exemplo, no caso de não observância dos índices dos expurgos inflacionários.
Resolução 49	Requer a parte autora a concessão de suplementação de pensão desconsiderando o previsto na Resolução 49. A referida resolução define as condições para o ingresso de novos beneficiários de participante, após a concessão do benefício de aposentadoria pela Petros, como a contribuição adicional para viabilizar a inclusão de novos beneficiários.
Reflexo Trabalhista - Benefício INSS	Trata-se de ação na qual o autor requer a inclusão de verbas salariais em relação à patrocinadora, deferidas em processos judiciais ou administrativos em sua base de cálculo de benefício.
ACT - Nível	Requer a parte autora avanços de níveis salariais deferidos para os empregados ativos em acordos coletivos da patrocinadora, a fim de majorar seu benefício mensal, nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006.

7.1.3. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS COM PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis” nos planos:

Plano	2020	2019
PPSP-NR	79.771	78.776
PPSP-R	62.374	51.734
PPSP-NR Pré-70	54.554	49.112
PPSP-R Pré-70	17.156	14.093
Plano Petros PQU	6	-
Plano Petros Copesul	1.659	1.055
Plano Petros Lanxess	27.754	35.892
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	436	2.456
Plano Petros Ultrafértil	436	636
Plano Petros-2	7.761	8.534
Plano Transpetro	0	260
Plano TapmePrev	863	820
Plano Liquigás	1	-
Plano PreviContas	128	-

Plano	2020	2019
Plano Eldorado Prev	569	662
Plano PrevFiepa	-	87
Plano CulturaPrev	156	76
Plano de Gestão Administrativa	2.073	2.208
Total	255.697	246.401

7.2. AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT DOS PLANOS PPSP-R E PPSP-NR

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e entidades representantes dos participantes dos planos PPSP-R e PPSP-NR requerem o não pagamento das contribuições extraordinárias do Plano de Equacionamento do Deficit Técnico acumulado de 2015 (PED) e do parcelamento do PED implementado em 2018.

Em setembro de 2019, na Suspensão Liminar de Segurança ("SLS") nº 2507/RJ, o presidente do Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de suspensão de liminar feito pela Petros, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que havia reduzido em 50% o valor das contribuições extraordinárias fixadas para o PED dos planos PPSP, em relação aos associados da Fenasp - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros e de outras sete associações. Após essa decisão, considerando a existência de novas liminares, a Petros apresentou aditamento ao pedido formulado nesses autos da SLS 2507/RJ para a extensão da suspensão a todas as liminares vigentes e contrárias às cobranças de contribuições extraordinárias dos PEDs referentes aos planos PPSP-R e PPSP-NR, que também foi deferido.

Nesse sentido, foi reinstituída, em outubro de 2019, a cobrança de contribuições extraordinárias para todo o público atingido pelo PED dos PPSP, tendo apenas algumas liminares hoje em vigor que a Petros tem buscado reverter.

7.3. AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafértil e entidades representantes dos participantes questionam os planos de equacionamento do deficit técnico acumulado de 2014, 2015 e 2016 (PEDs).

Cumprido ressaltar que, em 2017, a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Ultrafértil do Estado de São Paulo - Astaul ajuizou Ação Civil Pública em face da Petros, relacionada aos PEDs 2014 e 2015, em que pleiteou a não implementação do plano de equacionamento. Nos autos dessa demanda, foi proferida decisão judicial liminar que concedeu a tutela de urgência,

determinando que a Petros se abstinhasse de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao PED.

Em 2018, a Astaul ajuizou nova Ação Civil Pública em face da Petros, relacionada ao PED 2016. Nesse processo judicial, foi proferida decisão que concedeu a tutela antecipada para determinar que a Petros, de imediato, abstenha-se de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao PED a partir do mês de julho de 2018.

Em 2018, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Paraná - SindiQuímica - também ajuizou Ação Civil Pública contra a Petros, alegando a ilegalidade do PED que seria instituído naquele ano.

O sindicato informou que, em fevereiro de 2017, os participantes ativos e assistidos foram comunicados pela Petros sobre a existência de deficit técnico nos anos de 2014 e 2015. Entretanto, a cobrança das contribuições extraordinárias não foi implementada em folha de pagamento, em cumprimento à decisão liminar obtida na Ação Civil Pública proposta pela Astaul que congrega grande parte da massa de participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafértil.

Posteriormente, em maio de 2018, foi enviada nova comunicação aos participantes e assistidos, notificando acerca de novo deficit. Novamente, contudo, a cobrança também foi obstada por decisão liminar proferida na segunda Ação Civil Pública ajuizada pela Astaul.

Em agosto de 2018, a Petros, justificando ter constatado que as referidas decisões judiciais teriam validade exclusivamente para os participantes associados da Astaul que residiam no Estado de São Paulo, comunicou aos representantes do sindicato o início da cobrança de contribuições extraordinárias do equacionamento dos deficits de 2014, 2015 e 2016, a partir de 25 de setembro de 2018.

Recebida a ação, o Juízo deferiu liminar para que a Petros se abstinhasse de praticar qualquer cobrança de contribuições para equacionamento de deficit do Plano Petros Ultrafértil. Essa liminar foi revogada através de decisão proferida em 27 de novembro de 2018, tendo o sindicato recorrido.

O tribunal que julgou o recurso concedeu em parte o pedido de antecipação de tutela recursal, determinando a manutenção da cobrança de contribuições extraordinárias, observado - para o respectivo cálculo - o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) da renda líquida mensal dos participantes e assistidos (considerada a remuneração/renda disponível remanescente após a dedução dos descontos legais e compulsórios, tais como contribuição para Previdência Social oficial, pensão alimentícia judicial, imposto sobre rendimentos e proventos de qualquer

natureza e outros descontos obrigatórios instituídos por lei ou decorrentes de contrato de trabalho), aplicando-se, por analogia, a margem consignável, prevista por lei, para descontos em folha de pagamento de empregados e benefícios previdenciários. Ressalta-se que a decisão liminar alcançou todos os substituídos representados pelo sindicato autor, que deveriam comprovar que, mesmo residentes fora do Estado do Paraná, estavam contemplados pela sua representatividade.

As três liminares das ações coletivas encontram-se em vigor.

7.4. ATIVOS CONTINGENTES

7.4.1. AÇÃO JUDICIAL SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFNDS

A Fundação, juntamente com outras entidades, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional - OTN. Em 1991, a Abrapp (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991. A Abrapp obteve ganho de causa na referida ação. Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à Abrapp (e por consequência à Fundação) na ação ordinária citada, que foi rejeitada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão da ação rescisória foi favorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tendo transitado em julgado em 13 de agosto de 2020.

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a Abrapp ajuizou, em 2015, ação de liquidação em face da União Federal, para que fosse fixado o montante exato devido a cada entidade. Nesse processo judicial determinou-se que as entidades procedessem com as execuções de forma segregada, resultando na propositura de ações de execuções pelas entidades divididas em grupos.

Especificamente a ação judicial do grupo de entidades que a Petros integra está em fase de elaboração de cálculos pelo perito. Após a apresentação dos valores pelo perito, as entidades desse grupo pediram a realização de novos cálculos, considerando os seguintes critérios: (i) o valor de cotação da OFND correspondente às datas de aquisição das OFNDs (datas de recolhimento constantes dos extratos); e (ii) a quantidade de OFNDs correspondente a 20.263.145. Outrossim, em 2020, foi proferida ordem judicial para que fosse expedido ofício à CETIP para que apresentasse a movimentação das OFNDs no período posterior a 1991 até a alienação.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.1.8, o valor não será reconhecido contabilmente até que seja praticamente certa a probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros.

Destacamos os planos de benefícios administrados pela Petros que são parte na supracitada ação: PPSP-NR, PPSP-NR Pré-70, PPSP-R, PPSP-R Pré-70, Plano Petros Lanxess, Plano Petros Nitriflex/Lanxess e Plano Petros Ultrafertil.

7.4.2. ARBITRAGENS

A Petros é parte requerente em cinco arbitragens e duas mediações, todas de caráter sigiloso (inclusive contra patrocinadores), em razão da legislação e regulamento das câmaras arbitrais, que poderão significar, no futuro, recebimento de valores pelos planos de benefícios administrados pela Fundação.

8. REFLEXOS DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NO RESULTADO - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Ao final do exercício de 2020, a base de depósitos judiciais da entidade encontra-se atualizada monetariamente com índices alinhados aos praticados pelas principais instituições bancárias em que a Petros possui maior volume de depósitos, em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Fundação.

Foram analisados 53.446 processos judiciais (ativos e encerrados), sendo 20.924 deles com depósitos. Nestes processos foram tratados 61.115 depósitos, contemplando um saldo de depósitos de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

A atualização monetária dos depósitos judiciais resultou em um ajuste no montante de R\$ 400.612, vide Nota Explicativa 3.5, nas bases jurídica e contábil e consequente acréscimo no resultado.

Além do impacto acima citado, o processo de atualização monetária teve reflexo no Exigível Contingencial, considerando a premissa de que nos processos com decisão de mérito transitada em julgado e em fase de execução, em havendo depósito ou bloqueio judicial,

o valor da contingência observará o saldo dos depósitos judiciais relacionados à cada processo e desta forma o saldo contabilizado no Exigível Contingencial foi majorado em R\$ 377.979, vide Nota Explicativa 7.1, com consequente decréscimo no resultado.

O projeto ATM (Atualização Monetária de Depósitos Judiciais) representa um importante legado para a Fundação, visando buscar bases uniformes de forma a permitir a identificação direta dos depósitos. Dentro do aspecto de governança, continuamos reforçando os controles implementados após o saneamento da base processual jurídica ocorrido em 2019, principalmente no que se refere a contas judiciais contidas nos extratos bancários devidamente identificadas e vinculadas ao seu sistema jurídico.

Abaixo, demonstramos o impacto líquido dos reflexos da atualização monetária nos planos de benefícios e no plano de gestão administrativa:

Efeito Atualização Monetária no resultado	Depósitos Judiciais (Acréscimo)	Exigível Contingencial (Decréscimo)	Ajuste Líquido
Plano AnaparPrev	14	14	-
Plano Eldorado Prev	2	-	2
Plano Petros-2	501	414	87
Plano Petros Braskem	4.049	3.824	225
Plano Petros Copesul	22.815	22.632	183
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	40	29	11
Plano Petros Lanxess	1.687	1.358	329
Plano Petros PQU	497	132	365
PPSP-NR	94.801	89.286	5.515
PPSP-NR Pré-70	86.549	83.556	2.993
Plano Petros Ultrafértil	3.024	2.462	562
PPSP-R	99.673	96.451	3.222
PPSP-R Pré-70	78.878	77.426	1.452
Plano TapmePrev	55	9	46
Plano Transpetro	13	12	1
Plano Triunfo Vida	70	6	64
Plano de Gestão Administrativa	7.944	368	7.576
Total Geral	400.612	377.979	22.633

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios, conforme pareceres atuariais aprovados pelo Conselho Deliberativo. As provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos, enquanto as provisões matemáticas

de benefícios concedidos representam os compromissos futuros junto aos assistidos. Já as provisões matemáticas a constituir representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a deficit equacionado dos patrocinadores, dos participantes e assistidos.

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões matemáticas totalizavam R\$ 108.304.725 (R\$ 105.845.970 em 2019), vide detalhamento abaixo:

Descrição	2020	2019
Benefícios Concedidos	96.145.682	91.941.651
Contribuição Definida	730.367	596.728
Saldo de contas dos Assistidos	730.367	596.728
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	95.415.315	91.344.923
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	85.394.922	81.680.248
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	10.020.393	9.664.675
Benefícios a Conceder	44.965.890	46.725.342
Contribuição Definida	26.953.582	25.125.265
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	13.913.103	13.005.382
Saldo de contas - Parcela Participantes	13.040.479	12.119.883

Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	17.814.243	20.947.782
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	19.798.144	23.553.289
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.850.598)	(2.297.708)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(133.303)	(307.799)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	198.065	652.295
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	868.325	1.259.936
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(338.485)	(307.508)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(331.775)	(300.133)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(32.806.847)	(32.821.023)
(-) Deficit Equacionado	(32.806.847)	(32.821.023)
(-) Patrocinador(es)	(16.137.684)	(16.044.408)
(-) Participantes	(3.808.125)	(7.042.851)
(-) Assistidos	(12.861.038)	(9.733.764)
Total	108.304.725	105.845.970

9.1.1. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano, ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano e considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras e pelos participantes do plano.

Plano	Duração do Passivo (em anos)	
	2020	2019
Aduanaprev	10,00	10,00
Alesat	10,00	10,00
AnaparPrev	10,00	10,00
Cachoeira Dourada	10,00	10,00
CRAPrev	10,00	10,00
CRCPrev	10,00	10,00
CROPrev	10,00	10,00
CulturaPrev	10,00	10,00
Eldorado Prev	10,00	10,00
FenajPrev	10,00	10,00
FiepePrev	10,00	10,00
Gasprev	10,00	10,00
IBAPrev	10,00	10,00
IBPPrev Associados	10,00	10,00
Liquigás	10,00	10,00
Misto Sanasa	10,68	10,41
Petro RG	10,00	10,00
Petros-2	16,74	17,25
PPSP-R	12,10	12,08*

PPSP-NR	10,96	11,00*
PPSP-R Pré-70	7,37	7,39
PPSP-NR Pré-70	7,04	7,18
Petros Lanxess	9,51	9,75
Petros Nitriflex/Lanxess	9,01	9,05
Petros Ultrafértil	12,65	12,16
Prev-Estat	10,00	10,00
PreviFiea	10,00	10,00
PreviContas	10,00	10,00
Prevtália	10,00	10,00
PTAPrev	10,00	10,00
Repsol YPF	10,00	10,00
Simeprev	10,00	10,00
SinMed/RJ	10,00	10,00
SulgasPrev	31,82	26,04
TapmePrev	11,38	11,03
TermoPrev	10,00	10,00

* A duração do passivo apresentada para os planos PPSP-R e PPSP-NR já consideram os efeitos dos planos de reestruturação realizados em maio/2020.

9.1.2. TAXA DE JUROS PARÂMETRO

A Previc divulga anualmente a Taxa de Juros Parâmetro que as EFPC deverão utilizar nas avaliações atuariais, dependendo da situação de cada plano de benefícios. Por meio da Portaria Previc nº 337, de 29 de abril de 2020, foi divulgada a Taxa de Juros Parâmetro para o encerramento do exercício de 2020. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

PORTARIA PREVIC Nº 337					
Plano	Duração do Passivo em anos 2019	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2020)
Aduanaprev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
Alesat	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
AnaparPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,09%
Cachoeira Dourada	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
CRAPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
CRCPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
CROPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
CulturaPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
Eldorado Prev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,06%
FenajPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
FiepePrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,06%
GasPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,93%
IBAPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
IBPPrev Associados	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%

PORTARIA PREVIC Nº 337

Plano	Duração do Passivo em anos 2019	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2020)
Liquigás	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,09%
Misto Sanasa	10,41	3,73%	5,33%	5,73%	3,90%
Petro RG	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
Petros-2	17,25	3,78%	5,39%	5,79%	4,92%
PPSP-R	12,08	3,74%	5,35%	5,75%	4,43%
PPSP-NR	11,00	3,73%	5,33%	5,73%	4,37%
PPSP-R Pré-70	7,39	3,68%	5,26%	5,66%	4,86%
PPSP-NR Pré-70	7,18	3,67%	5,24%	5,64%	5,07%
Petros Lanxess	9,75	3,72%	5,32%	5,72%	4,06%
Petros NitriFlex/Lanxess	9,05	3,71%	5,30%	5,70%	3,71%
Petros Ultrafétil	12,16	3,74%	5,35%	5,75%	4,13%
Prev-Estat	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
PreviFiea	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,06%
PreviContas	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
PreviTália	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
PTAPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,74%
Repsol YPF	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,06%
Simeprev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
SinMed/RJ	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	3,72%
SulgasPrev	26,04	3,80%	5,43%	5,83%	4,13%
TapmePrev	11,03	3,73%	5,33%	5,73%	4,22%
TermoPrev	10,00	3,72%	5,32%	5,72%	4,09%

9.1.3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As principais motivações das alterações das premissas e os efeitos ocorridos são:

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no art. 3º, §2º da Resolução CNPC nº 30, de 30/11/2019.	A majoração desta premissa incrementa o valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder nos planos de benefício definido.
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros, que considera, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções macroeconômicas, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as provisões matemáticas.
Tábuas Biométricas	Considera as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quanto maior a longevidade, maior o incremento das provisões matemáticas para os benefícios pagos sob a forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Fator de Determinação/Capacidade	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do fator de determinação/capacidade gera o aumento das provisões matemáticas.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerado no estudo técnico e utilizado na apuração dos compromissos decorrentes de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos benefícios de pensão a conceder.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no art. 3º, §2º da Resolução CNPC nº 30, de 30/11/2019.	O aumento da rotatividade reduz o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

As principais premissas e hipóteses atuariais adotadas nos planos de benefícios são descritas por plano nos itens abaixo e resumem as informações obtidas dos cadastros disponibilizados, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários.

Para os planos PPSP-R, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70, a partir da avaliação atuarial de 2019 foi adotada nova metodologia para estimativa do Tempo de Vinculação Previdenciária (TVP), que passou a considerar o tempo real de vinculação à Previdência Social.

9.1.3.1. PLANOS PETROS DO SISTEMA PETROBRAS (PPSP)

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2020 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme abaixo:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REACTUADOS (PPSP-R)

Premissa	2020	2019
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa de Juros	4,43% a.a.	4,43% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Petrobras: 0,655% para 2020 e 1,387% a partir de 2021 Petros: 1,500% a.a. BR: 2,000% a.a.	Petrobras: 0,952% a.a. Petros: 1,500% a.a. BR: 1,300% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2; 0)$	Assistidos: Família Real Ativos: Família média estimada: 90% de casados; 5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2; 0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-R PRÉ 70)

Premissa	2020	2019
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2016	Experiência Petros 2016
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	MI-2006 (-20%) por sexo
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros	4,86% a.a.	5,27% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS (PPSP-NR)

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2017
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual	4,37% a.a.	4,37% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 0,642% para 2020 e 1,183% a.a. a partir de 2021 Petros: Não aplicável BR: 2,000 a.a.	Petrobras: 0,703% a.a. Petros: Não aplicável BR: 1,300% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2; 0)$	Assistidos: Família Real Ativos: Família média estimada: 90% de casados; 5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((80-x)/2; 0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-NR PRÉ 70)

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2020
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	MI-2006 (-20%) por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros Anual	5,07% a.a.	5,27% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

9.1.3.2. PLANOS PETROS LANXESS, PETROS NITRIFLEX/LANXESS E PETROS ULTRAFÉRTIL

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2020 foram aprovadas conforme abaixo:

PLANO PETROS LANXESS		
Premissa	2020	2019
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,06% a.a.	4,10% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS		
Premissa	2020	2019
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	3,71% a.a.	4,13% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Lanxess: N/A Nitriflex: 0,00%	Lanxess: N/A Nitriflex: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL		
Premissa	2020	2019
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,13 % a.a.	4,13% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,30%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,00%

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Premissa	2020	2019
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Ultrafértil: 0,490% Vale Fertilizantes: 0,000% Araucária: Não Aplicável	Ultrafértil: 0,000% Vale Fertilizantes: 0,000% Araucária: 0,703%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

9.1.3.3. PLANO PETROS-2 (PP-2)

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2020 foram aprovadas conforme abaixo:

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte desagravada em 20%	IAPB- 57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Taxa Real de Juros Anual	4,92% a.a.	5,29% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Araucária: Não Aplicável Biocombustível: 1,190% a.a. BR: 2,000% a.a. PB-LOG: 0,000% a.a. Petros: 1,500% a.a. Stratura: 2,100% a.a. TBG: 0,530% a.a. Transpetro: 1,319% em 2020 e 2,721% a.a. a partir de 2021 Petrobras e Demais Patrocinadoras: 1,291% em 2020 e 2,787% a.a. a partir de 2021	Petros: 1,50% a.a. BR e Stratura: 1,30% a.a. Transpetro: 2,644% a.a. PB-LOG: 0,00% Petrobras e Demais Patrocinadoras: 2,644% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família real; Ativos: Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65-x)/2;0)$.	Assistido: Família real; Ativos: Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65-x)/2;0)$.
Tábuas de Morbidez	Suavização Transpetro	Suavização Transpetro
Rotatividade	0,85%	0,81%

9.1.3.4. PLANO MISTO SANASA E TAPMEPREV

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2020 foram aprovadas conforme abaixo:

PLANO MISTO SANASA

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 IAM Feminina	AT-1983 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

PLANO MISTO SANASA

Premissa	2020	2019
Taxa Real de Juros Anual	3,90% a.a.	4,57% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Não aplicável	Não Aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família Real Ativo: Família Real	Assistido: Família Real Ativo: Família Real
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável

PLANO TAPMEPREV

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 por sexo	BR-EMSsb-2015 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer Disability Feminina	Mercer Disability Feminina
Taxa Real de Juros Anual	4,22% a.a.	5,09% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00% a.a.	0,74% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Concedido: Família real; A conceder: Família média, sendo: 65% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = MÁX (24 - MÁX ((79 - x)/2; 0); 0)$	Concedido: Família real; A conceder: Família média, sendo: 60% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = MÁX (24 - MÁX ((77 - x)/2; 0); 0)$
Rotatividade	0,00%	0,00%

9.1.3.5. SULGASPREV E DEMAIS PLANOS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2020 dos planos Aduanaprev, Alesat, AnaparPrev, Cachoeira Dourada, CRAPrev, CRCPrev, CROPrev, CulturaPrev, Eldorado Prev, FenajPrev, FiepePrev, GasPrev, IBAPrev, IBPPrev Associados, Liquigás, Petro RG, Prev-Estat, PrevFiepa, PreviContas, PreviFiea, Prevtália, PTAPrev, Repsol YPF, Simeprev, SinMed/RJ, SulgasPrev e TermoPrev foram aprovadas conforme abaixo:

PLANO SULGASPREV

Premissa	2020	2019
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica ponderada (70% M & 30% F)	AT-2000 ponderada por sexo (70% M & 30% F)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	4,13% a.a.	4,13% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	1,875% a.a.	1,450% a.a.

DEMAIS PLANOS

Plano	Tábua de Mortalidade Geral (viii)	Tábua de Mortalidade de Inválidos (viii)	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2020)	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2019)
Plano Aduanaprev	AT-2000 por sexo	Não aplicável	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano Alesat	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano AnaparPrev	Experiência Petros 2013	AT-1983 Masculina	4,09% a.a.	4,27% a.a.
Plano Cachoeira Dourada	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	EX-IAPC	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano CRAPrev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano CRCPrev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano CROPrev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano CulturaPrev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano Eldorado Prev	AT-2000 por sexo	Winklevoss	4,06% a.a.	4,12% a.a.
Plano FenajPrev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano FiepePrev	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	Experiência IAPC	3,72% a.a.	4,27% a.a.
Plano GasPrev	AT-1983 Feminina	AT-1983 Masculina	3,93% a.a.	4,12% a.a.
Plano IBAPrev	AT-1983 Masculina	Experiência IAPC	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano IBPPrev Associados	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	3,72% a.a.	4,09% a.a.
Plano Liquigás	AT-1983 Feminina	AT-1983 Masculina	4,09% a.a.	4,12% a.a.
Plano Petro RG	Não aplicável	Não aplicável	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano Prev-Estat	AT-2000 por sexo	IAPB-57	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano PreviContas	AT-2000 por sexo	IAPB-57	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano PreviFiea	AT-2000 Basic Feminina suavizada em 10%	Experiência IAPC	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano PreviItália	AT-2000 por sexo	IAPB-57	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano PTAPrev	AT-1983 Masculina	IAPB-57	3,74% a.a.	4,27% a.a.
Plano Repsol YPF	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,06% a.a.	4,12% a.a.
Plano Simeprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano SinMed/RJ	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	4,12% a.a.
Plano TermoPrev	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina	4,06% a.a.	4,27% a.a.

9.1.4. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos.

No caso da Petros, somente os planos de benefícios Petros-2, Misto Sanasa e TapmePrev possuíam títulos sujeitos ao ajuste de precificação, cujos valores em 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Taxa de Apropriação	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
Petros-2					3.117.445	3.631.524	514.079
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,58%	10.000	31.910	40.536	8.626
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,39%	35.000	114.595	141.877	27.283
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,14%	10.000	33.882	40.536	6.654
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,02%	47.800	164.714	193.764	29.050
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,84%	40.000	141.393	162.145	20.752
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,76%	20.000	71.505	81.073	9.568
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,66%	43.000	155.981	174.306	18.325
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,70%	10.000	36.064	40.536	4.472
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,20%	10.000	33.601	40.536	6.935
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,02%	19.919	68.650	80.744	12.094
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,01%	10.000	34.500	40.536	6.037
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,01%	10.000	34.500	40.536	6.037
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,01%	10.000	34.500	40.536	6.037
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,12%	10.000	33.976	40.536	6.560
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,12%	20.000	67.961	81.073	13.111
NTN-B	4,92	15/05/2055	6,13%	10.000	33.929	40.536	6.607
NTN-B	4,92	15/05/2055	7,46%	20.000	57.013	81.073	24.060
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,69%	30.000	108.325	121.609	13.284
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,79%	5.000	17.800	20.268	2.469
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,74%	20.000	71.712	81.073	9.360
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,81%	20.000	71.000	81.073	10.073
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,91%	7.345	25.704	29.774	4.070
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,91%	10.000	34.995	40.536	5.542
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,91%	2.000	6.999	8.107	1.108
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,93%	49	171	199	28
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,93%	5.958	20.793	24.152	3.359
NTN-B	4,92	15/05/2055	5,93%	13.847	48.314	56.131	7.816
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,60%	10.000	32.440	40.664	8.224
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,42%	10.000	33.188	40.664	7.476
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,28%	3.750	12.669	15.249	2.580
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,10%	10.000	34.588	40.664	6.076
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,08%	70	243	285	42
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,04%	10.000	34.861	40.664	5.802
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,03%	10.000	34.907	40.664	5.757
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,04%	10.000	34.861	40.664	5.802
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,10%	10.000	34.588	40.664	6.076
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,08%	10.000	34.679	40.664	5.985
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,03%	10.000	34.907	40.664	5.757
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,03%	10.000	34.907	40.664	5.757
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,13%	10.000	34.456	40.664	6.208
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,03%	10.000	34.907	40.664	5.757
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,03%	10.000	34.907	40.664	5.757

Tipo	Taxa de Juros real anual %	Vencimento	Taxa de Apropriação	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,83%	10.000	35.846	40.664	4.818
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,84%	10.000	35.798	40.664	4.866
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,75%	10.000	36.232	40.664	4.432
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,75%	750	2.717	3.050	332
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,75%	5.550	20.109	22.568	2.460
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,75%	10.000	36.232	40.664	4.432
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,72%	10.000	36.379	40.664	4.285
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,72%	10.000	36.379	40.664	4.285
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,73%	10.000	36.330	40.664	4.334
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,15%	10.000	34.363	40.664	6.301
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,05%	10.000	34.816	40.664	5.848
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,08%	10.000	34.679	40.664	5.985
NTN-B	4,92	15/08/2050	6,23%	10.000	34.008	40.664	6.656
NTN-B	4,92	15/05/2035	7,11%	10.000	31.236	38.208	6.973
NTN-B	4,92	15/05/2021	5,92%	167	576	578	2
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,84%	30.000	107.400	121.992	14.591
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,94%	56.500	199.597	229.751	30.154
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,95%	5.441	19.195	22.125	2.931
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,96%	5.441	19.171	22.125	2.955
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,96%	5.441	19.169	22.125	2.956
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,98%	10.268	36.082	41.754	5.671
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,96%	5.441	19.171	22.125	2.955
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,90%	8.161	28.984	33.186	4.202
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,90%	20.000	71.025	81.328	10.303
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,91%	20.000	70.936	81.328	10.392
NTN-B	4,92	15/08/2050	5,90%	18.200	65.418	74.008	8.590
Misto Sanasa					54.306	61.184	6.878
NTN-B	3,90	15/05/2035	6,41%	5.000	16.626	21.095	4.468
NTN-B	3,90	15/08/2026	6,55%	1.900	6.484	7.312	828
NTN-B	3,90	15/08/2026	6,16%	3.000	10.418	11.545	1.127
NTN-B	3,90	15/08/2022	6,28%	3.000	10.449	10.817	369
NTN-B	3,90	15/05/2021	6,30%	3.000	10.329	10.415	86
TapmePrev					178.866	193.703	14.837
NTN-B	4,22	15/08/2026	6,16%	5.000	17.363	18.960	1.597
NTN-B	4,22	15/05/2035	6,07%	5.000	17.151	20.442	3.290
NTN-B	4,22	15/05/2035	5,75%	10.000	35.336	40.883	5.547
NTN-B	4,22	15/05/2023	7,12%	2.650	8.929	9.488	560
NTN-B	4,22	15/08/2022	7,21%	5.000	17.184	17.944	761
NTN-B	4,22	15/08/2022	6,28%	5.000	17.415	17.944	530
NTN-B	4,22	15/05/2023	6,24%	4.000	13.726	14.322	597
NTN-B	4,22	15/05/2023	6,27%	5.000	17.147	17.903	756
NTN-B	4,22	15/05/2021	6,30%	5.000	17.215	17.339	125
NTN-B	4,22	15/08/2024	6,17%	5.000	17.401	18.477	1.076

9.2. FUNDOS PREVIDENCIAIS, ADMINISTRATIVOS E INVESTIMENTOS

9.2.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os fundos previdenciais devem guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. As regras de constituição e reversão específicas dos fundos previdenciais são regidas pelos regulamentos e respaldados pelo atuário.

Descrição	Referência	2020	2019
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	(a)	15.409	20.261
Revisão de Plano	(b)	996	-
Fundo de Risco	(c)	207.211	105.804
Fundo Especial	(d)	30.667	29.545
Fundo de Quitação por Morte	(e)	1.847	-
Total		256.130	155.610

Abaixo destacamos as regras para constituição e reversão dos fundos previdenciais:

a. Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar

Plano (s)	Constituição	Reversão
SulgasPrev	Saldos remanescentes de conta do patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o patrocinador, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo patrocinador, observada a ordem de prioridade
Alesat, Cachoeira Dourada, Eldorado Prev, FiepePrev, GasPrev, IBPPrev Associados, Liquigás, Petro RG, PrevFiepa, PreviFiea, PTAPrev e Repsol YPF	Saldos remanescentes de conta do patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o patrocinador, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo patrocinador
TapmePrev	Saldos remanescentes das contas de patrocinador 1 e 2, nos casos de pagamentos de resgates, àqueles que efetuaram a portabilidade ou, ainda, nos casos previstos nos itens VII.24 e VII.33 do regulamento e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos embasada na manifestação atuarial, aprovada pelo Conselho Deliberativo e prevista no plano de custeio, tendo como finalidade, por ordem de preferência, reduzir o Compromisso Especial do Patrocinador relativo a este plano de benefícios, redução das contribuições futuras e proporcionar melhoria dos benefícios
Misto Sanasa	Valores não utilizados da Subconta Individual Serviço Passado Patrocinador por ocasião da opção do Participante Fundador pelo Resgate, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo patrocinador

b. Revisão de Plano

Plano	Constituição	Reversão
Petros Nitriflex/Lanxess	Destinação de Reserva Especial após o decurso de três exercícios consecutivos	Prevê a redução parcial de contribuições e melhoria de benefícios através de benefício especial temporário (BET). Entretanto, em atendimento à legislação vigente, a implementação está condicionada à aprovação de alteração do regulamento pela Previc e à manifestação favorável da patrocinadora e do órgão responsável pela sua supervisão, coordenação e controle.

c. Fundo de Risco

Plano (s)	Constituição	Reversão
Petros-2	Compromisso do plano com garantia mínima da aposentadoria programada, garantia mínima da renda de invalidez, garantia mínima da renda de pensão por morte de ativo, auxílio-doença já concedido, pecúlio por morte de ativo, pecúlio por morte de futuro assistido por invalidez, e pagamento de auxílio-doença e auxílio-reclusão estimados para o exercício. Acrescido da atualização monetária pela meta atuarial do plano (IPCA + Taxa Real de Juros)	Transferência de compromissos necessários referentes à garantia mínima da aposentadoria programada, garantia mínima da renda de invalidez, garantia mínima da renda de pensão por morte de ativo, pecúlio por morte de ativo, pecúlio por morte de futuro assistido por invalidez, e pagamento de auxílio-doença e auxílio-reclusão ocorridos no exercício
Misto Sanasa	Contribuições de risco realizados pelo participante e patrocinador, acrescidas da rentabilidade	Transferência das provisões matemáticas referentes aos compromissos dos benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez
SulgasPrev	Contribuições específicas dos participantes e da patrocinadora para cobertura dos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo, pecúlio por morte de ativo e pecúlio por morte de aposentado não programado), acrescidas da rentabilidade	Pagamento dos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo, pecúlio por morte de ativo e pecúlio por morte de aposentado não programado)
FiepePrev e PreviFiea	Montante necessário para garantir a solvência e a liquidez do FGBR (estudo atuarial), contribuições de risco realizados pelo participante e/ou patrocinador, acrescidas da rentabilidade	Pagamento da renda de auxílio-doença, aporte à subconta contribuição projetada na concessão dos benefícios de renda de aposentadoria por invalidez ou de renda de pensão por morte de participante patrocinado, autopatrocinado ou assistido que percebia renda de auxílio-doença

d. Fundo Especial

Plano	Constituição	Reversão
Petros-2	Contribuições especiais dos patrocinadores e respectivas rentabilidades	Transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social

e. Fundo de quitação por morte - PED

Em função da entrada em vigor do Novo PED, em 2020, os planos PPSP-R e PPSP-NR constituíram fundos previdenciais específicos para cobertura do saldo devedor das contribuições extraordinárias não arrecadadas referente ao plano de equacionamento 2015, em caso de falecimento do participante antes da quitação total da dívida.

Plano (s)	Constituição	Reversão
PPSP-R e PPSP-NR	Contribuições específicas para esta finalidade aportadas pelos participantes durante o período de quitação do parcelamento do saldo devedor das contribuições extraordinárias não arrecadadas e a rentabilidade do próprio fundo. Rentabilidade do plano.	Quitação do saldo devedor remanescente em caso de falecimento do participante.

Abaixo, demonstramos a evolução dos fundos previdenciais por planos de benefícios no exercício de 2020:

Plano	2020	Constituição	Reversão	2019
PPSP-NR	853	853	-	-
PPSP-R	994	994	-	-
Plano Repsol YPF	3.450	-	(544)	3.994
Plano Cachoeira Dourada	856	22	-	834
Plano Alesat	3.195	256	-	2.939
Plano IBPPrev Associados	-	-	(163)	163
Plano Misto Sanasa	30	1	-	29
Plano FiepePrev	5.104	-	(2.772)	7.876
Plano Petros-2	232.347	103.799	-	128.548
Plano PTAPrev	1.239	455	-	784
Plano PrevFiepa	-	-	(3.465)	3.465
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	996	996	-	-
Plano PreviFiea	2.063	-	(703)	2.766
Plano Liquigás	1.641	572	-	1.069
Plano GasPrev	1.170	282	-	888
Plano Petro RG	210	-	(160)	370
Plano SulgasPrev	496	86	-	410
Plano Eldorado Prev	1.486	11	-	1.475
Total	256.130	108.327	(7.807)	155.610

9.2.2. FUNDO ADMINISTRATIVO

A Fundação adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) entre os planos de benefícios, o que significa que a destinação das eventuais sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo, não é individualizada. Entretanto, ao fim de cada mês, a Fundação registra nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no PGA, conforme legislação vigente.

O cálculo da participação dos planos no fundo administrativo utiliza o resultado apurado entre as receitas administrativas, repassadas ao PGA pelos planos previdenciais, pelo fluxo de investimentos e pelas receitas auferidas pelo próprio PGA, e as despesas administrativas, rateado aos planos, em consonância com as informações apresentadas na Nota Explicativa 2.1.16 (metodologia aprovada pelos órgãos estatutários, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas").

Considerando o desequilíbrio do custeio administrativo existente em alguns planos de benefícios, e sendo essa diferença acompanhada gerencialmente pelo fato de o PGA da Fundação ser de gestão compartilhada, a Fundação realizou uma série de estudos e simulações com a finalidade de promover os ajustes necessários à gestão administrativa. Neste sentido, em 07 de julho de 2017, a Fundação informou à Previc o interesse de rerratificação do Termo de Ajustamento de Conduta do Custeio Administrativo (TAC). O

TAC tinha por objetivo estabelecer o compromisso da Petros em promover o equilíbrio entre as despesas e as receitas administrativas dos planos administrados, bem como o ressarcimento dos valores utilizados para cobertura das despesas administrativas dos planos que apresentam desequilíbrio no custeio. O documento, aprovado pela Previc em 14 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial em 08 de fevereiro de 2019, data que marcou o início do prazo das ações consignadas no termo pactuado pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva junto à Previc.

Entre as ações previstas no TAC, no exercício de 2020, a Fundação aprovou o Plano de Ressarcimento e Recomposição do Fundo Administrativo e o Plano de Custeio Administrativo 2020, considerando as taxas necessárias para restabelecer/manter o equilíbrio administrativo dos planos de benefícios em 2020, bem como ressarcir ao PGA os valores utilizados para cobertura das despesas administrativas dos planos que apresentaram desequilíbrio no custeio. Quanto aos patrocinadores e/ou instituidores que concordaram com as novas regras, as medidas operacionais foram ou estão sendo regularmente adotadas. Todavia, um grupo de patrocinadores e instituidores permaneceu silente ou não concordou com a alteração das taxas e forma de custeio, bem como com o pagamento da diferença do que se considera como débito passado, tendo alguns, inclusive, ingressado com mediações, arbitragens e/ou ações judiciais. Com relação a este grupo, a Fundação vem adotando as medidas necessárias para garantir o equilíbrio administrativo e, principalmente, o cumprimento dos termos pactuados no TAC, estando a Previc devidamente informada acerca do assunto, inclusive sobre a alteração da estratégia do Plano Multi-instituído (PPMI), que não será mais lançado pela Petros.

Abaixo, demonstramos a evolução da participação dos planos de benefícios no fundo administrativo no exercício de 2020:

Plano	2020	Constituição	Reversão	2019
PPSP-NR	35.067	-	(37.876)	72.943
PPSP-NR Pré-70	26.610	2.165	-	24.445
PPSP-R	340.315	-	(39.615)	379.930
PPSP-R Pré-70	56.929	7.626	-	49.303
Plano Triunfo Vida	2.414	619	-	1.795
Plano IBPPrev Associados	116	116	-	-
Plano Copesulprev	150	19	-	131
Plano Misto Sanasa	188	188	-	-
Plano TermoPrev	81	26	-	55
Plano Petros-2	398.072	102.546	-	295.526
Plano AnaparPrev	6.428	6.428	-	-
Plano Petros Nitriplex/Lanxess	791	731	-	60
Plano SulgasPrev	210	139	-	71
Plano TapmePrev	5.034	535	-	4.499
Plano Eldorado Prev	1.219	363	-	856
Total	873.624	121.501	(77.491)	829.614

9.2.2.1. VARIAÇÃO CONSOLIDADA DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é apurado pelas receitas administrativas, repassadas pela Gestão Previdencial e pelos investimentos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras/constituição ou insuficiências deste plano alocadas ou revertidas no fundo administrativo.

Em 31 de dezembro de 2020, o fundo administrativo encerrou com saldo de R\$ 873.624 (R\$ 829.614 em 2019), representando uma constituição de R\$ 44.010 (R\$ 3.474 em 2019).

Descrição	2020	2019
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	829.614	826.140
(+) Custeio da Gestão Administrativa	320.963	277.161
(-) Despesas Administrativas	(278.393)	(269.623)
Pessoal e encargos	(148.536)	(166.657)
Treinamentos/congressos e seminários	(218)	(439)
Viagens e estadias	(176)	(957)
Serviços de terceiros	(76.900)	(73.039)
Despesas gerais	(34.764)	(12.336)
Depreciações e amortizações	(7.998)	(8.555)
Tributos	(9.084)	(7.383)
Outras Despesas	(717)	(257)
(+) Reversão de Contingências Administrativas	3.668	1.800
(-) Reversão de Recursos para o plano de benefícios	(2.228)	(5.864)
Constituição do Fundo Administrativo	44.010	3.474
Fundo Administrativo do Exercício Atual	873.624	829.614

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa, demonstramos abaixo os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2020 e 2019:

Serviços de Terceiros	2020	2019
Consultoria Jurídica	33.030	35.236
Informática	23.829	22.494
Despesas de Cadastro / Arquivo	4.387	5.060
Recursos Humanos	2.605	1.715
Auditoria Contábil	2.460	1.433
Consultoria de Investimentos	2.891	109
Consultoria Atuarial	1.910	2.132
Outros	5.788	4.860
Total Serviços de Terceiros	76.900	73.039
Administração Previdencial	52.917	46.002
Administração dos Investimentos	23.983	27.037

9.2.3. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Para garantir as operações de empréstimos na ocorrência de eventuais sinistros, casos de óbitos e a materialização da perda por inadimplência após esgotadas todas as medidas de recuperação do crédito, seja ela administrativa e/ou judicial, os contratos de empréstimos administrados pela Petros possuem seguros terceirizados para os planos instituídos e para o Plano Misto Sanasa, e fundos garantidores de créditos, administrados pela própria Fundação, nos casos dos planos BD e do Plano Petros-2.

Abaixo, demonstramos a evolução dos fundos para garantia das operações com participantes por planos de benefícios no exercício de 2020:

Plano	2020	Constituição	Reversão	2019
PPSP-NR	32.393	3.944	-	28.449
PPSP-NR Pré-70	12.049	-	(681)	12.730
PPSP-R	250.548	26.843	-	223.705
PPSP-R Pré-70	41.945	-	(3.933)	45.878
Plano IBPPrev Associados	3	1	-	2
Plano Misto Sanasa	75	11	-	64
Plano TermoPrev	1	-	-	1
Plano FiepePrev	42	4	-	38
Plano Petros-2	66.070	12.892	-	53.178
Plano AnaparPrev	299	-	(118)	417
Plano PTAPrev	39	10	-	29
Plano Petros Braskem	66	-	-	66
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	92	-	(18)	110
Plano Petros Lanxess	2.584	328	-	2.256
Plano Petros Ultrafértil	2.975	92	-	2.883
Plano Petros Copesul	-	-	(73)	73
Total	409.181	44.125	(4.823)	369.879

9.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

9.3.1. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS

Em 31 de dezembro de 2020, o plano PPSP-NR apresentou um excedente patrimonial de R\$ 535.464 (insuficiência patrimonial de R\$ 1.092.773 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 531.701, equivalente a 4,29% das provisões matemáticas, que é inferior ao limite da reserva de contingência de R\$ 2.600.320, não havendo, portanto, formação de reserva especial.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		12.941.570
2.	Provisões Matemáticas		12.406.106
2.1	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		19.811.495
2.3.	A Constituir		(7.405.389)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	535.464
3.1	Superavit/Deficit Técnico		531.701
3.2	Resultados a Realizar		3.763
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	535.464
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	4,32%
7.	Duração do Passivo em anos		10,96
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	2.600.320
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	20,96%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	531.701
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

Em relação ao Plano de Equacionamento do Deficit Técnico de 2015 (PED-2015), aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

Portanto, a cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 3.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao novo plano de equacionamento (PED-2018) suspensas.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao PED-2015 e ao Novo PED (PED-2018) do plano PPSP-NR foram registrados na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas			
	PED 2015	PED 2018	Total
Assistido	182.077	131	182.208
Participante	80.642	2	80.644
Patrocinador	293.193	132	293.325
Total	555.912	265	556.177

9.3.1.1. REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PPSP-NR

No exercício de 2020, foi aprovada pela Previc proposta de alteração do regulamento do plano PPSP-NR, por meio da Portaria nº 341, publicada no DOU em 05 de maio de 2020, visando ao equilíbrio do referido plano, para contemplar o equacionamento dos deficits de 2015 e 2018 que, inclusive, incluiu a segregação da massa do Grupo Pré-70, aprovada em 27 de dezembro de 2019, e alterações nos benefícios destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70.

A proposta trouxe as seguintes mudanças em relação ao PED-2015: alíquota única de contribuição extra contemplando os deficits técnicos de 2015 e 2018 e o resultado do exercício de 2019, com variação segundo a situação no plano (ativo ou assistido), ao invés de alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais; extensão do tempo do equacionamento, passando de 18 anos para cobrança vitalícia, conforme possibilidade prevista na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018; contribuição extra de 30% sobre o abono anual e redução do benefício de pecúlio por morte.

9.3.2. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REPACTUADOS

Em 31 de dezembro de 2020, o plano PPSP-R apresentou um excedente patrimonial de R\$ 967.786 (insuficiência patrimonial de R\$ 2.308.999 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 955.149 equivalente a 1,87% das provisões matemáticas, que é inferior ao limite da reserva de contingência de R\$ 11.316.944, não havendo, portanto, a formação de reserva especial.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REPACTUADOS		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	52.175.676
2.	Provisões Matemáticas	51.207.891
2.1	Contribuição Definida	-
2.2	Benefício Definido	75.741.749
2.3.	A Constituir	(24.533.858)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2) 967.786
3.1	Superavit/Deficit Técnico	955.149
3.2	Resultados a Realizar	12.637
4.	Ajuste de Precificação	-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4) 967.786
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2) 1,89%
7.	Duração do Passivo em anos	12,10
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD) 11.316.944
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2) 22,10%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência 955.149
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10) -

Em relação ao Plano de Equacionamento do Deficit Técnico de 2015 (PED-2015), aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

Portanto, a cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva, está

sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 3.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao novo plano de equacionamento (PED-2018) suspensas. Os valores das contribuições extraordinárias

não arrecadadas referentes ao PED-2015 e ao Novo PED (PED-2018) do plano PPSP-R foram registradas na conta contábil “Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas”, subconta da “Provisão Matemática a Constituir”, conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas			
	PED 2015	PED 2018	Total
Assistido	440.607	132	440.739
Participante	351.114	2	351.116
Patrocinador	1.036.744	132	1.036.876
Total	1.828.465	266	1.828.731

9.3.2.1. REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PPSP-R

No exercício de 2020, foi aprovada pela Previc proposta de alteração do regulamento do plano PPSP-R, por meio da Portaria nº 342, publicada no DOU em 05 de maio de 2020, visando ao equilíbrio do referido plano, para contemplar o equacionamento dos déficits de 2015 e 2018 que, inclusive, incluiu a segregação da massa do Grupo Pré-70, aprovada em 27 de dezembro de 2019, e alterações nos benefícios destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70.

A proposta trouxe as seguintes mudanças em relação ao PED-2015: alíquota única de contribuição extra contemplando os déficits técnicos de 2015 e 2018 e o resultado do exercício de 2019, com variação segundo a situação no plano (ativo ou assistido), ao invés de alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais; extensão do tempo do equacionamento, passando de 18 anos para cobrança vitalícia, conforme possibilidade prevista na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018; contribuição extra de 30% sobre o abono anual e redução do benefício de pecúlio por morte.

9.3.3. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS PRÉ-70

A situação financeiro-atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do plano PPSP-NR Pré-70, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou equilíbrio técnico nulo, tendo em vista o compromisso da patrocinadora Petrobras com o Grupo Pré-70, firmado no Termo de Compromisso Financeiro Pré-70, conforme Nota Explicativa 3.2.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS PRÉ-70			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.273.808
2.	Provisões Matemáticas		4.273.808
2.1	Contribuição Definida		-
2.2	Benefício Definido		4.273.808
2.3	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	-
3.1	Superavit/Déficit Técnico		-
3.2	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	-
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	0%
7.	Duração do Passivo em anos		7,04
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	728.257
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	17,04%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	-
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

9.3.4. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REACTUADOS PRÉ-70

A situação financeiro-atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do plano PPSP-R Pré-70, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou equilíbrio técnico nulo, tendo em vista o compromisso da patrocinadora Petrobras com o Grupo Pré-70, firmado no Termo de Compromisso Financeiro Pré-70, conforme Nota Explicativa 3.2.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REACTUADOS PRÉ-70		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	6.779.391
2.	Provisões Matemáticas	6.779.391
2.1	Contribuição Definida	-
2.2	Benefício Definido	6.779.391
2.3	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
3.1	Superavit/Deficit Técnico	-
3.2	Resultados a Realizar	-
4.	Ajuste de Precificação	-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)
7.	Duração do Passivo em anos	7,37
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)

9.3.5. PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano Petros Ultrafertil apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 3.255 (R\$ 209.433 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 3.255, equivalente a 0,48% das provisões matemáticas, que é inferior ao Limite do Deficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 58.123 e, assim, não será necessário elaborar plano de equacionamento durante o exercício de 2021.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		668.688
2. Provisões Matemáticas		671.943
2.1 Contribuição Definida		-
2.2 Benefício Definido		1.535.540
2.3. A Constituir		(863.597)
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(3.255)
3.1 Superavit/Deficit Técnico		(16.282)
3.2 Resultados a Realizar		13.027
4. Ajuste de Precificação		-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(3.255)
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	0,48%
7. Duração do Passivo em anos		12,65
8. Limite Deficit Técnico Ajustado (LDTA)	$1\% \times [\text{Duração do Passivo} - 4] \times \text{Provisões Matemáticas}$	(58.123)
9. % do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	8,65%
10. Deficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	-

Em maio de 2020, o Conselho Deliberativo aprovou o Plano de Equacionamento de Deficit Técnico do exercício de 2018 (PED-2018), no prazo de 18,74 anos, com data de início de vigência determinada em 01 de julho de 2020, para as patrocinadoras Ultrafertil S.A. e Mosaic Fertilizantes P&K Ltda ("Mosaic"), e condicionada à manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST para a patrocinadora Araucária Nitrogenados S.A, ocorrida em outubro de 2020. O valor do deficit técnico tratado no PED-2018 foi registrado nas "Provisões Matemáticas a Constituir" do plano, em 31 de julho de 2020. Em agosto de 2020, as cobranças das contribuições para o PED-2018 foram suspensas em função das negociações que estavam em andamento, entre a Petros, as patrocinadoras e os representantes dos participantes, em busca de uma solução definitiva e sustentável para o plano. Como as negociações não obtiveram êxito e foram encerradas em dezembro de 2020, as cobranças irão retornar em janeiro de 2021.

Em dezembro de 2020, o Conselho Deliberativo também aprovou o Plano de Equacionamento de Deficit Técnico do exercício de 2019 (PED-2019), no prazo de 19,11 anos. O valor do deficit técnico tratado no PED-2019 foi registrado nas "Provisões Matemáticas a Constituir" do plano no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, com data de início de vigência determinada para 01 de abril de 2021.

Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes, assistidos e patrocinadoras que estão com as contribuições extraordinárias referentes aos planos de equacionamento de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 suspensas.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referente aos planos de equacionamento de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 do Plano Petros Ultrafertil foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições extraordinárias não arrecadadas

Grupo	PED 2014	PED 2015	PED 2016	PED 2017	PED 2018	Total
Assistido	47.310	50.987	17.657	705	88	116.747
Participante	3.354	4.037	809	-	-	8.200
Patrocinador	783	735	-	-	-	1.518
Total	51.447	55.759	18.466	705	88	126.465

O Fator de Reajuste Inicial (FAT) e o Fator de Correção (FC) foram mecanismos introduzidos em 1984 no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) para neutralizar os efeitos negativos dos elevados níveis inflacionários sobre os benefícios, provocados tanto pelo critério de reajustes dos benefícios, que eram feitos nas

mesmas épocas e proporções do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), substituído por "como se na ativa estivesse", quanto pelo critério das médias salariais, onde o benefício era calculado com base em uma média salarial sem correção inflacionária, e passou a ser apurado com base em 90% da média corrigida.

Na introdução desses mecanismos no Regulamento do PPSP, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atual Previc, condicionou a aprovação dessas alterações à necessidade das patrocinadoras se comprometerem a cobrir quaisquer ônus resultantes dessas melhorias, a qualquer tempo. Essa condicionante do órgão fiscalizador culminou na introdução de dispositivo no artigo 48 do Regulamento do Plano de forma a responsabilizar as patrocinadoras pela cobertura de quaisquer ônus decorrentes da introdução do FAT e do FC, no caso de insuficiência dos recursos garantidores do plano, haja vista não ter havido alteração das contribuições normais para esta finalidade.

Devido ao processo de privatização de algumas empresas do Sistema Petros, o PPSP foi segregado e deu origem a oito novos planos, dentre eles o Plano Petros Ultrafértil, constituído em 18 de dezembro de 2003. Todos os planos criados a partir da cisão do Plano Petros foram constituídos mediante estabelecimento de regulamentos “espelho” em relação ao PPSP e, dessa forma, todos os direitos e obrigações foram preservados nos regulamentos dos novos planos.

No encerramento do exercício de 2014, o Plano Petros Ultrafértil registrou resultado deficitário, com necessidade de elaboração de plano de equacionamento, e de acordo com o artigo 48 do plano, seria necessária a realização de aporte por parte da patrocinadora relativo aos encargos decorrentes da introdução dos fatores FAT e FC.

Quanto à cobrança do FAT/FC referente à patrocinadora Araucária Nitrogenados S.A., foi realizada consulta à Previc e esta informou que deveria ser respeitada a regra da paridade contributiva, por respeito à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Como já existe a paridade para esta patrocinadora, o FAT/FC não está sendo cobrado.

Com relação à cobrança do FAT/FC da Mosaic, inicialmente foi promovido o ajuizamento de ação judicial, tendo sido proferida sentença sem resolução de mérito, com a indicação de que o foro competente para a discussão da matéria seria o arbitral em razão de cláusula compromissória arbitral. No dia 02 de outubro de 2018, a Petros ingressou em arbitragem para a cobrança dos valores, que em 31 de dezembro de 2020 estavam em R\$ 923,1 milhões

(R\$ 568,6 milhões relativo ao FC e R\$ 354,5 milhões relativo ao FAT), sendo limitado ao deficit técnico apurado nesta data, de R\$ 808,1 milhões.

Já, para a cobrança do FAT/FC da patrocinadora Ultrafértil S.A., está em curso o procedimento arbitral movido pela Ultrafértil S.A. em face da Petros - Procedimento Arbitral nº 2019.00945 - onde pretende que o Tribunal Arbitral fixe os valores devidos por essa patrocinadora para a retirada de patrocínio, onde a Ultrafértil S.A. impugna alguns valores, sendo que o montante mais relevante deriva da introdução do FAT e do FC no regulamento do Plano Petros Ultrafértil. A patrocinadora foi notificada extrajudicialmente para pagamento dos valores que em 31 de dezembro de 2020 estavam em R\$ 21,6 milhões (R\$ 16,0 milhões relativo ao FC e R\$ 5,6 milhões relativo ao FAT), não sendo limitado ao deficit técnico apurado nesta data, de R\$ 43,5 milhões.

Cabe ressaltar que, caso as obrigações referentes ao FAT/FC fossem cumpridas, os valores dos PEDs em curso seriam substancialmente reduzidos.

9.3.6. PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano Petros NitriFlex/Lanxess apresentou um excedente patrimonial de R\$ 52.858 (R\$ 43.330 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de “Equilíbrio Técnico”.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros NitriFlex/Lanxess, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 49.207, superior ao limite da reserva de contingência, de R\$ 25.528, sendo o excedente registrado na “Reserva Especial para Revisão do Plano” no valor de R\$ 23.679.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	187.145
2.	Provisões Matemáticas	134.287
2.1	Contribuição Definida	-
2.2	Benefício Definido	134.287
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
3.1	Superavit/Deficit Técnico	49.207
3.2	Resultados a Realizar	3.651
4.	Ajuste de Precificação	-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)
		39,36%

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

7.	Duração do Passivo em anos		9,01
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	25.528
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	19,01%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	25.528
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	23.679

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu artigo 15, define que o resultado superavitário do plano deve ser destinado à constituição de Reserva de Contingência para garantia dos benefícios contratados até um limite (mínimo entre 25% e 10%+[1% x duração do passivo]) das provisões matemáticas, e, em seu artigo 16, prevê que os recursos excedentes aos constituídos em Reserva de Contingência devem ser empregados na constituição da Reserva Especial para a revisão do plano.

No encerramento do exercício de 2019, o plano demonstrou situação superavitária de R\$ 40.175. Considerando a duração do passivo apurada na avaliação atuarial de 9,05 anos, tal limite da constituição de Reserva de Contingência corresponde a 19,05% das suas respectivas provisões matemáticas. Assim, o montante de R\$ 25.453 foi alocado em Reserva de Contingência e o valor excedente de R\$ 14.722 em Reserva Especial, sendo este o terceiro exercício consecutivo de superavit alocado em Reserva Especial.

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, esclarece em seu artigo 21 que na revisão obrigatória do plano de benefícios deve se destinar, no mínimo, até o final do exercício subsequente, o valor integral apurado a título de Reserva Especial que permaneceu registrado nos três últimos exercícios.

Em setembro de 2020, foi realizada a avaliação atuarial específica para destinação do superavit do plano. Levando em conta que o exercício de 2020 passou por um cenário macroeconômico de grande instabilidade em função das incertezas trazidas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), foi realizado o acompanhamento do valor da reserva especial passível de destinação e foi observada grande volatilidade, onde em alguns meses do ano a reserva especial chegou a ficar zerada. Além disso, os estudos de taxa de juros do plano para 2020 que estavam sendo realizados já apontavam para a possibilidade de redução da taxa vigente de 4,13% a.a., que poderiam gerar um impacto de redução na reserva especial de aproximadamente R\$ 5 milhões.

Desta forma, o processo de destinação obrigatória e utilização da Reserva Especial do Plano Petros Nitriflex/Lanxess foi realizado considerando que a quantia a ser destinada seria equivalente ao valor mínimo da Reserva Especial passível de formação de Fundo Previdencial de Revisão do plano, que em 31 de dezembro de 2019,

equivalia a R\$ 917. Este valor foi segregado entre patrocinadores, participantes e assistidos observando a proporção contributiva em relação às contribuições normais vertidas para o plano, conforme determina o artigo 14 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Os valores foram atualizados e registrados ao final do exercício de 2020, conforme demonstrado abaixo:

Fundo de Revisão de Plano	
Fundo de Revisão de Plano - Patrocinadora	26
Fundo de Revisão de Plano - Participantes	9
Fundo de Revisão de Plano - Assistidos	961
Fundo de Revisão de Plano - Total	996

O Plano de Destinação de Superavit 2019 prevê a redução parcial de contribuições e melhoria de benefícios através de Benefício Especial Temporário (BET). Entretanto, em atendimento à legislação vigente, a implementação está condicionada à aprovação de alteração do regulamento pela Previc e à manifestação favorável da patrocinadora e do órgão responsável pela sua supervisão, coordenação e controle.

9.3.7. PLANO PETROS LANXESS

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano Petros Lanxess apresentou um excedente patrimonial de R\$ 51.360 (insuficiência patrimonial de R\$ 36.944 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 41.367, equivalente a 3,32% das provisões matemáticas, que é inferior ao limite da reserva de contingência de R\$ 243.320, não havendo, portanto, a formação de reserva especial.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS LANXESS		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.298.514
2.	Provisões Matemáticas	1.247.154
2.1	Contribuição Definida	-
2.2	Benefício Definido	1.247.154
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2) 51.360
3.1	Superavit/Deficit Técnico	41.367
3.2	Resultados a Realizar	9.993
4.	Ajuste de Precificação	-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3+ 4) 51.360
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2) 4.12%
7.	Duração do Passivo em anos	9,51
8.	Limite Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD) 243.320
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2) 19,51%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência 41.367
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10) -

9.3.8. PLANO PETROS-2

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano Petros-2 apresentou um excedente patrimonial de R\$ 168.004 (R\$ 388.405 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros-2, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 168.004, inferior ao limite da reserva de contingência, de R\$ 866.768, sendo integralmente registrado na conta de "Reserva de Contingência".

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS-2		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	29.831.432
2.	Provisões Matemáticas	29.663.428
2.1	Contribuição Definida	26.196.355
2.2	Benefício Definido	3.467.073
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2) 168.004
3.1	Superavit/Deficit Técnico	168.004
3.2	Resultados a Realizar	-
4.	Ajuste de Precificação	514.079
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4) 682.083

PLANO PETROS-2			
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas BD	[5 / (2.2 + 2.3)]	19,67%
7.	Duração do Passivo em anos		16,74
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	866.768
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[8 / (2.2 + 2.3)]	25,00%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	168.004
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

9.3.9. PLANO SULGASPREV

Em 31 de dezembro de 2020 o Plano SulgasPrev apresentou superavit técnico de R\$ 9 (insuficiência patrimonial de R\$ 190 em 31 de dezembro de 2019).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou superavit técnico de R\$ 9, inferior ao limite da reserva de contingência, de R\$ 1.041, sendo registrado integralmente na conta de “Reserva de Contingência”.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO SULGASPREV			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		30.061
2.	Provisões Matemáticas		30.052
2.1	Contribuição Definida		25.887
2.2	Benefício Definido		4.165
2.3	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	9
3.1	Superavit/Deficit Técnico		9
3.2	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		-
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	9
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[5 / (2.2 + 2.3)]	0,22%
7.	Duração do Passivo em anos		31,82
8.	Limite Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	1.041
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[8 / (2.2 + 2.3)]	25,00%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superavit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	9
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	-

9.3.10. PLANO MISTO SANASA

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano Misto Sanasa apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 7.452 (R\$ 1.290 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-actuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 574, inferior ao Limite do Deficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 4.855 e, por não ter extrapolado o LDTA, não será obrigatório elaborar plano de equacionamento de deficit técnico durante o exercício de 2021.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO MISTO SANASA			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	336.979	
2.	Provisões Matemáticas	344.431	
2.1	Contribuição Definida	271.747	
2.2	Benefício Definido	72.684	
2.3.	A Constituir	-	
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(7.452)
3.1	Superavit/Deficit Técnico		(7.452)
3.2	Resultados a Realizar		-
4.	Ajuste de Precificação		6.878
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(574)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[5 / (2.2 + 2.3)]	0,79%
7.	Duração do Passivo em anos		10,68
8.	Limite Deficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas (BD)	(4.855)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[8 / (2.2 + 2.3)]	6,68%
10.	Deficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	-

9.3.11. PLANO TAPMEPREV

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano TapmePrev apresentou insuficiência patrimonial de R\$ 51.528 (equilíbrio técnico nulo em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico".

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação financeiro-actuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 36.691 equivalente a 10,30% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, que é superior ao Limite do Deficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 26.293, assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de, pelo menos, R\$ 10.398, que ultrapassou o LDTA, durante o exercício de 2021, dentro dos preceitos da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO TAPMEPREV		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	329.234
2.	Provisões Matemáticas	380.762
2.1	Contribuição Definida	24.485
2.2	Benefício Definido	360.280

PLANO TAPMEPREV		
2.3.	A Constituir	(4.003)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
		(51.528)
3.1	Superavit/Deficit Técnico	(51.528)
3.2	Resultados a Realizar	-
4.	Ajuste de Precificação	14.837
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)
		(36.691)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas BD	$[5 / (2.2 + 2.3)]$
		10,30%
7.	Duração do Passivo em anos	11,38
8.	Limite Deficit Técnico Ajustado (LDTA)	$1\% \times [\text{Duração do Passivo} - 4] \times \text{Provisões Matemáticas (BD)}$
		26.293
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas (BD)	$[8 / (2.2 + 2.3)]$
		7,38
10.	Deficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}
		(10.398)
11	Prazo de Equacionamento	$1,5 \times \text{Duração do Passivo}$
		17,07

9.3.12. PLANOS PETROS PQU, PETROS COPESUL E TRANSPETRO

Os Planos Petros PQU, Petros Copesul e Transpetro estão em processo final de retirada total de patrocínio e por conta disso não possuem fluxo atuarial para que sejam realizadas simulações de índice de solvência.

10. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (AJUSTES E ELIMINAÇÕES)

Em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação dos fundos administrativos nos planos previdenciais, superavit e deficit técnico, dentre outros.

A Petros, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

Descrição	Somatório dos Planos	PGA	Planos Benefício Definido	Planos Patrocinados CD e CV	Planos Instituidores	Eliminações	Consolidado
	(A) + (B) + (C) + (D)	(A)	(B)	(C)	(D)		
Ativo	117.000.719	1.035.201	83.338.607	31.915.769	711.142	(873.624)	116.127.095
Disponível	1.350	102	142	832	274	-	1.350
Realizável	116.924.156	959.886	83.338.465	31.914.937	710.868	(873.624)	116.050.532
Previdencial	18.641.929	-	18.625.265	7.563	9.101	-	18.641.929
Administrativo	982.260	108.636	459.711	407.485	6.428	(873.624)	108.636
Investimentos	97.299.967	851.250	64.253.489	31.499.889	695.339	-	97.299.967
Permanente	75.213	75.213	-	-	-	-	75.213
Passivo	117.000.719	1.035.201	83.338.607	31.915.769	711.142	(873.624)	116.127.095
Exigível Operacional	734.763	155.144	401.786	153.225	24.608	-	734.763
Exigível Contingencial	3.862.299	6.433	3.834.407	14.637	6.822	-	3.862.299
Provisões Matemáticas	108.304.725	-	76.720.579	30.911.160	672.986	-	108.304.725
Superavit Técnico	1.747.431	-	1.577.893	169.538	-	(104.128)	1.643.303
Deficit Técnico	(104.128)	-	(44.336)	(59.792)	-	104.128	-
Resultados a Realizar	43.070	-	43.070	-	-	-	43.070
Fundos	2.412.559	873.624	805.208	727.001	6.726	(873.624)	1.538.935
Fundo Administrativo	1.747.248	873.624	459.712	407.485	6.427	(873.624)	873.624
Fundo dos Investimentos	409.181	-	342.653	66.229	299	-	409.181
Fundos Previdenciais	256.130	-	2.843	253.287	-	-	256.130
Adições	66.227	-	-	10.605	55.622	(48.434)	17.793
Migrações entre Planos	66.227	-	-	10.605	55.622	(48.434)	17.793
Deduções	(66.227)	-	-	(65.264)	(963)	48.434	(17.793)
Migrações entre Planos	(66.227)	-	-	(65.264)	(963)	48.434	(17.793)

11. PARTES RELACIONADAS

11.1. PARTES RELACIONADAS - OBJETIVOS E CONCEITOS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBC T17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i. recebimentos de contribuições previdenciárias/administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii. concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- iii. pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos conselhos estatutários, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes, as entidades realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

11.2. PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros são consideradas partes relacionadas:

- i. pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;
- ii. pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii. pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

- iv. Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade fizer parte do Sistema Petrobras (controladas, coligadas, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto, entidades estruturadas); (c) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa da Petros; (d) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificadas nos itens (i) e (ii).

11.3. TRANSAÇÕES RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros as transações recorrentes com partes relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de convênios de adesões para oferecimento dos planos administrados pela entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- i. Patrocinadores/instituidores:
 - Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribuições previdenciárias e administrativas vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados/instituídos.

A listagem de patrocinadores/instituidores encontra-se na Nota Explicativa 1.1.

**O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.*

- ii. Participantes ativos/assistidos:
 - Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribuições vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;
 - Empréstimos (operações com participantes): podem ser concedidos aos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na Nota Explicativa 5.1.8.

 - Benefícios de prestação única, continuada, pensões e pecúlios*: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

**O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se*

demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.

iii. Empregados da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que, nesta relação, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remuneração global: a remuneração total dos empregados da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável foi de R\$ 138.652 em 2020 e de R\$ 155.450 em 2019.

iv. Diretoria da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que nesta relação, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remuneração global: a remuneração total da Diretoria da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável foi de R\$ 8.323 em 2020 e de R\$ 9.991 em 2019.

v. Remuneração de conselheiros e membros de comitês (COAUD, Comitê de Seguridade e Comitê de Investimentos - ligados diretamente ao Conselho Deliberativo)

- Remuneração global dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros, incluindo, quando for o caso, salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para

remuneração variável foi de R\$ 1.561 em 2020 e de R\$ 1.216 em 2019.

As remunerações globais dos empregados, da Diretoria, dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros são contabilizadas em "Despesas Administrativas" e estão incluídas nas rubricas de "Pessoal e Encargos" da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA).

11.4. TRANSAÇÕES NÃO RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros, as transações não recorrentes com partes relacionadas são aquelas que, embora previstas na legislação da previdência complementar, não decorrem da natureza da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados e atendem a eventos específicos.

Todas as transações não recorrentes com partes relacionadas, ou seja, com operações contratadas, em títulos de patrocinadores e em investimentos imobiliários, realizadas entre a Petros e seus patrocinadores, foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- Contribuições contratadas - as contribuições contratadas entre a Petros e seus patrocinadores estão descritas na Nota Explicativa 3.2.
- Investimentos da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados em títulos de patrocinadores.

Plano / PGA	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2020			2019		
				Quantidade	Cotação	Valor	Quantidade	Cotação	Valor
PPSP-NR	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	89.098	106,23	9.465	89.098	109,89	9.791
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	112	11.745,97	1.316	112	10.389,93	1.164
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	357.651	25,22	9.020	357.651	31,54	11.280
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	128	-	-	-
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	281	-	-	-
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	10.739	-	-	-
Total PPSP-NR						30.949		22.235	

Plano / PGA	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2020			2019		
				Quantidade	Cotação	Valor	Quantidade	Cotação	Valor
PPSP-R	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	302.190	106,23	32.103	302.190	109,89	33.208
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	380	11.745,97	4.463	380	10.389,93	3.948
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	1.213.039	25,22	30.593	1.213.039	31,54	38.259
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	8.353	-	-	7.966
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	40.291	-	-	62.359
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	53.658	-	-	13.373
Total PPSP-R						169.461			159.113
Plano Petros Lanxess	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	21.745	106,23	2.310	21.745	109,89	2.390
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	28	11.745,97	329	28	10.389,93	291
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	87.887	25,22	2.217	87.887	31,54	2.772
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	12	-	-	-
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	224	-	-	-
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	45	-	-	-
Total Plano Petros Lanxess						5.137			5.453
Plano Petros Nitriflex/ Lanxess	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	3.228	106,23	343	3.228	109,89	355
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	4	11.745,97	47	4	10.389,93	42
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	13.047	25,22	329	13.047	31,54	412
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	1	-	-	-
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	1	-	-	-
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	132	-	-	-
Total Plano Petros Nitriflex/Lanxess						853			809
Plano Petros Ultrafertil	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	18.557	106,23	1.971	18.557	109,89	2.039
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	23	11.745,97	270	23	10.389,93	239
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	72.424	25,22	1.827	72.424	31,54	2.284
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	5	-	-	-
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	11	-	-	-
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	1	-	-	-
Total Plano Petros Ultrafertil						4.085			4.562

Plano / PGA	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2020			2019		
				Quantidade	Cotação	Valor	Quantidade	Cotação	Valor
PGA	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	13.252	106,23	1.408	13.252	109,89	1.456
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	11	11.745,97	129	11	10.389,93	114
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	36.458	25,22	919	36.458	31,54	1.150
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	141	-	-	135
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	685	-	-	1.069
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	507	-	-	228
Total PGA						3.789			4.152
Plano Petros-2	Debêntures	Termobahia	BTRBADBS009	32.492	106,23	3.452	32.492	109,89	3.571
	Ações	Termobahia ON	BTRBAACNOR7	42	11.745,97	493	42	10.389,93	436
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	133.594	25,22	3.369	133.594	31,54	4.214
	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	10.073	-	-	11.383
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	51.509	-	-	83.338
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	48.292	-	-	19.535
Total Plano Petros-2						117.188			122.477
Plano Misto Sanasa	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	145	-	-	155
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	728	-	-	1.163
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	551	-	-	264
Total Plano Misto Sanasa						-			1.582
Plano TapmePrev	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	1.322	-	-	-
Total Plano TapmePrev						1.322			-
Planos CDs	Ações	Petrobras ON *	BRPETRACNOR9	-	-	338	-	-	370
	Ações	Petrobras PN *	BRPETRACNPR6	-	-	1.798	-	-	2.478
	Ações	Petrobras BR PN *	BRBRDTACNOR1	-	-	1.738	-	-	646
Total Planos CDs						3.874			3.494
Total						338.082			323.877

*As ações Petrobras ON, Petrobras PN, Petrobras BR PN estão acima demonstradas apenas com os valores ao final de cada exercício por serem investimentos indiretos dos planos de benefícios, através de fundos de investimento.

Obs: As transações foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

iii. Investimentos imobiliários - edifícios e terrenos pertencentes aos planos de benefícios e locados a patrocinadores

Descrição Imóvel	Patrocinador	Plano	2020			2019		
			Valor do Imóvel	Valores a Receber ³	Valor Total	Valor do Imóvel	Valores a Receber ³	Valor Total
Conjunto Pituba			66.000	1.441	67.441	71.983	501	72.484
	Petrobras	PPSP-NR	15.028	328	15.356	16.391	114	16.505
	Petrobras	PPSP-R	50.972	1.113	52.085	55.592	387	55.979
Conjunto Pituba - Ampliação			984.300	6.957	991.257	969.750	6.678	976.427
	Petrobras	PPSP-NR	224.128	1.584	225.712	220.815	1.534	222.349
	Petrobras	PPSP-R	760.172	5.373	765.545	748.935	5.144	754.078
Horta Barbosa			238.710	4.428	243.138	246.098	-	246.098
	Petrobras	PPSP-NR	54.355	1.008	55.363	56.037	-	56.037
	Petrobras	PPSP-R	184.355	3.420	187.775	190.061	-	190.061
Ouro Negro¹			-	-	-	50.064	-	50.064
	Petrobras	PPSP-NR	-	-	-	11.400	-	11.400
	Petrobras	PPSP-R	-	-	-	38.664	-	38.664
Porto Brasilis			31.263	138	31.401	26.451	-	26.451
2º andar ¹	Transpetro	PPSP-NR	-	-	-	2.986	-	2.986
2º andar ¹	Transpetro	PPSP-R	-	-	-	10.127	-	10.127
3º andar	Transpetro	PPSP-NR	2.786	24	2.810	3.037	-	3.037
3º andar	Transpetro	PPSP-R	9.449	80	9.529	10.301	-	10.301
12º andar ²	Petros	PPSP-NR	2.296	4	2.300	-	-	-
12º andar ²	Petros	PPSP-R	7.787	13	7.800	-	-	-
13º andar ²	Petros	PPSP-NR	6.908	4	6.912	-	-	-
13º andar ²	Petros	PPSP-R	2.037	13	2.050	-	-	-
Paulista 500¹			-	-	-	12.953	-	12.953
7º andar	Transpetro	PPSP-NR	-	-	-	2.949	-	2.949
7º andar	Transpetro	PPSP-R	-	-	-	10.004	-	10.004
Lavrado 162 - Loja			-	-	-	1.984	-	1.984
	Petros	PPSP-NR	-	-	-	452	-	452
	Petros	PPSP-R	-	-	-	1.532	-	1.532
TOTAL			1.320.273	12.964	1.333.237	1.379.283	7.179	1.386.461

¹ Unidade transferida de Locadas a Patrocinador para Locadas a Terceiros em 2020.

² Unidade transferida de Locadas a Terceiros para Locadas a Patrocinador em 2020.

³ Os valores a receber referem-se as parcelas de aluguéis do mês de dezembro.

11.5. TRANSAÇÕES COM OUTRAS PARTES RELACIONADAS

- Relações com fornecedor - até abril de 2020, os contratos com a Totvs previam os serviços de sustentação de aplicações (AMS - *Application Management Services*), licenciamento padrão e *hosting* (serviço de infraestrutura) referentes ao sistema ERP Protheus. Ao final do exercício de 2020, a Petros apenas constava com as prestações de serviços relativos ao licenciamento e *hosting*.
- Aplicações em ações da Totvs estão demonstradas a seguir:

Plano / PGA	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2020			2019		
				Quantidade	Cotação	Valor	Quantidade	Cotação	Valor
PPSP-NR	Proventos Receber	TOTVS ON	BRTOTSACNOR8	-	-	154	-	-	235
	Ações	TOTVS ON	BRTOTSACNOR8	959.487	28,72	27.556	1.022.048	64,55	65.973
Total PPSP-NR						27.710			66.208
PPSP-R	Proventos Receber	TOTVS ON	BRTOTSACNOR8	-	-	572	-	-	877
	Ações	TOTVS ON	BRTOTSACNOR8	3.561.150	28,72	102.276	3.812.531	64,55	246.099
Total PPSP-R						102.848			246.976
Total						130.558			313.184

Obs: As transações foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

11.6. GRAU DE DEPENDÊNCIA DAS PATROCINADORAS

O grau de dependência da Petros com suas patrocinadoras representa o percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total, por plano de benefícios, e está demonstrado a seguir:

Plano	Patrocinadores	Contribuições Normais	Contribuições Contratadas	Ativos Financeiros		Valores a Receber Imóveis Locados	Outros Valores a Receber (PED)	Total dos Ativos financeiros e Recebíveis Patrocinadores	Ativo Total Plano	Grau de Dependência %
				Ações ¹	Debêntures ²					
PPSP-NR	Petrobras	30.488	506.819	1.725	9.465	2.921	3.431.417	3.982.834	14.098.550	28,25%
	BR	2.070	-	10.739	-	-	253.492	266.300		1,89%
	Petros	45	-	-	-	8	4.785	4.838		0,03%
PPSP-R	Petrobras	107.265	4.097.214	53.107	32.103	9.906	11.555.443	15.855.038	54.228.630	29,24%
	BR	5.400	-	53.658	-	-	692.386	751.444		1,39%
	Petros	486	-	-	-	80	59.600	60.166		0,11%

Plano	Patrocinadores	Contribuições Normais	Contribuições Contratadas	Ativos Financeiros		Valores a Receber Imóveis Locados	Outros Valores a Receber (PED)	Total dos Ativos financeiros e Recebíveis Patrocinadores	Ativo Total Plano	Grau de Dependência %
				Ações ¹	Debêntures ²					
Plano Petros-2	Petrobras	62.335	-	62.076	3.452	-	-	127.863	30.677.359	0,42%
	BR	2.129	-	48.292	-	-	-	50.421		0,16%
	Petros	354	-	-	-	-	-	354		0,00%
	Araucária	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
	Biocombustível	235	-	-	-	-	-	235		0,00%
	IASA	43	-	-	-	-	-	43		0,00%
	PB-Log	26	-	-	-	-	-	26		0,00%
	TBG	685	-	-	-	-	-	685		0,00%
	Termobahia	53	-	493	3.452	-	-	3.998		0,01%
	Termomacaé	124	-	-	-	-	-	124		0,00%
Transpetro	6.149	-	-	-	-	-	6.149	0,02%		
PPSP-NR Pré-70	Petrobras	2.614	3.603.777	-	-	-	-	3.606.391	5.069.083	71,14%
PPSP-R Pré-70	Petrobras	2.824	5.940.290	-	-	-	-	5.943.114	7.572.163	78,49%

¹ Composto pelas ações da Petrobras, BR e Termobahia*, constantes na carteira própria e gestão terceirizada.

² Composto por debêntures da Termobahia*, constante na carteira própria.

* Em função da participação relevante da Petrobras no controle acionário da Termobahia S.A, a Fundação entende que deve considerar as ações e debêntures desta empresa, alocadas em carteira própria, no grau de dependência de patrocinador dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

12. INVESTIGAÇÕES NA PETROS

INSTAURAÇÃO DE COMISSÕES INTERNAS E EXTERNAS DE APURAÇÃO E DE TRATAMENTO SIMPLIFICADO DE APURAÇÃO

Como parte do processo de governança, diversas ações foram elaboradas e, atualmente, a Fundação mantém Comissões Internas e Externas de Apurações (“CIAs” e “CEAs”) e conduz

Tratamentos Simplificados de Apuração (“TSAs”) com o intuito de monitorar os assuntos em andamento pelas entidades governamentais competentes, bem como apurar danos à Fundação.

Segue quadro resumo com os procedimentos em andamento e encerrados:

Situação Atual	Categoria	Acumulado até 2019	Executados em 2020			Total
			Ouvidoria		Célula de Apurações	
			Investimento	Demais Assuntos	Investimento	
Encerradas	CIAs (1)/ CEAs (2)	19	2	1	13	35
	TSAs/ ADs (3)	31		3		34
	Demais Ouvidoria			65		65
Em Andamento	CIAs (1)				6	6
	TSAs/ ADs (3)	11		4		15
	Projetos Especiais/ CEAs	13	1	3		17
	Demais Ouvidoria			27		27
Total		74	3	103	19	199

⁽¹⁾ Comissão Interna de Apuração (CIA) - veículo de apuração interna da Petros responsável por investigar suspeitas de irregularidades cometidas por empregados da Petros (próprios ou cedidos pelo Sistema Petrobras) e/ou terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), com exceção de membros ativos da alta administração.

⁽²⁾ Comissão Externa de Apuração (CEA) - veículo de apuração formado por consultores externos e independentes que, sob supervisão da Ouvidoria, apuram as denúncias nas quais figurem membros atuais da alta gestão da Petros (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal).

⁽³⁾ Tratamento Simplificado de Apuração (TSA) / Apuração de Denúncia (AD) - são realizados pela Célula do Comitê de Ética, de forma complementar às CIAs e CEAs, e têm como escopo as apurações de assuntos relacionados à violência no trabalho e correlatos a RH, independentemente do nível de complexidade.

INSTAURAÇÃO DA OUVIDORIA

Desde setembro de 2017, o Canal de Denúncias, com garantia de anonimato, está em operação para obter informações importantes referentes às denúncias de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e irregularidades, além de eventuais denúncias envolvendo membros atuais da alta administração. A Fundação designou à Ouvidoria, órgão subordinado ao Conselho Deliberativo, o acompanhamento das apurações externas (CEAs), realizadas por empresa independente, com expertise comprovada em investigações corporativas. A Ouvidoria, através do Comitê de Ética, tem equipe exclusiva para a apuração de casos de violência no trabalho, quando estes casos não envolvam a alta administração.

INSTAURAÇÃO DO SETOR DE APURAÇÕES E REPARAÇÕES DE DANOS

Como parte do processo de governança, diversas ações foram adotadas e, atualmente, a Fundação mantém o Setor de Apurações e Reparações de Danos, responsável pelo acompanhamento das auditorias forense realizadas por auditor externo (CIAs), pelo acompanhamento dos cálculos dos prejuízos nos investimentos, realizado por consultoria externa e responsável pelo acompanhamento das ações de improbidade administrativa, de responsabilidade civil e ações criminais movidas pela Fundação,

como consequência dos resultados geridos pelo Setor de Apurações e Reparações de Danos.

CONTRATO DE INVESTIGAÇÃO FORENSE PARA SUPORTE À AUDITORIA INDEPENDENTE

Desde o exercício de 2015, a Fundação conta com serviços de investigação forense (*Shadow Investigation*) para suporte à auditoria independente no que se refere ao acompanhamento dos trabalhos de investigação na Fundação.

12.1. REFLEXOS NA FUNDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas judiciais propostas pela Petros, pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras autoridades públicas, com o objetivo de apurar a responsabilidade por fraudes contra a Fundação, praticadas por antigos gestores e ex-dirigentes, por pessoas físicas e jurídicas que de alguma forma participaram, diretamente e/ou indiretamente, nos investimentos ruins. A Petros tem colaborado com as investigações fornecendo as informações e documentos solicitados pelas autoridades públicas.

Abaixo, segue quadro resumo das demandas judiciais e administrativas relacionadas à entidade.

Ação Penal	Criminal			Cível		Procedimentos Administrativos		
	Inquérito Policial e/ou Procedimento Investigatório Criminal	Medidas Cautelares	Acordo de Leniência e/ou Colaborações Premiadas	Responsabilidade Civil	Improbidade Administrativa	Previc	TCU	CVM
13	21	5	11	4	18	20	6	4

No ano de 2020, a Fundação ingressou com três ações de responsabilidade civil em face de antigos gestores e ainda pleiteou o seu ingresso como assistente litisconsorcial do MPF, cumulada com a inclusão de novos réus em duas ações de improbidade administrativa proposta pelo MPF, a fim de tornar mais efetiva a reparação dos danos financeiros causados pelas irregularidades na aprovação e no monitoramento dos investimentos.

A Fundação já tem refletido no balanço os impactos contábeis das perdas financeiras, bem como dos recebimentos em decorrência de acordos de leniência e termos de compromisso até aqui conhecidos. No entanto, quanto às investigações e medidas judiciais ainda em curso, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem, com razoável segurança, o desfecho das mesmas, razão pela qual as demonstrações contábeis da Fundação não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas investigações ou das medidas judiciais em curso.

13. FATO RELEVANTE

13.1. CRIAÇÃO DO PLANO PETROS-3

Em 02 de setembro de 2020, o Conselho Deliberativo aprovou a implementação do Plano Petros-3, plano de contribuição definida que será oferecido para migração voluntária e exclusiva a participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) vinculados à patrocinadora Petrobras nos planos Petros do Sistema Petrobras-Repactuados e Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados.

Em 25 de janeiro de 2021, através da Portaria Previc/DILIC nº 56, de 25 de janeiro de 2021, publicada no DOU em 27 de janeiro de 2021, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou o regulamento do plano, além de reconhecer o convênio de adesão celebrado entre a Petros, na condição de administradora, e a Petrobras, na condição de patrocinadora do plano.

Com a aprovação da Previc, a Petros estabeleceu o dia 31 de janeiro de 2021 como data de recálculo da reserva de migração dos participantes ativos e assistidos. O período de opção pela migração será aberto somente após a finalização desses cálculos.

Encerrado o período de opção, com a definição da massa de participantes e assistidos que decidiram migrar para o Plano Petros-3, a Petros elaborará estudo de viabilidade técnica e administrativa para avaliar se o plano atingiu os critérios mínimos necessários para sua efetiva implantação.

13.2. COVID-19

O ano de 2020 entrará para a história como o ano em que uma pandemia parou o planeta, produzindo consequências terríveis na saúde, na economia e na vida das pessoas. A expectativa de sucesso

das vacinas é que mantém os mercados de ativos em alta, a despeito do recrudescimento das infecções em várias regiões do mundo.

Embora as campanhas de vacinação ainda se encontrem em um estágio inicial, acreditamos que o ritmo de vacinação ao redor do mundo ganhará tração na primeira metade de 2021. A reversão das restrições à mobilidade propiciará a retomada dos setores mais afetados pela pandemia. A mobilização logística necessária para se alcançar esses objetivos será um desafio sem precedentes. No entanto, frente aos grandes benefícios de um processo mais célere, acreditamos que a maior parte da economia global será capaz de realizar tal feito.

Os impactos defasados dos estímulos monetários e de crédito na economia, juntamente com o impulso do setor externo, serão os fatores a impulsionar a economia, assim como a perspectiva de uma ampla vacinação contra a Covid-19 no primeiro semestre do ano. Por outro lado, há os impactos associados à redução dos estímulos fiscais, principalmente com o fim do auxílio emergencial, e de uma possível ausência de coordenação no enfrentamento da pandemia no país.

Nosso cenário base segue construtivo e foi considerado na elaboração das Políticas de Investimentos. O cenário global tem desenho muito positivo com a vacina contendo o risco da Covid-19, enquanto os juros permanecerão baixos por um longo período, o que deve estimular a recuperação da atividade. No Brasil, a preocupação segue sendo a dinâmica da dívida, mas, assumindo a manutenção da âncora fiscal e o respeito ao teto de gastos, a economia deve crescer mais de 4,0% em 2021. Continuamos monitorando todas essas variáveis na condução dos investimentos da Fundação.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

14.1. PRINCIPAIS IMPACTOS DA INSTRUÇÃO PREVIC Nº 31/2020

Em 01 de janeiro de 2021, entrou em vigor a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 (Instrução 31) e, com ela, alterações substanciais nos procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e consequentes reflexos nas demonstrações contábeis a serem emitidas ao final do exercício de 2021.

Dentre as mudanças, destacamos as que terão maior impacto para a Petros:

ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

Conforme disposto no art. 23 da Instrução Previc nº 31/2020, a partir do exercício de 2021, as EFPC passarão a efetuar a atualização dos depósitos judiciais por ocasião da emissão do alvará a favor da entidade.

Até 31 de dezembro de 2020, conforme destacado nas Notas Explicativas 3.5 e 8, a Petros efetuou a atualização dos depósitos judiciais com base nos extratos e índices de atualização das instituições financeiras.

PROVISÕES PARA PERDAS

Conforme disposto no art. 19 da Instrução Previc nº 31/2020, o escalonamento das provisões mínimas para perdas com base no atraso foi alterado, de acordo com o disposto abaixo:

Dias de Atraso	% Provisão Para Perdas	
	Instrução Previc 31/20 (a partir de 01/01/2021)	Instrução SPC 34/09 (até 31/12/2020)
Entre 31 e 60	1	0
Entre 61 e 90	5	25
Entre 91 e 120	10	25
Entre 121 e 180	25	50
Entre 181 e 240	50	50
Entre 241 e 360	75	75
Superior a 361	100	100

Os principais itens que sofrerão impactos com estas alterações são: Realizável - Gestão Previdencial, Realizável - Gestão Administrativa e Investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Até 31 de dezembro de 2020, as despesas administrativas foram demonstradas na DPGA, sendo segregadas de acordo com sua origem: administração previdencial e de investimentos. A partir do exercício de 2021, serão demonstradas de forma consolidada, como Despesas Administrativas - Administração dos Planos Previdenciais.

Bruno Macedo Dias

Presidente

CPF: 096.104.887-57

Leonardo de Almeida Matos Moraes

Diretor de Riscos, Administração e Finanças

CPF: 045.403.226-99

Tatiana Rios dos Santos Gelain

Contadora

CPF: 047.865.637-81

CRC-RJ: 079.940/O-3

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

EXERCÍCIO 2020

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social, e consoante à letra “j” do art. 17, da Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13/04/2018, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstra o do Ativo Líquido, Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido, Demonstrac o das Provisões Técnicas) do exercício social de 2020, consubstanciadas pelos pareceres atuariais e pela minuta do Relatório de Auditoria emitido pela KPMG Auditores Independentes datado de 23 de março de 2021, bem como nas análises feitas pelos próprios conselheiros fiscais, apresenta os pontos relevantes que d o sustentac o   conclusão do presente parecer.

1. INTRODU O:

O Conselho Fiscal reconhece que a atual administra o da Funda o permanece envidando os melhores esforços para aprimorar o fluxo de informa es, bem como, o atendimento às demandas e recomenda es deste Conselho.

Não obstante, o Conselho emitiu recomenda es que não foram atendidas na sua plenitude.

Neste parecer, cumprindo as obriga es estatutárias e legais, são apresentados os pontos de aten o/ênfases para os quais recomendamos que devem ser avaliados para implementa o no decorrer do próximo exercício social.

2. DO RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE:

No entendimento do Conselho Fiscal, o conteúdo da minuta do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG de 23 de março de 2021, cumpre a exigência do Conselho Federal de Contabilidade e da Previc. Este Colegiado entende como pertinente a ênfase apresentada.

3. PONTOS DE ATEN O:

Considerando as análises das Demonstra es Contábeis consolidadas e segregadas por planos, e respectivas Notas Explicativas, bem como o monitoramento constante realizado por este Conselho Fiscal no decorrer do exercício social de 2020, no cumprimento de suas atribui es, relatamos as principais constata es que requerem aten o especial da administra o da Funda o no decorrer do exercício social de 2021.

Além das Demonstra es Contábeis, Notas Explicativas e da minuta do Relatório do Auditor Independente, listamos os documentos que foram analisados por este Conselho:

- SE/CR-0011/2021– Cronograma de Fechamento das Demonstra es Contábeis do exercício de 2020;
- SE-0026/2021- Síntese dos registros emitidos em 2020 pelo Comitê de Auditoria da Petros;
- Relatório de recomenda es dos Auditores Independentes sobre os Controles Internos - KPMG 2019;
- Relatório de Propósitos Específicos dos Auditores Independentes – KPMG 2019;
- Minuta da Carta de Representa o da Administra o de 2020 recepcionada em 26.03.2021;
- Minuta da Carta de Representa o da Governança de 2020 recepcionada em 26.03.2021;
- Pareceres Atuariais dos Planos; e
- Carta GEPRES/CI-0006/2021 apresentando a atualiza o dos planos de a o para atendimento às recomenda es feitas pelo Conselho Fiscal acerca das Demonstra es Contábeis de 2019.

3.1. GESTÃO BASEADA EM RISCOS (CONTROLES INTERNOS E MATRIZ DE RISCOS):

Considerando a obrigatoriedade imposta pela legisla o vigente, salientamos que a Petros deve aplicar a Gestão Baseada em Riscos - GBR em sua gestão, contemplando todas as áreas funcionais da Funda o e seus processos operacionais. Conforme nota 2.1.5, a Petros está em fase de revisão e aprimoramento do normativo relativo   GBR, no sentido de padronizar e de estabelecer regras claras, a fim de orientar os empregados e a alta administra o na realiza o dessa gestão, no estabelecimento de controles internos e de *compliance*, para alcançar a excelência dos resultados, garantindo o seu dever fiduciário e assegurando o pagamento dos benefícios aos participantes.

3.2. RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS E RELATÓRIO DE PROPÓSITO ESPECÍFICO DE 2019 (CIRCUNSTANCIADO) – AUDITORIA INDEPENDENTE:

Nos relatórios sobre a adequa o dos controles internos aos riscos suportados e estrutura de governança da Petros, ao exercício findo

em 31/12/2019, observamos a existência de pontos de alerta ainda pendentes de correções/ações por parte da gestão da Petros.

3.3. RISCOS ATUARIAIS:

Este Colegiado, em atendimento ao Item 13 da Resolução do CNPC nº 9, de 29/12/2012, Resolução CNPC nº 015/2014 e Resolução CNPC nº 030/2018, considera, com base nos pareceres atuariais, que existem controles internos eficientes e eficazes na minimização e mitigação dos riscos atuariais. Os resultados apresentados nos pareceres atuariais dos planos de benefícios previdenciais trazem recomendações específicas que devem ser observadas pela administração da Fundação.

3.4. PLANOS DEFICITÁRIOS:

Identificamos que, além dos planos em processo de encerramento (Triunfo Vida, Copesul, Petros PQU e Transpetro, os planos Sanasa e Ultrafertil apresentaram deficits técnicos. Apesar de não ter a necessidade de equacionamentos, na forma prevista na Resolução CNPC 30/2018, a administração da Petros deve envidar esforços para equilíbrio e solvência dos planos, evitando riscos atuariais e possíveis equacionamentos.

O Plano TapmePrev apresentou insuficiência patrimonial em 2020 de R\$ 51.528 mil (frente ao equilíbrio técnico nulo em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de "Equilíbrio Técnico". A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 36.691 mil equivalente a 10,30% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, que é superior ao Limite do Deficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 26.293 mil (7,38% das provisões matemáticas), assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de, pelo menos, R\$ 10.398 mil em 2021, dentro dos preceitos da Resolução CNPC 30/2018.

3.5. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DEFICIT ADMINISTRATIVO):

No que se refere ao Plano de Gestão Administrativa, mesmo com o estabelecimento do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, ainda permanece a situação de alguns planos com custeio administrativo desequilibrado.

Conforme relatado na nota explicativa 9.2.2, a Fundação após realizar estudos com a finalidade de prover os ajustes necessários, aprovou o plano de ressarcimento e recomposição do fundo administrativo pelos planos deficitários. Todavia, um grupo de patrocinadores e instituidores permaneceu silente ou não concordou com a alteração das taxas e forma de custeio, bem como com o pagamento da diferença do que se considera como débito passado, tendo alguns, inclusive, ingressado com mediações, arbitragens e/ou ações judiciais. Com relação a este grupo, a Fundação vem adotando as medidas necessárias para garantir o equilíbrio administrativo e, principalmente, o cumprimento dos termos pactuados no TAC.

3.6. PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO:

Conforme detalhado na nota explicativa 1.1.1, observamos que existem planos em processo de retirada de patrocínio, sem conclusão do processo de encerramento, dentre os quais planos com deficit técnico (Triunfo Vida, Copesul, Petros PQU e Transpetro) e planos com superavit (Braskem e Copesulprev), mantendo assim não conformidade com que estabelece o Art. 22 da Resolução CNPC 011/2013.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PARECER:

Considerando os pontos de atenção relacionados neste relatório;

Considerando a necessidade de melhoria contínua para aprimoramento da eficiência e da eficácia dos controles internos nos processos da Petros, em linha com a Gestão Baseada em Riscos;

Considerando as ações em andamento acerca das investigações e outras medidas judiciais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras autoridades públicas, com o objetivo de apurar a responsabilidade por fraudes contra a Fundação e praticadas por empresas, ex-administradores da Fundação e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e/ou indiretamente, as ações promovidas pela administração da entidade apresentadas na nota explicativa nº 12 e a ênfase apresentada no relatório de auditoria das demonstrações financeiras de 2020.

Os membros do Conselho Fiscal, com base nos exames das informações, relatórios e documentos fornecidos pela Fundação, nos trabalhos abrangentes realizados pelos Auditores Independentes KPMG, no conjunto de análises efetuadas por este Colegiado e medidas adotadas pela administração para o arquivamento e divulgação das Demonstrações Contábeis, entendem que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 e respectivas Notas Explicativas, refletem as posições patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas editadas pelo CNPC e pela Previc e concluem recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021.

João Antônio da Silva Cardoso
Presidente do Conselho Fiscal

Rafael Pessoa Delgado
Conselheiro Fiscal

Linaldo Coy de Barros
Conselheiro Fiscal

Reinaldo Luz Cêia de Souza
Conselheiro Fiscal

DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXERCÍCIO 2020

O Conselho Deliberativo, na reunião CD-706, realizada no dia 29/3/2021, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas, bem como as Demonstrações Contábeis individuais do exercício 2020 dos planos de benefícios sob a gestão da Petros.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Bruno Dias

DIRETORES

Akira Miki*

Alexandre Mathias

Leonardo Moraes

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Camillo Vianna Cantini

Claudia Padilha de Araujo Gomes

(Presidente)

Helio Siqueira Junior

José Roberto Kaschel Vieira

Norton Cardoso Almeida

Ronaldo Tedesco Vilardo

SUPLENTES

André Luis Araujo Santana

Herval Candido de Souza Filho

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

Marcos André dos Santos**

Telmo Medeiros Lopes

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João Antonio da Silva Cardoso

(Presidente)

Linaldo Coy de Barros

Rafael Pessoa Delgado

Reinaldo Luz Cêia de Souza

SUPLENTES

Luis Eduardo Pitta de Noronha

Tereza da Silva Soares

Expediente

Coordenação-geral e produção de textos

Assessoria de Comunicação

Fotos

Getty Images e Stock Photos

Design gráfico

Refinaria Design

**Akira Miki assumiu a*

Diretoria de Seguridade em março de 2021.

*** A partir de 18/02/2021, o conselheiro*

Marcos André dos Santos passou a exercer a função de titular.

